

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS DE LITERATURAS DE LÍNGUA
PORTUGUESA
ZORAIDE PORTELA SILVA

**JOSÉ LUANDINO VIEIRA:
MEMÓRIAS E GUERRAS ENTRELAÇADAS COM A ESCRITA**


(VERSÃO CORRIGIDA)
SÃO PAULO
NOVEMBRO / 2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS DE LITERATURAS DE
LÍNGUA PORTUGUESA
ZORAIDE PORTELA SILVA

**JOSÉ LUANDINO VIEIRA:
MEMÓRIAS E GUERRAS ENTRELAÇADAS COM A ESCRITA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dra. Rita de Cássia Natal Chaves.



SÃO PAULO
NOVEMBRO/2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM ESTUDOS COMPARADOS DE LITERATURAS DE LÍNGUA
PORTUGUESA
ZORAIDE PORTELA SILVA

**JOSÉ LUANDINO VIEIRA:
MEMÓRIAS E GUERRAS ENTRELACADAS COM A ESCRITA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dra. Rita de Cássia Natal Chaves.

SÃO PAULO
NOVEMBRO / 2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE

SILVA, Zoraide Portela. **José Luandino Vieira**: memórias e guerras entrelaçadas com a escrita. CHAVES, Rita de Cassia Natal. (Orientadora). São Paulo, USP. 2013.

Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1. Escritas. 2. Guerras anticoloniais. 3. Histórias. 4. Angola. 5. História. 6. Memórias. 7. Luandino Vieira. 8. Título.

ZORAIDE PORTELA SILVA

**JOSÉ LUANDINO VIEIRA:
MEMÓRIAS E GUERRAS ENTRELAÇADAS COM A ESCRITA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Letras.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Rita de Cassia Natal Chaves (USP) (Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Tania Macedo (USP)

Prof^a. Dr^a. Rejane Vecchia (USP)

Prof^a. Dr^a. Anita Moraes (UFF)

Prof. Dr. Wilson Roberto Mattos (UNEB)

A meus pais, Marcionilio Portela Silva e Zelita Hypólito Silva pelo muito que fizeram e fazem.

A Humberto Fonsêca, companheiro de lutas e sonhos.

A Victor Portela e Clarice Portela, meus filhos, frutos do sonhar comum.

Aos meus irmãos pelo grande apoio.

À memória de Marcionilio Portela Silva, meu maravilhoso pai, pelos exemplos de humildade e amor;

A todos os que se inscreveram no texto-mundo que se oculta em mim.

AGRADECIMENTOS

À professora Rita Chaves, pelos quatro anos de cumplicidade, pela oportunidade de aprender com ela sobre as literaturas africanas de língua portuguesa, pelo trabalho de orientação incansável e por todos os sentimentos que já compartilhamos.

À Universidade do Estado da Bahia, pela bolsa institucional que me permitiu levar a termo esta tese.

À professora Tania Celestino de Macêdo, por todo o apoio e incentivo e pelo acolhimento.

À amiga Maria Goreth Ferreira, pela minuciosa revisão do texto.

À amiga Valéria Viana, que sempre esteve comigo ouvindo minhas angústias.

Às queridas amigas que trouxe da graduação Maria Aparecida Guimarães, Luzimare Piloto e Claudia Rocha, que compartilharam comigo momentos difíceis, mas também comemoraram ao meu lado grandes vitórias.

À Rita Aparecida Coelho, interlocutora e amiga pelas valiosas sugestões.

Ao colega do doutorado, Luiz Maria Veiga, pela valiosa amizade e pelas indicações de bibliografia.

Ao amigo e homeopata-acupunturista Péricles Norberto Matos, ouvinte maior de minhas angústias e meus temores.

E muito obrigada a todos os amigos com os quais pude dialogar durante o processo de feitura deste trabalho, aos colegas das disciplinas que cursei, todos foram, direta ou indiretamente, colaboradores deste texto aqui finalizado.

A Deus por colocar em meus caminhos seres tão especiais.

GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS

ANANGOLA – Associação Regional dos Naturais de Angola

CEA – Centro de Estudos Africanos

CEI – Casa dos Estudantes do Império

CIR- Centro de Instrução Revolucionária

DOP- Departamento de Organização Política

ELA- Exército de Libertação de Angola

FAA- Forças Armadas de Angola

FALA- Forças Armadas de Libertação de Angola

FAPLA- Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FRA – Frente de Resistência em Angola

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

GRAE – Governo Revolucionário de Angola no Exílio

JSN – Junta de Salvação Nacional

LNA – Liga Nacional Angolana

MAC – Movimento Anticolonialista

MFA – Movimento das Forças Armadas

MIA – Movimento para Independência de Angola

MPLA – Movimento Popular pela Libertação de Angola

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

OUA – Organização da Unidade Africana

PCA – Partido Comunista de Angola

PCDA – Partido Cristão Democrático de Angola

PIDE – Política Internacional e de Defesa do Estado

PLUA – Partido da Luta dos Africanos de Angola

SWAPO – Organização do Povo do Sudoeste Africano

UNITA – União Nacional para Independência Total de Angola

UPA – União das Populações de Angola

UPNA – União das Populações do Norte de Angola

OBRAS DE JOSÉ LUANDINO VIEIRA

GUERRILHEIROS – *O livro dos guerrilheiros*

KAPAPA – *Kapapa – pássaros e peixes*

LUUANDA – *Luuanda.*

NM – *Nós, os do Makulusu*

RIOS – *De rios velhos e guerrilheiros – O livro dos rios*

VV – *A verdadeira vida de Domingos Xavier*

RESUMO

Esta tese de doutorado, intitulada *José Luandino Vieira: memória e guerras entrelaçadas com a escrita*, propõe a leitura de três romances: *Nós, os do Makulusu* (1975), *O livro dos rios* (2006) e *O livro dos guerrilheiros* (2009), do angolano Luandino Vieira. As três narrativas produzidas nos fins do século XX e nos primeiros anos do século XXI encenam as transformações vivenciadas a partir do processo de colonização (guerra de libertação/independência de Angola), bem como o entrecruzamento da História/ficção (na apropriação e interpretação do passado), da memória e da escrita (individual e/ou coletiva) decorrentes desse momento. Portanto, através de uma leitura baseada nos pressupostos da literatura comparada, procuramos analisar a relação entre os três romances. Desse modo, esperamos mostrar como a ficcionalização da guerra de libertação evidencia as fissuras, perplexidades e profundas contradições internas de um país que viveu guerras sucessivas que só terminaram no ano de 2002, portanto em pleno século XXI.

Palavras-chave: Escritas. Guerras. Histórias. Memórias. Luandino Vieira.

ABSTRACT

This doctoral thesis entitled *José Luandino Vieira: memory and wars intertwined with writing* proposes the reading of three novels: *Nós, os do Makulusu* (1975), *O livro dos rios* (2006) e *O livro dos guerrilheiros* (2009), by Luandino Vieira from Angola. The three narratives produced in the late 20th century and in the early 21st century stage the changes experienced since the colonization process (war of liberation/independence of Angola) which constitute the central theme as well as the interweaving of History/fiction (in appropriating and interpreting the past), of memory and writing (individual and/or collective) resulting from this moment. Therefore, by means of a reading based on the assumptions of comparative literature, we attempted to analyze the relationship between the three novels. Therefore, we hope to show how the fictionalization of the war of liberation highlights the fissures, perplexities and deep internal contradictions of a country that has experienced recurrent wars, which did not end until 2002, that is in the 21st century.

Keywords: Writings. Wars, Histories, Memories. Luandino Vieira.

Sumário

INTRODUÇÃO	1
“DA GUERRA DE ANGOLA, DA GUERRA EM ANGOLA OU DE ANGOLA NA GUERRA”	1
CAPÍTULO 1. GUERRA COLONIAL E INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA.....	8
1.1. A ARQUITETURA COLONIAL PORTUGUESA E A CONFERÊNCIA DE BERLIM (1885).....	11
1.2. DA GUERRA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL À QUEDA DO ESTADO NOVO (1961-1974)	23
1.3. DO ACORDO DE ALVOR À INDEPENDÊNCIA: O FIM DA GUERRA NÃO É O FIM DA GUERRA .	47
CAPÍTULO 2. FICÇÃO E HISTÓRIA NA OBRA DE LUANDINO VIEIRA	58
2. 1. “ESTORIANDO A PARTIR DO QUE NÃO SE VÊ”	58
2.2. DA HISTÓRIA À ESTÓRIA: A VIDA VERDADEIRA DE DOMINGOS XAVIER	60
2.3. DA RESISTÊNCIA À MORTE: NOTAS SOBRE A VIOLÊNCIA.....	63
2.4. GUERRA E VIOLÊNCIA DE UM TEMPO HISTÓRICO EM <i>Nós, Os Do Makulusu</i>	68
2.5. NOVO PACTO COM A FICÇÃO E A HISTÓRIA: A GUERRA DE LIBERTAÇÃO E A TRAVESSIA ANGUSTIANTE DO GUERRILHEIRO DE KENE VUA.....	77
2.6. AS PEQUENAS ESTÓRIAS QUE SOMAM À GRANDE HISTÓRIA EM <i>O Livro Dos Guerrilheiros</i>	87
CAPÍTULO 3. MEMÓRIA E NARRATIVA	102
3.1. A ESCRITA DA MEMÓRIA NUM MUNDO EM RODOPIOS	102
3. 2. MAIS-VELHO: NARRADOR-TESTEMUNHA.....	106
3.3. Na Travessia Dos Rios Da Memória: O Narrador Kene Vua	113
3.4. MEMÓRIAS DOS GUERRILHEIROS: O NARRADOR DIAMANTINO KINHOKA.....	123
CAPÍTULO 4. ESCRITAS (RE)INVENTADAS	131
4.1. ESCRITA / RESISTÊNCIA.....	131
4.2. ESCRITA PALIMPSESTICA	140
4. 3. DE ESCRITA / DE TRAVESSIA	152
CONCLUSÃO.....	165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	171

INTRODUÇÃO

Penso que se encerrou um ciclo iniciado com *Luuanda*. Quando voltar a escrever é para começar qualquer coisa de novo. A minha ambição seria escrever um livro que significasse para a actual literatura angolana o que *Luuanda* significou em 1963. Gostaria de introduzir uma nova ruptura, sacudir um bocado a nova literatura que está a academizar.
(VIEIRA, 1982)

E isto é verdade, mesmo que os casos nunca tenham passado.
(VIEIRA, in LUUANDA, 1972)

Iniciamos o presente texto evocando como epígrafe um fragmento de *Luuanda*, livro mais premiado¹ de José Luandino Vieira e que tem recebido inúmeras homenagens pelo cinquenta anos da sua publicação. O livro de contos, ou estórias, como ele próprio prefere chamar *Luuanda* (1965), foi sua primeira obra com a qual tivemos contato. Chamou-nos atenção, desde o início, a elaboração estética do texto literário, que assinala uma revolução literária em Angola. A mistura do quimbundo com o português, as construções frasais, as repetições sintáticas e lexicais utilizadas pelo escritor nos faz lembrar a perspectiva barthesiana, cuja característica fundamental é o destaque das habilidades da linguagem como uma ferramenta capaz de vencer os automatismos da língua, “no esplendor de uma revolução permanente” (BARTHES, 1978, p.16)

¹Obteve, em 1965, o Grande Prêmio de Novelística da Sociedade Portuguesa de Escritores. Tal prêmio gerou violenta reação entre setores conservadores, o que levou à extinção dessa associação por decisão do governo português. (Cf. MARTIM, 2008, p. 25)

José Vieira Mateus da Graça nasceu em Portugal, no ano de 1935. Ainda criança, mudou-se para Angola com os pais, onde teve sua formação cultural e educacional. Luandino Vieira, nome que o autor escolheu para assinalar a sua identificação com a capital de Angola – país que assumiu como seu –, pertence à geração de 1950, que viveu a experiência da colonização participando dos conflitos sociais que originaram as lutas pela independência angolana. Por motivos políticos esteve preso por mais de dez anos, dentre os quais oito anos no campo de concentração do Tarrafal.

Luandino Vieira publicou textos e poemas nos jornais de Angola, na Casa dos Estudantes do Império, na Revista angolana “Cultura” (II), nas suas duas séries, a saber, 1959 e 1961. O seu primeiro livro, *A cidade e a infância*, foi publicado em Lisboa, pela Casa dos Estudantes do Império, em 1960. Nessa obra, em um tom descritivo, próximo da linguagem jornalística, são cartografadas várias geografias físicas, sociais, humanas e psicológicas da cidade de Luanda.

Essas cartografias aparecem particularmente em *Luuanda*, escrito na prisão durante o ano de 1963 e publicado em Angola, em outubro de 1964. Com um olhar perspicaz, José Luadino Vieira apresenta “uma Luanda dolorosa na sua desumanidade imposta, mas bela na sua humanidade descrita na plena esperança de mudança” (RIBEIRO, 2012, p, 152), uma cidade habitada pelos negros, mestiços e brancos pobres, ficcionalizada na cidade dos excluídos pelos personagens que podem ser Vavó Xixi e Zeca Santos, seu neto, das vizinhas Bina e Zefa, dos miúdos Beto e Xico, de Lomelino dos Reis, de Garrido e Inácia, todos apanhados na dura experiência da fome, mas organizados para encontrar um modo de sobrevivência.

Na sequência desta obra, seguem-se várias outras como: *Velhas histórias* (1974); *A vida verdadeira de Domingos Xavier* (1974); *No antigamente na vida* (1974); *Vidas novas* (1975) e *Nós, os do Makulusu* (1975); *Macandumba* (1978); *João Vêncio: os seus amores*

(1979); *Laurentino, Dona Antônia de Souza Neto e eu* (1981); *O livro dos rios* (2006) e *O livro dos guerrilheiros*, (2009). Os dois últimos, que integram uma trilogia chamada “De rios velhos e guerrilheiros”, cujo terceiro livro ainda vai ser editado, conforme declarações do próprio autor – marcam o regresso de José Luandino Vieira após longo silêncio literário.

O presente trabalho tem por objetivo analisar da obra de José Luandino Vieira estes três romances, produzidos nos fins do século XX e nos primeiros anos do século XXI: *Nós, os do Makulusu*², *O livro dos rios*³ e *O Livro dos guerrilheiros*⁴. Mais que a análise de cada um desses romances, nossa reflexão pretende verificar as semelhanças encontradas neles e investigar como os acontecimentos da guerra ocupam as páginas dessa ficção.

Podemos dizer que, no conjunto do projeto estético elaborado por José Luandino Vieira, a guerra – embora não único – é argumento e vetor estrutural desde os primeiros textos, que se apresentam como as realizações textuais de posições éticas, ideológicas, históricas e, portanto, políticas do cidadão-escritor. Destacam-se para nós, a partir dessa visão, *A vida verdadeira de Domingos Xavier* (1974)⁵ e *Nós, os do Makulusu*. Na primeira obra, a narrativa se constrói sobre a expectativa da possível delação face à tortura, ou da possível resistência a ela, já que a violência policial visa arrancar uma confissão a todo custo. Em *Nós, os do Makulusu*, obra redigida em 1967, quando Luandino se encontrava preso no Tarrafal, e publicada, pela primeira vez, em 1975, após a independência de Angola, foca-se a experiência traumática da guerra, na qual irmãos assumem posições políticas diversas, ponto máximo das contradições geradas pelo processo colonial. As posições assumidas são expressivas da profundidade que cortavam e cortariam a sociedade angolana.

² São Paulo, Ática, 1991.

³ Luanda: Editorial Nzila, 2006.

⁴ Lisboa: Caminho, 2009.

⁵ Além dos livros que constituem corpus do presente estudo, faz-se importante um paralelo com *A vida verdadeira de Domingos Xavier* pela relação que este romance permite fazer com o rio Kwanza e com a construção de um sentimento nacional. Embora publicada apenas em 1974, no espaço da língua portuguesa, essa narrativa, escrita em 1961, tem uma tradução francesa de 1971 e foi transposto para o cinema por Sarah Maldoror com o título *Sambizanga*.

No primeiro e segundo romances da prometida trilogia, *De rios velhos e guerrilheiros*, publicados em 2006 e 2009, respectivamente, *O livro dos rios* e *O Livro dos guerrilheiros*, Luandino Vieira regressa, três décadas depois, ao tema da guerra de libertação, num corajoso desafio às consciências que gostariam de considerar encerrado um assunto tão dramaticamente vivido pelo povo angolano.

Tal como observa Mata (2008, p. 82), a nação que, nas páginas da atual literatura angolana, toma forma é “um corpo fracturado, dilacerado por ‘dissensos’, crise e guerras”, onde se fazem ouvir as várias vozes que compõem a nação angolana. Se, por um lado, nesses romances, atestamos a relação intertextual, principalmente com a história, uma vez que o texto procura reelaborar, através da memória, acontecimentos históricos ocorridos no passado de guerra em Angola; por outro lado, eles se inscrevem na ficção pós-moderna.

Durante as disciplinas cursadas no doutorado, tivemos a oportunidade de ter mais contato com as literaturas africanas, o que nos proporcionou aprofundar as investigações sobre a literatura angolana, que se mantém ainda distante das preocupações dos centros de pesquisa e ensino das literaturas nas universidades brasileiras. Felizmente, nos últimos anos, alguns passos foram dados e começaram a surgir muitas pesquisas, vários cursos e eventos sobre as literaturas africanas de língua portuguesa.

Todos os estudos realizados nos fizeram repensar nossas leituras sobre o colonizador e refletir sobre as guerras angolanas, levando em consideração a dominação colonial e todas as formas de violência contra os africanos. Também influíram para esta decisão a participação em congressos nos âmbitos estaduais/nacionais/internacionais que abordavam temas relativos às literaturas africanas. Se o interesse pelo escritor e pela obra já estava latente, as obras de Luandino Vieira trazidas por amigos que fizeram viagens a Portugal foram importantes para a minha formação como leitora.

Num encontro no Rio de Janeiro no ano de 2007, José Luandino Vieira me arrebatou. Tivemos a oportunidade de comprar os seus outros romances, pedir autógrafos, tentar uma conversa um pouco tímida. Então, a partir de 2007, iniciamos o contato mais direto com a obra de Luandino Vieira, com os acervos bibliográficos e conjuntos documentais relativos ao período da nossa proposta de pesquisa.

O que motivou a escolha da obra de Luandino Vieira não foi, portanto, o acaso, mas tudo aquilo que ela representa: uma extraordinária capacidade de síntese, um rigoroso e pensado trabalho com a escrita em que a intertextualidade, o conhecimento sobre a língua e os desvios da norma gramatical entre a invenção e a resistência, sem uma pretensa distinção entre passado, presente e futuro rompem com a linearidade da cronologia para ser redesenhada pelas malhas da ficção. Há em Luandino Vieira um tecer que nos emaranha na metalinguagem.

A manifestação explícita da metalinguagem, o jogo intertextual, bem como a diluição de fronteiras entre poesia e prosa confirmam a persistente intenção de Luandino pelo imbricamento de gêneros e, talvez, principalmente, sua “vocação para narrar, para contar” a vida das pessoas no musseque “que  , de qualquer modo, [...] não o musseque da minha infância, mas um musseque recriado a partir desse musseque da minha infância” (LABAN, 1980, p. 11-12).

No seu livro *Forma o do romance angolano*, a pesquisadora Rita Chaves aborda o caráter memorialístico de *Nós, os do Makulusu*, “por onde passeiam as lembranças, os sonhos, as expectativas, os amores, as angústias e os mistérios de cada vida”. Ela acrescenta ainda que, para além do enredo tradicional, no espaço discursivo as “no es de passado, presente e futuro se misturam, e até mesmo a no o de linearidade   abandonada porque se revela incompatível com a consciência aguda de uma realidade estilhaçada” (CHAVES, 1999, p. 175).

A reestruturação do Projeto de tese, elaborada durante o primeiro semestre do doutorado, e as leituras efetuadas ao longo do primeiro ano do curso nos levaram a ampliar a percepção em relação aos romances escolhidos e, conseqüentemente, às várias possibilidades de análises dos mesmos. Escolhemos para *corpus* principal *Nós, os do Makulusu, De rios velhos e Guerrilheiros – O livro dos rios e O livro dos guerrilheiros* de José Luandino Vieira. À definição desse *corpus* presidiram dois critérios efetivos: a consideração pela obra do escritor, cujas qualidades literárias nos propiciaram leituras plurais e, por vezes, polêmicas, e igualmente a circunstância de representar o cenário de dilaceramento do período das guerras de libertação.

Diante disso, podemos apontar que o nosso estudo nos levou a alguns vetores: as guerras (colonial/independência de Angola), que constituem tema central, História/ficção (na apropriação e interpretação do passado), e a memória e a escrita (individual e/ou coletiva).

Essas abordagens cruzaram o nosso trabalho, suturadas pelas teorias dos críticos Frantz Fanon, Albert Memmi e Amílcar Cabral, os quais, cada um a sua maneira, defendem que o discurso produzido pela instância colonial está impregnado por um processo enunciativo em que o outro é produzido como uma realidade fixa e visível. Outros textos, de modo mais direto e específico, constituem base teórica para a análise da obra de Luandino Vieira: Marcio Seligmann-Silva, com escritas da violência; Walter Benjamin, autor de *O narrador* e de *Experiência e pobreza*; Jeanne Marie Gagnebin, autora de *Lembrar Escrever Esquecer*.

Para o desenvolvimento de nosso texto e com o apoio desse referencial teórico principal, dividimos a tese em quatro capítulos. No primeiro, intitulado *Guerra Colonial e Independência de Angola*, com o propósito de entendermos certos traços, não apenas da história recente angolana, mas principalmente de sua literatura, situamos o processo de independência de Angola nos quadros de um combate anticolonial contra o inimigo

português, em um cenário de guerra interestatal, que assumiu os contornos dos grupos envolvidos nos conflitos da guerra fria. A extensão desse primeiro capítulo, centrado na história da resistência e da guerra anticolonial, explica-se por sua importância e por promover ao leitor brasileiro acesso a material explicativo. Assim, trataremos do processo de independência de Angola que, comparado à grande onda das independências africanas entre as décadas de 1950 e 1960, aconteceu tardiamente. Três pontos fundamentais norteiam esse capítulo: a composição do aparato colonial português que sobrevive até o século XX; a formação e a atuação dos principais grupos nacionalistas de Angola ao longo da guerra de libertação nacional; e, por fim, o modo como a nação angolana se tornou um microcosmo da Guerra Fria entre a instauração do governo de transição, em janeiro de 1975 e a noite de novembro de 1975 quando os dirigentes do MPLA declararam a independência de Angola. Embora não tratemos da guerra civil que veio em seguida, concluímos esse capítulo considerando, com Marcelo Bittencourt, que “o fim da guerra não é o fim da guerra” (BITTENCOURT, 2002, Vol. 2, p. 706).

Os dois capítulos seguintes, intitulados *Ficção e História na obra de Luandino Vieira e Memória e Narrativa*, tratarão dos três romances que compõem o *corpus* literário da nossa tese. Nesses capítulos, trabalharemos, mais especificamente, com a guerra de libertação evidenciada em cada romance. Começaremos por discutir as relações que se estabelecem entre História e ficção, memória individual e coletiva, com a observação mais detida sobre as personagens e a instância narrativa. Cabe salientar que dialogaremos também com as seguintes narrativas: *A vida verdadeira de Domingos Xavier* e *Kapapa – pássaros e peixes*.

Por fim, em *Escritas (re)inventadas*, quarto capítulo, colocaremos em diálogo os três romances. Tendo como objetivo pensar as estratégias discursivas na obra de Luandino Vieira, analisaremos as relações intertextuais, bem como o papel da escrita no contexto das guerras.

CAPÍTULO 1. GUERRA COLONIAL E INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA

[Fanon] abalou a “boa consciência” das metrópoles ocidentais afirmando que “um país colonial é um país racista” e assustou círculos colonialistas denunciando a violência do sistema e explicando que “o homem colonizado liberta-se pela violência”; escandalizou uma certa esquerda intelectual pondo em causa instrumentos teóricos da ortodoxia marxista; provocou a indignação dos partidos operários ocidentais ao afirmar que “a história das guerras de libertação é a história da não verificação da tese” da comunidade de interesse entre classe operária da metrópole e o povo colonizado; coerente com sua convicção, acusou a não-violência e o neutralismo de serem formas de cumplicidade passiva com a exploração dos colonizados ou de “desorientação” das elites dos povos subjugados. (CABAÇO e CHAVES, 2004, p. 69).

Antes de iniciar nosso trabalho sobre a obra de Luandino Vieira, convém efetuar uma breve análise do processo de independência de Angola, levado a efeito pelos seus grandes movimentos de libertação nacional nos marcos do colapso do colonialismo português. Tentaremos mostrar, talvez não em todas as suas cores, visto que isso apenas quem viveu poderá fazer, o que significou para o povo angolano os séculos de colonialismo português, a violência que se abateu sobre esse povo durante o período colonial e como essa violência aumenta nos anos de guerra pela independência. Tentaremos, também, analisar brevemente o momento de passagem de uma guerra de natureza essencialmente anticolonial para o cenário das disputas internas (guerra civil) configurado no período em que a independência estava “agendada”, embora ainda não configurada – que correspondeu ao momento de “suspensão” caracterizado pelo governo de transição entre janeiro e novembro de 1975.

Considerando a importância da questão “independência de Angola”, este capítulo tem um caráter meramente exploratório e, como base de sustentação, o recenseamento

bibliográfico que nos possa situar na análise da literatura angolana, notadamente a obra de Luandino Vieira.

A historiografia sobre Angola ainda é pouco difundida em nossos cursos universitários que, com raras e boas exceções, trata da história da África a partir de uma epistemologia eurocêntrica. Como sugere Ferro, é

imprescindível levar em conta o passado dessas sociedades [colonizadas], pois dele dependeu amplamente a relação entre colonizadores e colonizados. Hoje não mais se considera, como se fazia antigamente, que esses povos não tiveram história; já não se fala em “séculos obscuros”, e sim em “séculos opacos”, já que incompreensíveis para os que entravam em contato com aqueles povos. (FERRO, 1996, p. 12).

Mesmo o termo “descolonização” nos remete a uma lógica europeizante, visto que sugere implicitamente que os europeus, impedidos ou cansados de sua tarefa de colonizadores, propõem-se agora a descolonizar – o que não poderia ser mais errôneo em se tratando da história do povo angolano, cuja longa trajetória de guerra contra o jugo português aconteceu às suas próprias expensas. É o caso de nos perguntarmos, como o fez Ferro,

devemos o fim da colonização à luta de libertação dos povos subjugados e vencidos, e só a ela, ou temos de imputá-la também à decadência das metrópoles, incapazes de administrar o imenso capital que haviam acumulado? Ou terá sido o resultado das pressões do mundo exterior conjugado a outros fatores? (FERRO, 1996, p. 300).

Por trás da questão estão os movimentos de libertação da África, que ao final da Segunda Guerra Mundial eclipsaram o imperialismo europeu para iniciar uma nova etapa na história dos nacionalismos africanos.

Para entendermos certos traços, não apenas da história recente angolana, mas principalmente de sua literatura, é preciso situar o processo de independência de Angola nos quadros de um combate anticolonial contra o inimigo comum português, em um cenário de guerra intraestatal que assumiria os contornos dos grupos envolvidos nos conflitos da guerra fria. Essa passagem ocorre de forma gradual, embora possamos dizer que o Acordo de Alvor

tenha subitamente chamado a atenção internacional para a situação angolana (ainda que tenha sido o ponto nevrálgico dessa clivagem), conquanto a composição ideológica e de ordem sociopolítica dos grupos nacionalistas angolanos, desde o momento de sua criação, tenha se proposto a aproximações de elementos externos.

Assim, o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), em função de seu referencial marxista-leninista, e da idealização de um programa revolucionário para a Angola independente, aproximou-se do campo soviético e cubano, ainda que seus dirigentes tenham reiteradamente informado à opinião pública sua disposição de não-alinhamento⁶; a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), por sua vez, carecia de um planejamento explícito para o que viria após o expurgo do colonialismo português, ao passo que a bandeira do anticomunismo, que o uniria aos Estados Unidos e, posteriormente, à África do Sul, funcionaria como uma ferramenta bastante eficaz para combater o MPLA. A União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) não teria uma atuação tão premente nessa fase da vida angolana quanto os outros dois grupos, em que podemos dizer que a coalizão com a África do Sul, em meados de 1975, tenha obliterado sua atuação como grupo individual, tornando-se a própria imagem do rompante sul-africano.

Começamos, então, este capítulo com a análise da construção do aparato colonial português na passagem do século XIX para o século XX, em seu contexto europeu e em relação ao processo das independências africanas que se sucediam na virada da primeira metade do século XX.

⁶Sobre a composição do MPLA e sua filiação ideológica, Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes afirmam que “o MPLA é um partido de quadros, de mestiços e dos antigos assimilados, tendo implantação nas cidades, mesmo que apenas por adesão sentimental” (AFONSO e GOMES, 2000, p. 70) Na mesma obra, um pouco antes, dizem que “o MPLA foi, desde o primeiro momento, uma organização nacional, e ainda que a sua principal base de apoio tenha sido a etnia mbundo, que se estendia de Luanda a Malange, contou sempre com apoios noutros grupos tribais. Aglutinou, além disso, elementos da pequena burguesia negra e mestiça e dos setores operários. Contrariamente à FNLA, tinha uma ideologia mais definida e, com o tempo, evidenciou-se a sua raiz marxista”. (*idem*, op. cit, p. 64). E mais adiante, afirmam que “os mestiços... desempenharam papel de grande importância e representaram o essencial dos quadros marxistas do MPLA”. (*idem, ibidem*, p. 69)

1.1. A ARQUITETURA COLONIAL PORTUGUESA E A CONFERÊNCIA DE BERLIM (1885)

Até o final do século XIX, a presença portuguesa em Angola encontrava-se majoritariamente concentrada ao redor dos portos das cidades de Luanda e de Benguela, resguardados por um sistema estratégico de pequenos fortes em pontos isolados na sua retaguarda. Isto é, o interior mantinha-se alheio à presença portuguesa e o historiador inglês Perry Anderson calcula que “em meados do século XIX é seguro dizer que jamais existiu em Angola um número superior a 3.000 cidadãos portugueses” (ANDERSON, 1966, p. 29).

Em Angola, a interiorização da metrópole não iria acontecer senão a partir do final do século XIX, e esta ocupação fez-se de maneira bastante particular, uma vez que o grande condicionante da interiorização metropolitana tanto em território angolano quanto moçambicano foi o interesse colonial de outras potências europeias, principalmente da Bélgica e Inglaterra. A esta característica do imperialismo português, Anderson deu o nome de “teoria da colonização reflexa” (ANDERSON, 1966, p. 45), tese embasada na precariedade das condições econômicas portuguesas em sustentar uma competição territorial na África em pé de igualdade com seus vizinhos europeus, uma vez que esta nova etapa expansionista era simbolizada pela entrada na era industrial, cujas pontas de lança eram as poderosas companhias concessionárias – às quais a economia portuguesa tinha pouco ou quase nenhum acesso naquele momento.

As companhias concessionárias, a exemplo da inglesa *Royal Niger Company* (criada em 1886), que ocupou e dirigiu grandes porções da Nigéria, ou a belga Associação Internacional do Congo (criada em 1882), que, como o nome diz, ocupou vastas regiões do Congo-belga, funcionavam sobre a dinâmica da procura por matérias-primas e mercados que funcionassem como uma extensão direta à ascensão da produção técnica e racionalizada das indústrias metropolitanas. A diferença entre as modernas companhias concessionárias e suas pretéritas

formas de companhias privadas de exploração é que agora agiam sob a égide dos Estados que atravessavam a Segunda Revolução Industrial, derogando-lhes funções administrativas *ad hoc* de forma a racionalizar o escoamento sistemático de recursos e a guarnição do comércio monopólico, como também cedendo benefícios oriundos de fundos públicos.

Portugal, cuja presença em território africano já na segunda metade do século XIX recendia às antigas feitorias meramente extrativas de tempos passados, havia buscado o reconhecimento inglês para a sua pretensão territorial sobre a bacia do rio Congo, o que havia sido reiteradamente ignorado. E aqui está o condicionante de “reflexo” do colonialismo português: quando a África equatorial começou a ser efetivamente ocupada pelos governos francês e belga, o parlamento inglês tratou de revisar sua política externa e buscou reconhecer a soberania portuguesa sobre o rio Congo – ao Parlamento inglês a ocupação portuguesa tornara-se vantajosa, uma vez que eram aos recursos financeiros ingleses que Portugal recorria no seu intento colonial, de forma que as colônias portuguesas poderiam ser virtualmente consideradas colônias britânicas (ANDERSON, 1966). O episódio culminaria na Conferência de Berlim, realizada entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, fato que seria marcado como o principal propulsor do *Scramble for Africa* – a chamada “partilha da África.”

Após a Conferência, a ambição portuguesa de criar um corredor transafricano, unindo ininterruptamente os territórios de Luanda (Angola) a Lourenço Marques (Moçambique), caiu por terra, visto que este plano acabou ocasionando disputas acerca de limites fronteiriços entre Moçambique e as possessões britânicas já bem consolidadas na Rodésia do Sul (atual Zimbábue) e Niassalândia (atual Malawi). A Grã-Bretanha desvencilhou-se facilmente da pretensão portuguesa utilizando o argumento contido no Art. 35 da Conferência de Berlim, que punha a “ocupação efetiva” como princípio para reivindicação de posse em territórios em disputa. Não fosse este um fator dissuasório suficientemente acertado, sua poderosa armada, com certeza, o seria.

Ao final do século XIX, os territórios de Angola e Moçambique assumiram o aspecto fronteiriço como hoje o conhecemos.⁷ A questão é que estas novas e estabilizadas fronteiras iam muito além da presença portuguesa àquela altura em que, como já vimos, era ínfima e localizada, com raras exceções, em cidades fortificadas e de carácter portuário. A partir daqui começariam os maciços dispêndios de Portugal para levar a cabo o Art.35 da Conferência de Berlim.

O século XX assiste a novas ofensivas de Portugal, que enviam grande número de expedições militares para subjugar à força as populações renitentes. Apesar do influxo de esforços bélicos ocasionados pela Conferência de Berlim, foi somente ao final da Primeira Guerra Mundial que se pôde dizer que havia certa estabilidade no domínio militar português em Angola, impetrada através de sucessivas campanhas militares em direção ao interior⁸. É importante ressaltar que embora a situação geral aparentasse relativo equilíbrio de forças pendente para o lado português no alvorecer do século XX, certos grupos étnicos continuariam sendo infensos à presença portuguesa até, pelo menos, a década de 1940 – a exemplo da etnia dos bakongos, ou em regiões do distrito de Malange. Este ponto é importante para equalizar questões futuras relacionadas aos movimentos de libertação. Herdeiros do antigo Reino do Congo que fora seccionado a partir de 1885 entre França, Bélgica e Portugal, os bakongos angolanos seriam um foco ativo de repulsão à presença portuguesa até a data da independência de Angola⁹.

⁷ Uma exceção foi a composição territorial do atual enclave de Cabinda, uma das 18 províncias da Angola contemporânea. Cabinda era conhecida à época pelo nome de “Congo Português” – análogo ao “Congo Belga” (atual República Democrática do Congo) e ao “Congo Francês” (atual República do Congo), que igualmente tiveram seus territórios demarcados em Berlim – e estava ligada ininterruptamente ao território angolano; posteriormente, a Bélgica reivindicou uma saída para o mar para o seu Congo, que lhe foi concedida, tornando Cabinda definitivamente uma região de enclave em território congolês (PEIXOTO, 2009, p. 144). A conformação territorial deste pequeno território (tem pouco mais de 7.000 km²), somada ao fato de ser a provedora da maior parte do petróleo de Angola, transformou-a em zona de disputa e de permanente guerra pela sua possessão, que só cessariam, em definitivo, no ano de 2003.

⁸ A esse respeito ver Pélissier (1997).

⁹ Com efeito, Holden Roberto, o líder do movimento nacionalista angolano UPA/FNLA, remeteu à ONU o pedido de restabelecimento do antigo Reino do Congo no ano de 1957 (ROAPE, 1986, p. 81). Infelizmente, não foi possível encontrar as reverberações de tal pedido no seio da ONU durante a elaboração deste trabalho.

A dinâmica do colonialismo ao fim do século XIX era a simbiose entre o capital privado, que se expandia “naturalmente” para fora do território de origem em busca de recursos naturais e humanos, o qual era seguido pelos interesses e estratégias do Estado de origem. De um ponto de vista estritamente econômico, os Estados nacionais se lançavam ao fomento da produção, a partir de amplos investimentos de capital, no setor primário-exportador (seja agrícola ou de recursos minerais) e, para tanto, faziam uso da ampla mão-de-obra local que era privada de direitos políticos e vivia sob o condicionante do comércio monopolístico com a metrópole. É claro que o colonialismo foi auxiliado, no campo ideológico, por um amplo arcabouço teórico, principalmente de raízes social-darwinistas, que equalizavam a questão colocando o colonizador como um indutor do “progresso e da civilização”.

A “colonização reflexa” sugere que Portugal, que não passara pela mesma etapa de industrialização que seus parceiros europeus, teria como principal ferramenta de controle territorial a via armada, de forma que mesmo as suas parcas companhias concessionárias funcionavam largamente sob a alçada de capital financeiro estrangeiro (principalmente inglês) e a participação portuguesa no comércio internacional era diminuta.

A Monarquia portuguesa à época da Conferência de Berlim começou a ser alvo de críticas pelas afrontas afligidas durante a Conferência (uma vez que os intentos de ocupação foram amplamente cerceados pelos papéis prioritários da Bélgica e Inglaterra) e pelo crescimento da crise econômica em Portugal, muito em função dos esforços de ocupação territorial. Uma vez estabelecido o regime republicano, em 1910, a administração colonial passou por uma reestruturação, num quadro que ficou completo a partir da chegada de António Salazar à administração portuguesa em 1926, nome que se tornaria sinônimo de “administração colonial” (SMITH, 1974, p. 654). Apesar das mudanças de forma que ocorreram ao longo da primeira metade do século XX em matéria de administração colonial, a

estrutura do colonialismo português foi condicionada pela sua incapacidade de transformar uma economia meramente extrativa numa economia de transformação – de forma que a acelerada proliferação do capital financeiro dos grandes centros capitalistas tendeu a transformar a economia portuguesa e, por derivação, das de suas colônias, em “refém” do capital estrangeiro ocidental.

Afora a mudança de mãos por que passaram as colônias das potências perdedoras da Primeira Guerra Mundial, a dizer, Alemanha e Turquia, declaradas territórios a serem regidos por “mandatos” segundo o artigo nº 22 do Pacto da Sociedade das Nações (GENTILI, 1988, p. 183), o aspecto do mapa colonial orquestrado pela Europa ocidental mudou muito pouco no período do entre-guerras. Contudo, a crise do colonialismo começou a despontar a partir da década de 1930, pois o ano de 1929 conflagrara uma crise econômica superprodutiva que acarretara os primeiros claros antagonismos entre as economias dependentes e suas metrópoles, muito em função de que os preços dos produtos primários caíram vertiginosamente – muito mais, aliás, do que os dos manufaturados (HOBSBAWM, 1995). Assim, no continente asiático, em países como a Índia, Vietnã e Malásia, as populações agrárias, a partir de minorias politizadas, começaram a oferecer fortes bases de resistência nacional; ao passo que na África Central e Setentrional, ondas de greves e sublevações geradas pelo êxodo dos campos às cidades começaram a aparecer (HOBSBAWM, 1995).

O fator decisivo para a crise do colonialismo europeu no século XX foram os confrontos da Segunda Guerra Mundial, uma vez que os territórios metropolitanos se tornaram palco imediato de conflitos altamente destrutivos que, além de imbricarem em amplos esforços humanos e materiais que tendiam a diminuir sua capacidade em gerir o aparato administrativo e colonial de que dispunham, também foram notórios por proverem “a prova de que os brancos e seus Estados podiam ser derrotados, total e vergonhosamente” (HOBSBAWM, 1995, p. 212). Ademais, a exemplo do caso francês, em que suas colônias

foram importantes partícipes nos teatros de operação e que de forma análoga à metrópole (separada em República de Vichy e França Livre, de De Gaulle) foram separadas em duas partes (África-Occidental e África-Equatorial), surgiu a estranha e incômoda situação em que o colonizador e o colonizado lutaram lado a lado em prol da liberdade do primeiro (CROWDER, 2010). Ainda que o período imediatamente posterior à Segunda Guerra fosse de tentativas de restabelecer os laços coloniais de forma a fomentar a reconstrução europeia, os movimentos de libertação nacional que se iniciaram na década de 1930 tenderam a amadurecer ao longo da Segunda Guerra, ao passo que a ascensão dos Estados Unidos como centro hegemônico do mundo capitalista tendia a solapar o tipo de relação de quase autarquia que os impérios coloniais europeus mantinham com suas colônias em busca do favorecimento da livre circulação das empresas transnacionais.

A marcha rumo às independências se tornou irrefreável em inícios da década de 1950 e este princípio foi consagrado na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) no seu capítulo XI, intitulado “Declaração Sobre os Territórios Não-Autônomos”, onde se lê em seu Artigo 73º a positivação do primado dos interesses dos habitantes locais à gradativa promoção do seu autogoverno:

Promover o seu governo próprio, ter na devida conta as aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes, e os diferentes graus do seu adiantamento [...] (CARTAS DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945).

As descolonizações não poderiam mais sair da pauta política das metrópoles coloniais e, a exemplo da Conferência de Brazzaville de 1944, organizada por De Gaulle¹⁰, discussões e planejamentos acerca das descolonizações começaram a ser tratados com o cuidado de que os interesses econômicos nas colônias não fossem abalados totalmente. A fórmula para as

¹⁰ A Conferência de Brazzaville (1944, ex-Congo francês) reuniu os administradores coloniais que haviam colaborado com os Aliados, de forma a empreender, junto com De Gaulle, evoluções em relação à administração colonial e, assim, aumentar, ainda que minimamente, sua margem de governabilidade. (UNESCO, 2010).

descolonizações após a Segunda Guerra era a de ceder autonomia administrativa ao governo local, de forma a fazer a profilaxia para eventuais e prováveis revoluções sociais por parte da população negra, e manter, na questão econômica, os laços das arcaicas instituições coloniais sob a forma de acordos, tratados e outros órgãos que acabavam por beneficiar a elite dirigente europeizada e a economia primário-exportadora.

Estavam dados os ingredientes para o colonialismo que prescindia da administração direta da metrópole, uma vez que a inserção das colônias no mercado internacional lhes propiciara ser dependentes econômica e tecnologicamente, além de privadas de estruturas industriais integradas e dirigidas por um *status quo* profundamente identificado com a ex-metrópole, o que dificultou, em muito, a criação de um governo autocentrado empenhado em reformas sociais que abarcassem a grande massa da população. Esse cenário de “descolonização” gradativa começou a chamar-se “neocolonialismo”, ao qual socorreram muito bem a Inglaterra, com sua *Commonwealth*, e a França, com a União Francesa e sua romântica ideia de “comunidade francófona”.

É evidente que o gradualismo ensejado não se converteu em resultados idênticos a toda a África, visto que cada país passara por experiências coloniais diferentes. Assim, a mesma Inglaterra que travou uma guerra contra os Mau Mau no Quênia (1954-1956), acenava favoravelmente à ascensão de Kwame N’Krumah ao cargo de Primeiro Ministro da Costa do Ouro (futuro Ghana) em 1951; a mesma França que pusera suas colônias da África Ocidental e Equatorial, em 1958, dentro dos marcos da União Francesa, travou uma guerra de oito anos (1954-1962) contra a FNL (*Front de Libération Nationale*) da Argélia.

No caso de Portugal, ocorria um “padrão reverso” do imperialismo. Com dados da década de 1950, Anderson (1966) avaliou a economia portuguesa da seguinte forma: o setor primário (agricultura e pesca, principalmente) absorvia quase a metade da população economicamente ativa, embora as técnicas de agricultura fossem muito rudimentares

(sobretudo devido à baixa mecanização e pouco acesso à indústria química que beneficiaria a adubagem), o que acarretava déficits cerealíferos significativos; a indústria contava com menos de 25% da mão-de-obra, em que o setor dominante, o têxtil, provia renda agregada notoriamente baixa. Anderson concluía que:

Com a única exceção do algodão para a indústria têxtil, a clássica absorção colonialista de matérias-primas para reexportação como produtos manufaturados não ocorre. A balança é exatamente inversa; exportação quase total de matérias-primas [...] e importação de manufaturados. O padrão é, assim, o verdadeiro reverso de uma economia imperialista. (ANDERSON, 1966, p.7).

Na onda das descolonizações que atravessaram a África ao longo da década de 1950 e 1960, Portugal passou como um naufrago agarrado ao seu bote: sua economia e estrutura social não permitiram formar os laços neocoloniais que seus vizinhos europeus puderam montar. Esta característica do colonialismo português foi colocada em evidência por Amílcar Cabral¹¹ em discurso na capital da Tanzânia, Dar es Salaam, em 1965:

A característica fundamental do colonialismo português atualmente é um fato muito simples: o colonialismo português ou, se você preferir, a infraestrutura econômica portuguesa, é incapaz de dar-se o luxo do neocolonialismo. É a partir desse ponto que podemos entender a obstinada hostilidade do colonialismo português para com nossos povos. (*apud* DAVIDSON, 1974, p. 11, nota 12).

No entanto, a despeito de sua condição econômica marginal, Portugal manteve durante boa parte do Estado Novo (1930-1974) sob sua esfera imediata de influência os territórios africanos de Angola, Moçambique, o arquipélago de Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e suas dependências. Esses territórios que, se somados, formariam uma massa continental quase três vezes maior que o território português, ainda assumiria maiores

¹¹ Amílcar Cabral foi o fundador do Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), de grande importância para o movimento nacionalista destes países; foi assassinado na cidade de Conacri, Guiné, no ano de 1973. Sua figura é até hoje cultuada como a de um dos bastiões do moderno nacionalismo africano. Sobre a importância política de Cabral e seu legado para as questões do nacionalismo africano, ver Davidson (1984).

proporções caso adicionados das colônias portuguesas extra-africanas: Goa e suas dependências, na Índia; Macau, na China; e o Timor.

Como a manutenção de tamanho potentado colonial foi possível em uma conjuntura internacional progressivamente infensa ao colonialismo?

A resposta tende a ser dupla. Por um lado, a manutenção do aparato colonial posta em prática pelo Estado Novo português andou de braços dados com os investimentos estrangeiros alocados em suas colônias, não apenas aqueles provenientes dos grandes centros financeiros ocidentais, mas gradativamente também os da África do Sul a partir de meados da década de 1940, cuja escalada industrial era substancialmente ajudada pelo seu regime de *apartheid*, formador de uma cobertura tentacular de trabalho semi-escravo e controle produtivo ao território adjacente da Namíbia, Botsuana, e dos pequenos Estados de Lesoto e Suazilândia – além de exercer grande influência sobre a Rodésia do Sul (atual Zimbábwe) e Malawi¹². O regime salazarista, dessa feita, se tornou um fiel gendarme do capital estrangeiro em suas colônias, cujo poderio militar não era insignificante, uma vez que era membro-fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). A confiança externa dos parceiros da OTAN e do governo de Pretória teria sido abalada quando se colocou em cheque a capacidade do regime salazarista de ser um bom guardião da ordem vigente em suas colônias, uma vez que os movimentos nacionalistas africanos começaram a apresentar sérios riscos de independências sob movimentos negros e revolucionários, que prezavam por mudanças sociais; afinal de contas, os “bastiões brancos” da África Austral representavam uma ponte

¹² Zâmbia (antiga Rodésia do Norte) e Malawi (antiga Niassalândia) tornaram-se independentes em 1963, com a desagregação da Federação Centro-Africana, articulada por Londres. O Malawi e o Zimbábwe (antiga Rodésia do Sul, independente em 1965) formaram, a partir de sua independência, governos de segregação racial, aliados à África do Sul (VISENTINI, 2010).

privilegiada de passagem entre o Atlântico Sul e o Índico, ponto estratégico ao flanco sul da OTAN, além de vastas fontes de minerais estratégicos e recursos energéticos¹³.

Por outro lado, à arquitetura legal do colonialismo português coube fazer o jogo de palavras para burlar as contingências do cenário pós-guerra que se avolumavam em prol da libertação, pois mesmo para um regime autoritário e de elementos fascistas, como o de António Salazar¹⁴, a crítica colonial tornara-se ácida demais.

O Acto Colonial de 1930, formulado a partir do próprio gabinete de Salazar, criou as regras para a administração colonial; em 1951, esse estatuto foi incorporado à Constituição Portuguesa, com a mudança de terminologia de “colônias” para “províncias ultramarinas” (PINTO, 2009, p. 453). Afora o plano retórico ou estritamente jurídico, as práticas e a realidade da administração colonial permaneceram intocadas. De qualquer forma, Portugal foi aceito, no ano de 1955, como membro da ONU, afirmando “não governar territórios não-autônomos” (PINTO, 2009, p. 455).

Neste espaço em que o governo português buscava, a duras penas, dar legitimidade às suas ocupações na África, o ideário do lusotropicalismo, engendrado pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, serviu como um bálsamo. Na obra *Integração Portuguesa nos Trópicos*, Freyre (1958) afirmava que Portugal, já no século XV, teria se empenhado na criação de um novo tipo de civilização, pois sua expansão se fazia em termos de simbiose com as culturas dos trópicos, a partir da qual um novo tipo de saber seria possível:

O saber de experiência, um tipo de empirismo pragmático, que Freyre afirma já estar presente em Camões. Esse saber, criado na simbiose do homem luso com os povos tropicais, deu origem a práticas fraternas de assimilação. Assimilação cultural e não etnocêntrica. Tais elementos haveriam de fundamentar o alvorecer de uma nova civilização. (PINTO, 2009, 456).

¹³ Davidson (1974) explora o tema da função do Estado Novo português de mantenedor do sistema produtivo de Angola e Moçambique como importante para a manutenção da cooperação por parte dos Estados Unidos e África do Sul.

¹⁴ Antonio de Oliveira Salazar (Santa Comba Dão, 1889 – Lisboa, 1970) foi Presidente do Conselho de Ministros.

A averiguação científica do lusotropicalismo não era fundamental ao regime salazarista, uma vez que a argumentação embutida nessas ideias seria incorporada à política de prestígio que Salazar buscava no plano internacional, formando um corolário mistificador em que o português não representava uma força opressora, mas um ponto harmônico de contato entre culturas e etnias diversas. Dessa forma, a imagem que se queria passar era de que Portugal e suas “províncias do ultramar” formavam uma união equilibrada de partes díspares, que viveriam fraternamente sob a mesma bandeira nacional.

Na realidade, a relação da administração colonial com os habitantes das colônias africanas estava estritamente vinculada à ideia de “assimilação” social, positivada em 1954 através do Estatuto dos Indígenas de Guiné, Angola e Moçambique (PEIXOTO, 2009, p. 25). De acordo com os preceitos impingidos neste Decreto-Lei, os indígenas (como eram chamados os naturais da África) poderiam ascender ao *status* de assimilado, quer dizer, “à semelhança de cidadão-civilizado português” (PEIXOTO, 2009, p. 26), caso possuíssem as características básicas para tanto, como conhecimento da língua e costumes comuns, ligados à prática religiosa e cotidiana. Os resultados disso eram irrisórios:

Em 1950, [a taxa de assimilação dos negros angolanos] abrangia 0,7% da população autóctone. Em dez anos essa taxa subiria para 1,9%, acrescentando apenas 9.259 pessoas aos números de 1950. Nesse ritmo, segundo Pélissier, faltariam mais de 4.500 anos para que Portugal terminasse de assimilar todos os indígenas. (PEIXOTO, 2009, p. 19).

A “nação multirracial” de Salazar era de fato muito semelhante à África do Sul sob o regime do *apartheid*,¹⁵ de forma que o colonialismo português foi chamado por Anderson de “ultracolonialismo”, isto é “simultaneamente a mais primitiva e a mais extensiva modalidade de colonialismo” (ANDERSON, 1966, p.14). Corroborava para tanto a péssima qualidade de vida que cabia à ampla parte da população sob o regime de “trabalho por contrato” e os esforços categóricos da administração portuguesa para apagar a natureza tipicamente africana

¹⁵ A África do Sul na década de 1960 contava com uma porcentagem de mestiçagem três vezes maior do que a de Angola no mesmo período (PEIXOTO, 2009).

das manifestações culturais e políticas em Angola (como em suas outras colônias), de forma a dar ênfase à unidade sociocultural de formação lusa¹⁶.

O trabalhador por contrato, ou simplesmente os “contratados”, serviam de mão-de-obra para um trabalho que diferia muito pouco da escravidão, abolida em 1870: derivado diretamente do decreto imperial de 1899, que instituía a “obrigação moral e legal” dos nativos de obterem trabalho como forma de contribuição social, este decreto sobreviveu ao período republicano, quando tomou as cores burocráticas do Estado Novo, em que aqueles que não pudessem comprovar vínculo empregatício de ao menos seis meses por ano poderiam ser levados, à força se preciso, para trabalhar onde fossem necessários (DAVIDSON, 1971). Os “contratados” ganhavam o que mal dava para vestir-se e alimentar-se, situação que piorou com o Decreto-Lei que proibia o escambo em Angola (BOAVIDA, 1967), e seus destinos eram principalmente os latifúndios de algodão, na região leste, e de café, ao norte – isso quando não eram “alugados” para trabalhar fora de Angola, quando seu destino era geralmente o trabalho braçal na África do Sul, de onde geralmente não retornavam (DIOP, 2010).¹⁷

O território angolano não passou incólume dos anos que fizeram crescer a margem de manobra dos países africanos, seja através do movimento Terceiro-Mundista, propagado a partir da Conferência de Bandung de 1955, ou de instituições caracteristicamente africanas como a Organização da Unidade Africana (OUA) ou dos ideários do Pan-Africanismo e da Negritude, de forma que os elementos subsidiários à atuação de um nacionalismo ativo estavam dados já na década de 1950 (ASANTE e CHANAIWA, 2010).

¹⁶ A título de exemplo, no ano de 1971, isto é, quando a guerra de libertação em Angola já acontecia há dez anos, cogitava-se em Portugal mudanças que dessem mais liberdade às aspirações dos nacionalistas angolanos, como forma de amainar os conflitos – como, por exemplo, permitir a transmissão radiofônica em outras línguas de Angola, além do português (DAVIDSON, 1970).

¹⁷ Apenas no ano de 1958, 75.000 pessoas de Moçambique e outras 102.000 de Angola foram canalizadas para a África do Sul (BOAVIDA, 1967).

Segundo Davidson (1970), a diferença fundamental para a atividade independentista nas colônias portuguesas seria a ausência daquela opção gradualista que os outros países europeus buscaram, a qual deixava aos grupos nacionalistas angolanos poucas opções além da rendição ou insurreição. O Estado Novo português estava de tal modo mergulhado nos resquícios do “Império de Camões”, que sua unidade pluricontinental acrescida da autoindulgência proporcionada pelo lusotropicalismo, que só a queda do regime, em 1974, pôde dar fim ao colonialismo na África.

1.2. DA GUERRA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL À QUEDA DO ESTADO NOVO (1961-1974)

Em Angola, dois movimentos foram os principais responsáveis por atrair a adesão popular e a atenção internacional para a luta de independência angolana: o Movimento Popular de Libertação Nacional (MPLA) e a União das Populações do Norte de Angola (UPNA), depois transformada simplesmente em União das Populações de Angola (UPA).¹⁸ Diferentes em seus programas políticos e nas suas bases regionais de apoio, estes dois grupos não foram os únicos a formar coro político ao longo das décadas de 1950 e 1960, embora tenham se tornado, pelos motivos que veremos a seguir, os únicos que sobreviveram ao crivo da Política Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), a principal ferramenta de opressão política, tanto em solo europeu quanto africano, do governo de António Salazar e de seu sucessor, Marcello Caetano.

Como já vimos, o fim da Segunda Guerra trouxera o refluxo da capacidade administrativa dos antigos impérios coloniais europeus, o que veio ao encontro do

¹⁸ Um terceiro grupo, a UNITA, surgiu na segunda metade da década de 1960. Contudo, sua organização e chefia (Jonas Savimbi) eram provenientes dos outros dois grupos; além disso, a importância efetiva da UNITA nas páginas da história angolana não esteve tanto na fase da guerra anticolonial, mas justamente após a independência – quando os Estados Unidos, sob a égide da Doutrina Reagan, juntamente com a África do Sul, o apoiaram aberta e diretamente como forma de combater o governo do MPLA, apoiado diretamente por Cuba. Tudo isso compete para que MPLA e UPA sejam os grupos nacionalistas principais na fase que se pretende analisar.

recrudescimento dos nacionalismos africanos propiciando um grande salto em seus processos de independência. Angola não passaria incólume a este movimento que havia levado a crítica ao colonialismo à ordem do dia, pois além do valor simbólico impingido na liberação dos países vizinhos, cuja apoteose foi o ano de 1960, o Ano Africano,¹⁹ o intenso diálogo entre os pensadores e políticos africanos dos países recém-libertos, ou em situação de guerra anticolonial, proveu o contexto africano de larga circulação de subsídios político-ideológicos com os quais arguir contra o colonizador – tanto em plano simbólico, como concretamente.

Assim, dois dos grandes arautos do pensamento anticolonial africano, ainda que imbuídos de projetos independentistas bastante diferentes, participaram pessoalmente da fase de gestação da luta anticolonial angolana na virada da década de 1950 à de 1960: Kwame Nkrumah e Frantz Fanon. O primeiro, Presidente de Gana, auxiliou na fuga de estudantes provenientes de Angola e Moçambique que estavam estudando em Portugal quando a guerra em Angola foi deflagrada no início de 1961 e sabia-se que a reação da PIDE não tardaria (BITTENCOURT, 1997, p. 27); o segundo, quando da ocasião da II Conferência dos Povos Africanos de 1960, em Túnis (Tunísia), encontrou-se com os expoentes políticos tanto do MPLA quanto do UPA²⁰ e, a partir de sua experiência da guerra de libertação nacional argelina, foi um importante incentivador da nacionalização da luta armada em Angola e da interiorização desta luta (BITTENCOURT, p. 9). Além disso, ainda que suas participações físicas tenham sido pontuais no caso angolano, são imensuráveis as implicações de suas ideias para o desenvolvimento dos processos independentistas da África, cujos movimentos do Pan-

¹⁹ Em 1960, a maior parte das colônias belgas, francesas e inglesas na África tornou-se independente: “Camarões, Congo-Brazzaville (atual República Popular do Congo), Gabão, Tchad, República Centro-Africana, Togo, Costa do Marfim, Daomé (atual Benin), Alto Volta (Atual Burkina-Faso), Niger, Nigéria, Senegal, Mali, Madagascar (atual República Malgaxe), Somália, Mauritânia e Congo-Leopoldville (Depois Zaire e atual República Democrática do Congo). Entre 1961 e 1966, foi a vez de Serra Leoa, Tanzânia, Uganda, Ruanda, Burundi, Quênia, Gâmbia, Botswana e Lesoto” (VISENTINI, 2010, p. 30).

²⁰ Estavam lá Viriato da Cruz e Lúcio Lara, ambos do MPLA, assim como Holden Roberto, líder da UPA. Em conjunto, assinaram uma Declaração de Compromisso, em que foi grifada a necessidade de “estabelecer o mais cedo possível um programa concreto de ação para 1960 e que conduza nossos povos à independência no mais breve espaço de tempo” (Declaração de Compromisso, Arquivo Pessoal de Lúcio Lara, *apud* BITTENCOURT, 1997, anexo I).

Africanismo e da Negritude, caros a um e a outro, constituíram ferramentas riquíssimas de crítica às “descolonizações gradualistas” e ao modelo neocolonial subjacente a elas.²¹

Desde o período do entre-guerras começaram a ser criados grupos nos meios urbanos de Luanda que protagonizaram discussões críticas quanto às reformas econômicas e sociais em Angola e formaram centros de consciencialização das populações para a necessidade de revisão e supressão do colonialismo. Assim nasceram a Liga Nacional Angolana (LNA) e a Associação Regional dos Naturais de Angola (ANANGOLA), criados mais ou menos à mesma época ao final da década de 1930 (M'BOKOLO, 2010). Sob os auspícios dessas associações mais antigas, no início da década de 1950 vários escritores e poetas angolanos começariam a se aglutinar em grupos literários com a proposta de resgate da cultura africana, a exemplo dos poetas que publicavam na revista luandense *Mensagem*, cujo conteúdo era essencialmente contestatório: “esta poesia dos musseques deveria representar, de maneira durável, a forma privilegiada de crítica social e de reivindicação nacionalista” (M'BOKOLO, 2010, 233)²².

²¹ Kwane Nkrumah (1909-1972) foi um entusiasta do Pan-Africanismo. Movimento originalmente criado nas antigas colônias inglesas caribenhas e norte-americanas para a promoção dos direitos da população negra em um ambiente notavelmente racista, o Pan-Africanismo teve vários desdobramentos nas independências africanas no após Segunda Guerra. Nkrumah, que fora Primeiro Ministro e depois Presidente de Gana (1957-1960; 1960-1966) advogava a união política das ex-colônias africanas como forma de evitar a “balcanização” da África que beneficiaria unicamente à Europa. Suas ideias fomentaram a criação do chamado Grupo de Casablanca em 1961, em contraposição ao Grupo de Brazzaville (que seguia uma linha substancialmente mais conservadora e de natureza neocolonial), que, conjuntamente, dariam lugar à Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963. A respeito de Nkrumah e seu modelo de Pan-Africanismo, ver Mazrui (2010). Frantz Fanon (1925-1961), de quem ainda falaremos muito neste trabalho, psiquiatra e membro ativo da Frente Nacional de Libertação da Argélia, como vários outros pensadores do pós-colonialismo, recebeu grandes influências do movimento *Négritude* (Negritude), surgido entre os descendentes de escravos das Antilhas francesas, cujo grande símbolo fora o líder da revolução haitiana, Toussaint L'Ouverture. Este movimento objetivava, nos campos político e cultural, a restauração da identidade negra, solapada pelos séculos de escravidão e de colonização da África; a Negritude nunca constituiu um bloco monolítico de atuação, conquanto tenha logrado inspirar movimentos muito diversos ao longo do século XX: do Harlem Renaissance, de recuperação de uma estética negra nas artes e literatura, surgido em Nova Iorque (EUA) na década de 1930, às entusiásticas críticas formuladas em solo africano quanto ao enraizamento do *status quo* europeu em suas ex-colônias, por exemplo. A maior crítica à Negritude está em sua “demasiada ênfase” à necessidade de um “racismo anti-racista”, que por vezes desaguou em violência ativa, de suas propostas políticas. O próprio Fanon seria criticado por “realçar a necessidade da violência” para combater as permanências psicológicas e materiais da situação pós-colonial; contudo, descartá-lo como um mero correligionário da ação destemperada e irrefletida é incorrer em simplificações perigosas, que não levam em conta as especificidades da história e da sociedade africanas (WALLERSTEIN, 1970).

²² *Musseques* é o nome atribuído aos bairros pobres de Angola; uma palavra análoga no português brasileiro seria algo como *favela*. Os musseques de Luanda eram bairros periféricos que, construídos desordenadamente sobre a areia, reuniam colonos pobres, pequenos comerciantes, trabalhadores e marginais. O espaço se transforma em

Não foi apenas em solo africano que os angolanos lograram dar força à chamada Literatura de Resistência Colonial iniciada na década de 1950. Muitos estudantes de Angola iam para Portugal, uma vez concluídos seus estudos primários, para se matricularem em cursos superiores – inexistentes em Angola até o ano de 1963. Em Lisboa, criaram organizações para discutir a situação colonial de seus países de origem (não apenas alunos de Angola, como também de Moçambique e Guiné, encontravam-se lá); de forma que, em 1944, é criada a Casa dos Estudantes do Império (CEI) e, em 1951, foi a vez do Centro de Estudos Africanos (CEA). O primeiro grupo, que fora estabelecido com largo aval e incentivo do governo português (e por isso a alcunha “do Império”) foi posteriormente condenado ao fechamento em 1963 por “contestar o governo salazarista” (BITTENCOURT, 1997, 28).

A literatura, com efeito, constitui-se como um meio privilegiado de propagação das ideias anticoloniais, visto que além de impingirem uma busca da identidade propriamente angolana acrescentando à proposta de fomentar a consciência nacional, a linguagem poética e a forma de convívio de seus propagadores ajudavam-lhes a escapar do crivo da PIDE; soma-se a isso o fato de denunciarem ao mundo a suposta “brandura” do colonialismo luso tropicalista português que pretendia acolher todas as populações, africanas e europeias, sob a mesma e unívoca identidade nacional – que terminava por beneficiar senão o lado português de sua “pluricontinentalidade”:

Os resultados dessa busca por uma identidade cultural que valorizasse a África e os africanos encontraram na literatura, sobretudo na poesia, seu espaço de veiculação. A divulgação dessa literatura cumpriu um duplo papel: revelou a África ao chamado mundo culto ocidental e aos seus próprios filhos, funcionando como um antídoto ao assimilacionismo. Ao mesmo tempo, essa produção poética serviria de ponta de lança para demonstrar, ao menos perante a intelectualidade ocidental, a existência e a especificidade de uma literatura negra nos espaços coloniais de Portugal. (PEIXOTO, 2009, p. 32).

“campo aberto onde ocorrem as incidências político-sociais evidentes, o que propicia uma retomada das circunstâncias históricas e seus entraves como é o caso comum da pobreza dos musseques” (ROCHA e SILVA, p. 8).

Muitos dos futuros líderes nacionalistas angolanos eram balizados poetas e escritores; mas sua atuação não se restringiu às denúncias literárias. A atuação política em Angola recrudescceu em consonância com os nacionalismos africanos: em 1955, foi formado o Partido Comunista de Angola (PCA), a partir de auxílio dos homônimos brasileiro e português (PEIXOTO, 2009); em 1956 foi a vez do Partido da Luta dos Africanos de Angola (PLUA) (BITTENCOURT, 1997); em 1957, o Movimento Anticolonialista (MAC) (BITTENCOURT, 1997).

Foi deste mundo intelectualizado dos aglomerados urbanos que surgiu o MPLA – ou seja, ironicamente da seção mais propensa a se enquadrar como assimilada segundo os critérios contidos no Estatuto Português do Indigenato de 1954. À luz deste fato, começara a cair por terra a visão portuguesa de “aculturação” dos povos africanos por meio do “contato civilizador” com o europeu. O assimilado, doravante, reflete tão-somente um termo jurídico e estático, imbuído de uma lógica que desconsidera as interpenetrações culturais interétnicas; o MPLA, como grupo social e político, era constituído, na realidade, por seções crioulas urbanas que, segundo Bittencourt, é uma categoria cultural que

[...] faz referência a uma mestiçagem de tipo cultural, ou seja, o crioulo a que nos referimos tanto pode ser preto, como branco ou mulato. É a presença simultânea de elementos de cultura africana e europeia no seu comportamento que irá caracterizá-lo como crioulo. Ou seja, é a sua capacidade de atuar nesses dois mundos e realizar uma interligação entre eles. (BITTENCOURT, 2000, p. 10).

A União das Populações do Norte de Angola (UPNA), por sua vez, como o próprio nome nos faz crer, foi originalmente criado na porção geográfica setentrional de Angola, mais precisamente junto ao grupo etnolinguístico dos bakongos, presentes nos distritos de Zaire e Uíge, junto à fronteira do Congo-Leopoldville, com o qual partilhava profundos laços

culturais e linguísticos formados à época do antigo Reino do Congo. Criada em 1957²³, a UPNA logo mudou o nome para simplesmente União das Populações de Angola (UPA), de forma a tentar descaracterizar sua formação regional e ampliar seu alcance político, embora não tenha alcançado os resultados esperados em função de estar centrada numa região historicamente mais infensa ao contato com o colonizador português e, embora tenha tentado ao longo de toda a sua trajetória aglutinar o todo da população angolana, as populações da etnia bakongo, e inclusive os quadros administrativos da UPA, eram muito refratários à participação de brancos ou mulatos, e mesmo de negros de outras etnias de Angola, motivo pelo qual chegaram a ser chamados de “etno-nacionalistas” por alguns autores (WHEELER, 1969, p. 18).

O notável sentimento antiportuguês do norte angolano tem motivações históricas bastante claras. Primeiramente, o fato de o protestantismo ter ocupado na região o espaço do catolicismo já denota uma saliente distinção regional, pois a religião católica representara um verdadeiro braço forte no processo de colonização português desde sua primeira chegada ao continente. Além disso, a região ocupada pelos bakongos fora historicamente mais inacessível à presença portuguesa: as *jacqueries*²⁴ no século XIX, durante o período da conquista de Angola já seriam um exemplo notável por si só, mas somadas ao fato de esta região ter sido alvo privilegiado da política de expropriação de terras para assentamento de colonos portugueses e o trabalho de contrato lhe ser íntimo (a região norte de Angola concentrava o maior número de *plantations* destinadas ao cultivo de café, um dos principais elementos de

²³ A data exata da criação do MPLA, por seu turno, oficialmente tida por 1956, é atualmente motivo de investigação, uma vez que houve disputa entre os grupos nacionalistas pela antiguidade de seus movimentos por acreditarem que este critério lhes daria mais credibilidade e prestígio frente à comunidade interna como também internacional (BITTENCOURT, 1997). Optamos por abrir mão desta discussão, por não caber nos limites deste trabalho.

²⁴ O termo *jacquerie* para designar a ação dos bakongo foi encontrado em várias das bibliografias analisadas (DAVIDSON, 1970; WHELLER, 1969; PEIXOTO, 2009). Faz alusão a uma insurreição espontânea camponesa acontecida na França durante a Guerra dos Cem Anos; o termo, criado à época com conotação pejorativa, teve um significado quase jocoso – a *jacquerie* era uma sublevação de “joões-ninguém”.

sua pauta de exportação), temos os contornos básicos do sentimento que, nesta magnitude, era particular a esta área.

A semelhança que permitiu ao MPLA e ao UPA uma existência mais duradoura do que a miríade de pequenos grupos que surgiram entre 1950 e 1960 (como os já mencionados PCA, PLUA e MAC, por exemplo) foi, paradoxalmente, a capacidade de montar uma estrutura fora dos limites territoriais de Angola.

As várias siglas que se diluíram, ante as investidas da PIDE, sinalizam-nos o quanto era difícil dar segmento às atividades na clandestinidade. Contudo, dois movimentos conseguiram sobreviver às investidas portuguesas: o MPLA e o UPA.

O MPLA, de um lado, que, por meio da ação de sua *intelligentsia*, pôde se estabelecer na Europa e, depois de conflagrada a guerra, pôde utilizar dos vínculos criados neste continente para continuar suas atividades; e a UPA, por outro lado, que pôde contar com auxílio logístico e material do Congo-Leopoldville desde muito cedo. Tais peculiaridades tornaram esses dois movimentos relativamente menos suscetíveis às investidas portuguesas.

As suas diferenças principais, por outro lado, ainda que não sejam as únicas, se concentram na questão de suas bases étnicas, que tinham formações diferentes. O UPA não conseguiu imprimir o mesmo caráter “nacional” que o MPLA por estar cerceado em composição essencialmente de bakongos, o que foi um agente complicador para a adesão popular ao seu movimento. É importante frisar, contudo, que esta diferença não implica uma a-racialidade do MPLA, pelo contrário, o grupo teria que se empenhar para desracializar o movimento ao longo da guerra de libertação.²⁵

Na segunda metade da década de 1950, apesar das pressões e críticas externas à colonização e das consecutivas vitórias dos projetos anticolonialistas, mais bem expressados pela reunião de Bandung em 1955 e pela independência de Gana em 1957, Portugal mostrava-

²⁵ O termo *raça* é aqui definido como uma construção social, da qual se pode inferir pouco, ou nenhum, valor biológico; feita a ressalva, e por compreendermos que, apesar disso, essa construção é muito importante para as interações sociológicas, ela será aqui levada em conta.

se confiante na integridade de sua nação pluricontinental. Afinal de contas, havia sido aceito na ONU em 1955 e, apesar de Bandung, a minoria branca da África do Sul continuava empossada, as Rodésias sob domínio inglês e Leopoldville, capital do Congo, mantinha-se um bastião belga. Vários fatores, entretanto, contribuíram para modificar drasticamente o cenário de confiança na integridade da nação pluricontinental.

Na arena internacional, a Assembleia Geral da ONU, no dia 20 de setembro de 1960, consagrou a independência de mais de uma dezena de países africanos admitindo-os como membros. O evento sinalizou a aprovação em dezembro do mesmo ano da *Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Colonizados*, documento transformado em epíteto do anticolonialismo e das críticas à administração portuguesa para seus territórios na África. Além disso, a independência, mesmo que formal, do Congo ex-belga em 30 de junho de 1960, deu uma reviravolta à movimentação dos contingentes nacionalistas ao norte de Angola. O país contava com importante região limítrofe com Angola, além da já comentada relação etnolinguística entre os bakongos de ambos os países.

Em Portugal, dois eventos concorreram para tanto: o primeiro, de 1957, foi a declaração formal do Partido Comunista Português de apoio incondicional aos povos africanos à autodeterminação; o significado desta manifestação deixava pouco espaço para interpretações ao que isto significaria para os territórios ultramarinos (PEIXOTO, 2009). O segundo evento sucedeu nas eleições presidenciais do ano seguinte, 1958, quando pela primeira vez partia do seio da comunidade militar uma oposição ao Regime de Salazar – o General opositor, Humberto Delgado, fora, inclusive, representante português à OTAN. Na esteira dos resultados das eleições, que beneficiaram o candidato favorável a Salazar, ocorreram manifestações denunciando fraudes eleitorais; a PIDE não tardou em ser acionada e, só em Angola, foram feitos 50 presos políticos no ano de 1959 (BITTENCOURT, 1997).

Ademais, em Angola, a Baixa do Cassanje²⁶, região ao norte do distrito de Malange, deu mostras incontestes da insatisfação quanto ao trabalho imposto sob o regime colonial. Inspirados pelas ideias independentistas provenientes do Congo (ex-belga) através de um movimento nacionalista e messiânico intitulado posteriormente como “guerra de Maria” (PEIXOTO, 2009, p. 62), os trabalhadores da região boicotaram e desafiaram as autoridades coloniais queimando sementes, destruindo plantações e fugindo para as matas. Em dezembro de 1960 a administração portuguesa do distrito de Malange tentou negociar o retorno às plantações por parte dos trabalhadores rurais, mas as negociações mostraram-se infrutíferas e, uma vez que os representantes dos sublevados manifestaram sua intenção de obrigar os mercadores portugueses a se retirar, a reposta portuguesa foi inequívoca:

Nos primeiros dias de fevereiro o governo deu início a uma “repressão exemplar” esmagando a rebelião com tropas especiais e bombas incendiárias (napalm), que deixaram centenas de mortos e aldeias arrasadas. Em direção à fronteira fugiram não apenas indivíduos isolados, mas aldeias inteiras a fim de evitar os bombardeamentos, a perseguição e a punição do exército colonial. Na perspectiva oficial a missão das Forças Armadas em Angola consistia em “limpar rapidamente todas as zonas infestadas por ações subversivas”, como o levantamento camponês foi noticiado posteriormente na revista Ultramar. (PEIXOTO, 2009, p. 63).

Se este episódio fez surtir rápido efeito e comoção ante a população ao norte em Angola, precisamente aquela ligada ao UPA de Holden Roberto, os motivos para comoção pública não se restringiam a esta área. Protestos e manifestações políticas eram sumariamente

²⁶ A Baixa do Cassanje contara historicamente com pouca presença portuguesa, situação que mudou após a intensificação das plantações algodoeiras através da companhia Cotonang, que tinha o monopólio de exploração desse produto (PEIXOTO, 2009). O episódio foi transformado em conto por Jofre Rocha, em sua obra *Estórias do Musseque* (1980); as prisões feitas pela PIDE em 1959, em evento supracitado, também deram origem à obra literária *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier* de Luandino Vieira (1988). Esses são dois exemplos, dentre vários eventos narrados ao longo de nossa narrativa, que foram retratados através de romances, contos, ou poemas por escritores angolanos empenhados na causa nacionalista; a literatura é uma fonte privilegiada ao estudo da história contemporânea de Angola, tanto pela escassez do acesso a outras fontes – pois muitos arquivos da PIDE, após todos esses anos, permanecem lacrados aos historiadores como à população em geral – além de ter sido uma “parceira [...] das aspirações independentistas dos angolanos” (BITTENCOURT, 2000, p. 5).

reprimidos pela PIDE e a suspeita de “subversão” muitas vezes ocasionava a deportação a campos de concentração localizados em Cabo Verde.²⁷

Segundo Davidson (1970), os eventos que deram sequência a estes acontecimentos supracitados, e que marcaram o início histórico da guerra armada anticolonial em Angola, formaram, na verdade, duas revoltas diferentes.

A primeira delas aconteceu a partir de Luanda sob a alçada da atuação do MPLA, que à época restringia-se ainda a porções litorâneas e um grupo relativamente limitado de pessoas de origem afroeuropeia e de etnia kimbundu. Sua ação começou no dia 4 de fevereiro de 1961, dia que entrou para a história angolana como o início da luta da independência, através do ataque simultâneo a posições da polícia, mas principalmente aos presídios abarrotados de presos políticos.

A segunda revolta veio sob a ordem de Holden Roberto. No dia 15 de março, uma brutal sublevação partiu do norte de Angola, insuflada em parte pelos feitos recentes em Luanda como também pela predisposição histórica da região à rebelião contra Portugal, temperada pelos longos anos de trabalho por contrato. Esta revolta mostrou-se muito mais violenta e as raízes étnicas e regionais do UPA mostraram-se sem qualquer subterfúgio: realizaram uma verdadeira *jacquerie*, assassinando indiscriminadamente europeus e assimilados, além de significativo número de africanos de etnia ovimbundu enviados à região para trabalhar nas plantações de café.

O evento foi alardeado à comunidade internacional como o elemento da brutalidade e irracionalidade que Portugal usaria para legitimar sua repressão em Angola. Apesar da dificuldade de se calcular o número de mortos e feridos deste episódio, os números, ainda que estimados, mostram a desproporcionalidade da resposta portuguesa que vitimou cerca de

²⁷ O arquipélago de Cabo Verde foi sistematicamente utilizado durante o Estado Novo para banir presos políticos – tanto contestadores do regime português, como também, depois de 1961, de pessoas oriundas de movimentos anticoloniais; o campo do Tarrafal, por exemplo, criado em 1936, pelas suas características condições de habitação e sistema de trabalho forçado, fora feito “à imagem dos campos de concentração nazistas” (BARROS, 2009, p. 10).

20.000 africanos e causou o êxodo de mais 40.000 pessoas rumo ao Congo Leopoldville, além de histeria da comunidade europeia na região que buscou sair do país através da ponte aérea feita às pressas em Luanda (ANDERSON, 1966).

A guerra que se abriu entre os anos de 1961 a 1974 em Angola condensou as clivagens políticas entre os movimentos nacionalistas MPLA, UPA, e após 1965, também a União Nacional para a Liberação Total de Angola (UNITA). A falta de um projeto conciliatório entre eles, para além de favorecer a ação portuguesa, denotou a marcada diferença político-ideológica de seus planos para o governo no momento pós-independência. A par do desenvolvimento de cada grupo, estavam os expectadores externos, pois a autoimagem que os nacionalismos angolanos criaram para si transbordou os limites geográficos de Angola, alarmando, na África, os sul-africanos, e ao mundo, a frágil situação de Portugal como um país economicamente fraco e que tenderia, cedo ou tarde, a perder suas colônias. Auscultar cuidadosamente a sobrevivência do regime colonial português, bem como os projetos de cada grupo nacionalista, se tornava, de acordo com as evidências trazidas a seguir, um fator determinante para a relação do país do *apartheid* com a guerra angolana.

Não cabe aqui fazer um inventário completo, ano a ano, das sortes e revezes de cada movimento de libertação durante os treze anos (1961-1974) em que se dispuseram a lutar contra a “nação pluricontinental” portuguesa; tal tarefa tampouco seria possível, devido à dificuldade extrínseca do mapeamento de uma guerra tipicamente de guerrilha, que se arrastara por um longo período sobre um território vastíssimo. Aqui analisaremos apenas os momentos que julgamos cruciais para a vida dos movimentos nacionalistas, sempre que possível ligando-os às relações que estes grupos logravam fazer com países estrangeiros – essencialmente veladas²⁸ – por acreditarmos que o caráter dessas relações foi determinante na passagem da guerra anticolonial para a guerra que foi iniciada, nos quadros da Guerra Fria,

²⁸ Visto que por mais que a ajuda externa chegasse ao território angolano, dificilmente seria através dos portos de Luanda, pois o caráter dessas relações, até 1974, foi bastante dúbio, uma vez que país algum se posicionou abertamente contra Portugal e ao lado de Angola nos campos de batalha.

quando Portugal deixasse de ser uma variável a ser considerada nas relações políticas de Angola no cenário internacional.

Podemos distinguir três grandes fases nos anos que vão de 1961 à queda do Estado Novo português em 1974²⁹. Esta diferenciação, necessariamente sintética, só pode ser feita em relação aos sucessos e insucessos no campo das operações militares, deixando de fora a atuação da população civil que, embora tenha sido fator determinante para o sucesso do projeto nacional angolano, não caberia no espaço deste trabalho. A primeira fase correspondeu ao período 1961-1966, quando a ação de guerrilha foi iniciada no interior do território (que até então estivera restrita ao litoral e região centro-oeste) sob atuação do MPLA; a segunda fase, de 1965-1970, firmou o êxito deste grupo na cobertura do território, tornando-se o único movimento de alcance realmente “nacional” de Angola à época; o terceiro momento, 1970-1974, marcou o recuo da ação do MPLA, por conta da perda substancial de contingentes localizados em bases ao leste, por conta de desentendimentos internos, que depois se uniram ao grupo de Holden Roberto (UPA/FNLA) ou ao grupo de Jonas Savimbi (UNITA).

Após a estrondosa ofensiva portuguesa aos acontecimentos do começo de 1961, os dirigentes tanto do MPLA quanto do UPA viram-se obrigados a buscar fontes alternativas para ações futuras. Assim, Holden Roberto dirigiu-se ao Congo Leopoldville, onde formou em 1963, com apoio logístico e material deste país, o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), que seria reconhecido pela Organização da Unidade Africana (OUA) como o único movimento de libertação em Angola tão logo essa instituição fosse consolidada ao início de 1963. Objetivando a modernização do discurso do grupo, o UPA passou a ser chamado, desde então, de Frente Nacional de Libertação de Angola. O MPLA, por outro lado,

²⁹ Estas fases não correspondem a distintos processos históricos cujas análises estejam consolidadas, mas os eventos que, pela importância que tiveram para os grupos nacionalistas, os seus sucessos e malogros frente a Portugal nos ajudam a dar melhor inteligibilidade e coesão à narrativa.

saiu muito mais fragmentado do rompante português de 1961, de forma que teve sua atuação reduzida a florestas no norte de Luanda (DAVIDSON, 1970); seus dirigentes também se dirigiram ao Congo ex-belga, onde se encontrariam com Agostinho Neto, que retornara de Portugal.³⁰

Sediados no Congo Leopoldville, a atuação do MPLA estaria amplamente limitada, pois o ambiente era naturalmente muito mais favorável ao grupo de Holden, quem, pessoalmente, mandava obstruir o transporte e a passagem de membros do grupo de Agostinho pela fronteira. Apesar disso, a margem de manobra do MPLA sofreu uma reviravolta em 1963, quando Alphonse Massamba-Delbát instituiu um governo revolucionário de inspiração marxista-leninista no Congo Brazzaville, abrindo ao MPLA a possibilidade de mudar para um ambiente muito mais acolhedor na outra margem do Rio Congo.

Com o advento da utilização de território do Congo Brazzaville, tornou-se essencial ao MPLA ter o domínio de Cabinda, pois este pequeno território de enclave era uma ponte privilegiada de passagem entre Brazzaville e Angola, e foi nesta primeira ação de guerrilha, da qual se saíram vitoriosos, que a guerra realmente começava para o MPLA (DAVIDSON, 1970). Nesta conjuntura, e a partir de bases alocadas em território congolês, URSS e Cuba começaram a enviar aporte material e homens para o treinamento de forças militares para auxílio do MPLA e de Alphonse.³¹

A segunda fase da ação empreendida pelos grupos nacionalistas denotou a ascensão do MPLA em sua tarefa de compor uma unidade de atuação sobre o território angolano. Mais uma vez, foi através da solidariedade dos vizinhos africanos que o grupo de Agostinho logrou

³⁰ Antonio Agostinho Neto (Bengo, 1922 – Moscou, 1979) era filho de uma professora primária e de um pai pastor metodista; com bolsa de estudos patrocinada pela Igreja Americana Metodista, pôde ir a Lisboa estudar Medicina. Em sua trajetória universitária, foi preso em 1953 por pertencer a um grupo com ligações com o Partido Comunista Português (PCP); em 1955 voltou a ser preso, dessa vez por ser filiado ao PCP. Foi solto em 1957. Retornou a Angola ao final de 1959 e instalou seu consultório no Bairro Operário de Luanda. (PEIXOTO, 2009).

³¹ Acredita-se que foi neste momento que os primeiros contatos entre o grupo de Agostinho e os cubanos tenham sido feitos. Che Guevara partiu de Havana para ver a situação do Congo Brazzaville em 1965 e, logo em 1966, Agostinho Neto foi a Cuba encontrar Fidel Castro (MARQUES, 1976).

êxitos no campo de batalha: em 1965, o MPLA conseguiu o consentimento dos governos de Zâmbia e Tanzânia para fazer linhas de acesso através de seus territórios, o que lhe proporcionou melhor movimentação logística no interior de Angola e, além disso, abriu rotas seguras para o acesso às armas da URSS através do Oceano Índico, visto que a posição de tropas portuguesas ao longo do Atlântico tornou a utilização dos portos de Angola ineficaz. Beneficiando-se dessa nova situação, o MPLA começou a operar, em março de 1966, no distrito de Moxico; no Lunda, a partir de maio de 1968 e, a seguir, chegou a Bié em junho de 1969, de onde partiram ao distrito de Malanje ainda no mesmo ano (DAVIDSON, 1970). Tal era a propagação da presença do MPLA no interior de Angola ao final de década de 1970, que o historiador Basil Davidson, que analisara os percursos políticos da África Austral desde o começo da década de 1950, foi levado a dizer que

Parece-me inquestionável que o MPLA é hoje o único movimento nacional em Angola – o único movimento, isto é, que ganhou o apoio da maioria dos grupos étnicos na maior parte do país – e, além disso, que o MPLA é o único movimento com qualquer força combatente eficaz [no interior]. (DAVIDSON, 1970, p. 39-40).

Por força dessa nova realidade, ainda no ano de 1965 a OUA reconheceu o MPLA, ao passo que, em 1971, deixou de reconhecer o GRAE de Holden Roberto. O motivo para a mudança de posição da organização foi a descoberta de que a FNLA recebia suporte dos Estados Unidos, através do Congo Leopoldville, desde o início da década de 1960 – ao que veio adicionar a visível predileção de Mobutu, presidente deste país, pelos próprios Estados Unidos e seus parceiros, como o aliado forte para lidar com a África Austral.³²

A OUA, contudo, não era a única observadora da guerra de libertação angolana, pois a África do Sul, desde a década de 1950, deixava pouco espaço para dúvidas quanto ao perfil de

³² Mobutu dera um golpe de Estado em 1965, destituindo o então chefe de Estado Moisés Tchombe, iniciando um longo período de centralização política e ditadura pessoal baseada em um partido único, ao qual todos os cidadãos congolezes eram obrigatoriamente filiados. “Desde o golpe até sua derrubada Mobutu foi apoiado e sustentado pelos países ocidentais” (VISENTINI, P; RIBEIRO, L; PEREIRA, A., 2007, p. 101).

potência regional que almejava para si (DAVIDSON, 1974)³³, influenciando política e economicamente os países em seu entorno. A minoria branca de Pretória influenciava virtualmente todo o cone sul da África e ocupava, contrariando resoluções da ONU, o território da Namíbia. No entanto, desde 1966 o domínio sul-africano sobre este território foi sistematicamente afrontado pela ação do grupo guerrilheiro SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano) (VISENTINI, 2010).

À Pretória interessava a manutenção do aparato administrativo português em Angola e Moçambique, uma vez que seus próprios interesses econômicos – amparados amplamente no tripé formado por capital estrangeiro, industrialização e trabalho forçado propugnado pelo regime segregacionista do *apartheid* – sofreram sérios abalos com a revisão do já anacrônico sistema segregacionista dos bastiões brancos (DAVIDSON, 1974). Se paradoxais em tese, o lusotropicalismo e o *apartheid* serviram-se mutuamente por um longo tempo; a questão é como a África do Sul deveria reagir frente ao escalonamento da guerra de libertação angolana que parecia enfraquecer cada vez mais uma metrópole economicamente fragilizada.

Às apreensões da África do Sul quanto à falibilidade da contenção portuguesa ao nacionalismo angolano, devemos somar as características político-ideológicas de cada um dos grupos nacionalistas e da projeção que elas teriam sobre o, por enquanto hipotético, governo que ficasse sob sua responsabilidade.

Os vários anos de colonialismo europeu sobre a África trabalharam para que toda a infraestrutura, tanto material como administrativa, fosse voltada ao setor produtivo, com especial ênfase ao setor primário-exportador. O aparato logístico de transporte e escoamento de produtos, bem como os bens de capital, estava todo sob o poder da metrópole ou, como no caso específico de Portugal que servira de “testa de ferro” ao capital transnacional no século

³³ A título de exemplo, o Primeiro Ministro sul-africano disse em 1968: “We are of Africa, we understand Africa, and nothing is going to prevent us from becoming the leaders of Africa in every field” (Newschek, November, 1968 *apud* DAVIDSON, 1974) / “Nós somos da África, nós entendemos a África, e nada vai nos impedir de nos tornar os líderes da África em todos os campos”. Tradução livre da autora.

XX, em mãos de proprietários não-locais. Sendo assim, o processo de independência das colônias europeias tendeu a ser feito de forma “gradual”, em que as elites governantes dos novos países agiam a partir de estreitas ligações com a antiga metrópole, institucionalizando uma continuidade política de tipo neocolonial. Exemplos notáveis disso foram os exitosos *Commonwealth* inglesa e, no caso francês,

os acordos de Yaoundé (1963-1969), e depois as Convenções de Lomé (a partir de 1975), e finalmente o estabelecimento da rede de cooperação da ACP (África, Caribe e Pacífico), [que] permitiram à França institucionalizar os laços neocoloniais, ao tornar os países africanos cativos do mercado europeu integrado (VISENTINI, 2010, p. 37).

Em outros casos, contudo, as nações africanas optaram por se independentizar e, ao mesmo tempo, ter o controle dos recursos produtivos do novo país através da vontade do novo Estado, acarretando, em última instância, modificações estruturais na sociedade que existira até então. Esta tentativa de atingir uma reestruturação das *bases sociais* no Estado recém-liberto difere da simples supressão imediata do colonizador, conquanto a segunda opção acarretaria, segundo Chaliand, modificações menores, tais como a

eliminação dos elementos mais ligados ao exterior, indenização dos grandes proprietários de terras, por outro lado frequentemente cooptados para o aparelho de Estado, ou encorajados a investir no setor industrial [e a] constituição de uma pequena burguesia rural que se torna uma das bases sociais desses regimes. (1977, p. 120).

Essas “mudanças menores”, numa palavra, davam grandes oportunidades de perpetuação dos laços do tipo neocolonial, ao gosto francês e inglês, como vimos, mas dificilmente praticável com um Estado português empobrecido – em que, na realidade, o seu neocolonialismo foi derogado a outros países. O grupo de Agostinho Neto justamente alarmava os governantes sul-africanos por defender um projeto revolucionário nacional e social – não era apenas a cor da pele dos seus dirigentes, portanto, que colocava em risco o domínio dos capitais sul-africanos em Angola como também o domínio territorial sobre uma Namíbia crescentemente relutante. Ademais, a FNLA de Holden Roberto, cujas raízes étnicas

mostraram inúteis as tentativas de Holden de “nacionalizar” o movimento, uma vez que mesmo os mulatos e negros de outras etnias eram sistematicamente rejeitados do grupo, tiveram motivos muito maiores para causar alarde na minoria branca (20% da população) sediada em Pretória – e, no entanto, foi a este grupo e, posteriormente, à UNITA, que cederam ajuda.

Ao longo da guerra colonial, o MPLA efetivou campanhas de conscientização da população angolana de forma a desracializar o movimento e criar uma autoimagem positiva de unidade nacional em contraposição ao sectarismo étnico de Savimbi e Holden Roberto. A mesma característica que os fazia causar preocupação na África do Sul aproximava-os de Cuba na segunda metade da década de 1960 (o que, em última instância, foi o ponto fulcral para a roupagem de conflito leste-oeste que a independência tomou em seu último ano). Como exemplo das campanhas políticas, de cunho quase pedagógico, efetivado pelo MPLA, temos um panfleto, encontrado pela PIDE, que data de 1968:

1. O que é Angola? Angola é um território africano situado no ocidente do continente africano. 2. Angola é o único país africano? Angola não é o único país africano. Em África há mais países africanos como: Congo-Kinshasa, o Congo Brazzaville, Argélia, Gana, Guiné, Moçambique, etc [...] 4. Quem são os angolanos ou africanos que vivem em Angola? Os angolanos ou então africanos habitantes de Angola são os pretos e os mestiços nascidos em Angola. 5. Os brancos que vivem em Angola são angolanos? Os brancos que vivem em Angola não são angolanos. Eles são na sua maioria portugueses [...] 33. Quem são os países socialistas? Os países socialistas são países da Europa, são portanto brancos. Mas são brancos diferentes dos portugueses e dos imperialistas. 34. Porque é que são diferentes? Porque eles querem que todo o mundo fique livre; viva bem; eles querem que o povo angolano fique independente, e seja o único dono do café, do cacau, do diamante e do petróleo que se encontra no território angolano. 35. Então todos os brancos não são maus? Não, todos os brancos não são maus, assim como todos os pretos não são bons. Por exemplo, os brancos que são contra a opressão e exploração são nossos amigos. Portanto são bons. Exemplo: os soviéticos, os cubanos, etc., são. Enquanto que a UPA, Holden Roberto é preto, mas é nosso inimigo, ou seja, do povo angolano. (Lisboa, Torre do Tombo, Fundo PIDE/DGS, Delegação de Angola, NT 9089, Pasta 1. fls 588-92 *apud* BITTENCOURT, 2008, p. 284).

A terceira e última fase das operações da guerra de independência em Angola (1970-1974), contudo, proporcionou um desfecho preocupante para o grupo de Agostinho Neto. O *front* Leste, aberto na metade da década, sofreu uma pesada baixa a partir de descontentamentos do grupo liderado por Daniel Chipenda que, entre outros motivos, achavam-se desprivilegiados em relação à fronteira Norte, que esteve mais bem equipada; contudo, a revolta também recendia a questões etnicorraciais mal equacionadas (PEIXOTO, 2009).

O MPLA, embora sendo o grupo territorialmente mais presente em Angola, esteve em posição delicada na entrada da década de 1970: “achatado” na fronteira Norte pela coalizão da FNLA e Congo Zaire, e competindo em forças no interior com a UNITA³⁴, o grupo insurgente de Chipenda, e as tropas sul-africanas, cujo Exército moderno e bem equipado pôde marchar com facilidade através da Namíbia para dentro de Angola.

Quando em setembro de 1968, António Salazar, por motivos de saúde, viu-se afastado de seu cargo, Marcelo Caetano foi convidado para ocupar a posição que pertencia a Salazar há 38 anos. A pretérita atuação de Caetano lhe dera cores de liberal ante a opinião pública³⁵ e, conseqüentemente, certa esperança de que sua política colonial não seguiria as mesmas linhas de Salazar. No entanto, quaisquer esperanças provaram-se rapidamente ilusórias, visto que as mudanças administrativas que Caetano efetivamente pôs em prática no começo da década de 1970, de forma a ceder certa autonomia administrativa a Angola, mostraram sem resultados práticos ou demasiadamente tardios para que pudessem abrandar o ritmo da guerra que àquela

³⁴ A UNITA fora criada em 1965 por Jonas Savimbi, que tivera experiências tanto com o MPLA quanto com a FNLA; este grupo lograria certo apoio da China, com a qual compartilhava a ideia maoísta de ação do campo à cidade. Estabeleceram-se na região do Moxico, na qual pôde estabelecer unidades que representavam relativa obstrução às atividades do MPLA – o que só puderam efetivar através de um acordo tácito com o governo português (PEIXOTO, 2009). Até a Revolução dos Cravos, no entanto, a participação da UNITA foi marginal.

³⁵ Marcello Caetano, em meados da década de 1950, à época na chefia do Ministério das Colônias de Salazar, havia viajado a Angola e Moçambique para averiguar a questão da grande fuga populacional que ocorria nestes territórios, ao que concluiu que as péssimas condições de vida como reflexo do trabalho por contrato eram o principal agente motivador. Retornando a Portugal, ele disse: “Necesito que se me den negros, es una frase que con frecuencia oí de los colonos: ¡Como si los negros fueran una cosa para ser dada!” (BENDER, 1980, p. 195).

altura grassava não apenas em Angola, como também em Moçambique, Guiné Bissau e Cabo Verde (DAVIDSON, 1970).

O processo que culminou na derrubada do governo português em abril de 1974 fora impulsionado pela guerra colonial que se arrastava há treze anos. No plano interno, os gastos destinados à manutenção do aparato militar nas colônias portuguesas somavam suntuosas fatias do orçamento nacional, chegando a reter 50% das despesas públicas (PEIXOTO, 2009). No âmbito internacional, as pressões que surgiram a partir da ONU quanto ao colonialismo português, feitas desde tão cedo quanto à própria entrada de Portugal nesta instituição em 1955³⁶, foram acrescidas de um paulatino esfriamento de relações com antigas parcerias face à estridente negativa portuguesa em abrandar seu posicionamento em relação à guerra africana – tanto que Salazar, como seu sucessor Caetano, via como o resultado de ingerências externas, fosse por parte do Zaire e o “expansionismo de Mobutu” ou da URSS e “seu comunismo contagioso” (PEIXOTO, 2009, p. 122). Seja como for, a posição portuguesa era de que a guerra que acontecia em Angola, como também em Moçambique, Guiné Bissau e Cabo Verde, era fruto de motivações exógenas e estranhas ao corpo pluricontinental e multirracial da nação portuguesa, ao que se somou o discurso de que Portugal estaria efetuando obras de integração, antes de colonização.

Com o subterfúgio da “integração” eram rebatidas as críticas que surgiram no seio do governo português, tanto do lado das Forças Armadas, instituição que estava exaurida depois de tantos anos de guerra e com ampla inabilidade em prover novos quadros para mantê-la, quanto da camada mais liberal dos políticos que defendiam outro tipo de integração: com a Comunidade Europeia a que Portugal tinha grandes dificuldades em aderir pelo motivo de não

³⁶ Entre 1955 e 1974, Portugal seria mencionado em mais de 80 documentos produzidos pela Assembleia Geral da ONU em função das suas reiteradas negativas em dialogar a respeito de sua administração colonial; no Conselho de Segurança, os documentos críticos ou condenatórios ao colonialismo português foram 27 (entre 1961 e 1974) (ONU, 1974-1995).

compartilhar com os outros países europeus das suas visões em relação ao tipo de relacionamento que se deveria ter com suas possessões, ou ex-possessões, na África.

O discurso do deputado Águedo de Oliveira, na Assembleia Nacional portuguesa em seis de abril de 1961, portanto logo a seguir aos episódios que conflagraram a luta armada em Angola, é bastante elucidativo da pauta de política externa portuguesa que mudou muito pouco nos anos subsequentes:

A primeira pergunta que um político que folheia as Cartas do Atlântico, das Nações Unidas e outros textos de direito internacional formula, é esta: Em Nova Iorque está-se, na realidade, a organizar mundialmente a paz? Não está. Lançar pretos contra brancos, mestiços e outros pretos não é organizar a paz. Estimular, espicaçar, acalorar a insurreição, conspirar contra a segurança interna dos Estados, incentivar as revoltas dos povos de cor, criar antagonismos onde eles não existem, não é organizar a paz, mas promover a guerra. Intervir nos assuntos que afirmam a competência normal dos Estados é contrário às Cartas, aos seus fins, ao seu espírito, e é espalhar um fermento de conflitos e guerras. Os Estados Unidos estão agora a regressar à política do “irmão proletário”, de que tão funestas provas colheram em 1946. (ASSEMBLEIA NACIONAL, Diário das Sessões, nº 205, de 6 de abril de 1961. pp. 512-533).

A crítica aos Estados Unidos estava ligada à inesperada mudança de direção que esse país fizera ao apoiar a condenação do Conselho de Segurança da ONU, juntamente com a União Soviética, à violenta contrarreacção portuguesa aos episódios angolanos do início de 1961³⁷. Todavia, esse mesmo julgamento português não se restringiria às grandes potências do mundo bipolar, como também ao Terceiro Mundo e aos não-alinhados; Oliveira prossegue seu discurso em que podemos ver claramente o entendimento do governo salazarista em relação aos seus esforços por “integração”:

Não façam jogos de palavras nem estabeleçam mais confusão de conceitos. Quando em Bandung, em Acra e no Cairo se fala em descolonização pretende-se o banimento dos Europeus, a revisão e reprovação total da acção

³⁷ De acordo com Anderson, “a decisão de inverter a tradicional política do Departamento de Estado quanto à solidariedade atlântica nas questões coloniais foi tomada tão tarde que os Estados Unidos não tiveram tempo para avisar os seus estados-clientes [...] sobre a mudança” e completa citando excerto de uma matéria do New York Times, “e é possível que só o tivessem sabido quando Adlai E. Stevenson [representante Norte-americano na ONU] tomou a palavra no final do debate” (ANDERSON, 1966, p. 102-103).

secular europeia. Pretende-se herdar sem partilha as plantações, casas, escritórios, armazéns, oficinas, fábricas, portos, estradas, obra dos capitais, inteligência e trabalho europeu, tudo que é património público e privado, sem indemnização nem compensação. Integração significa descolonizar e todavia não querem que assim seja. Vejamos. Integração significa também descolonizar porque assegura independência nacional, desenvolvimento e vida que se pode chamar própria [...] Integração significa elevação do nível moral e civilizador até ao nível europeu. Significa assistência financeira, técnica, desenvolvimento económico e social – todauma obra imensa de associação e de intimidade nas ideias e nos factos. Significa unidade moral e política. (ASSEMBLEIA NACIONAL, Diário das Sessões, nº 205, de 6 de abril de 1961, p. 512-533).

A elevação em nível moral que queriam os portugueses se mostrava infensa às críticas, de onde quer que elas viessem: Estados Unidos, que estava a apoiar o irmão proletário, os Não-Alinhados (Bandung) e, por fim, até o campo de uma histórica parceria do governo de Portugal, o Brasil. Sumarizando sua fala, ao fim da qual foi amplamente aplaudido pelo auditório lotado de políticos, incluindo o próprio Salazar, Oliveira elencou os pontos importantes para serem levados em consideração na futura atuação de Portugal quanto ao ultramar, entre eles:

Fazer compreender aos dirigentes brasileiros, alguns imbuídos de romanticismo jurídico e não conseguindo raciocinar senão em termos americanos acerca da Europa e da África, que está em frente do Brasil, é ponto dominante no Sul Atlântico, mercado futuro, apoio, na futura divisão do Mundo em grandes comunidades e espaços. (ASSEMBLEIA NACIONAL, Diário das Sessões, nº 205, de 6 de abril de 1961, p. 512-533).

Esse afrontamento explica-se pelo fato de que o Brasil ao longo da década de 1960 começou a mudar gradativamente seu posicionamento em relação à solidariedade aos povos em processo de independência na África e, ainda que num plano retórico, principalmente a partir da Política Externa Independente (PEI) formulada nos governos de Jânio Quadros e João Goulart³⁸, mudou gradativamente da simpatia retórica ao rechaço concreto ao colonialismo português na década de 1970.

³⁸ Para observar a visão da PEI acerca das independências africanas, ver Cervo (2010).

Com efeito, a África que o governo salazarista-marcelista tentava tão veementemente “civilizar”, já não era mais a mesma de 1930, quando Salazar ascendera ao seu posto, uma vez que gradativamente as nações africanas foram acrescidas em sua atuação internacional, “seja através do clientelismo estabelecido com as ex-metrópoles, da ONU, do Grupo dos 77, da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e/ou do Movimento dos Não-Alinhados” (VISENTINI, 2010, p.35).

Chegou a hora de Portugal dar provas de que não poderia mais manter sua posição de controle das peças de Angola e Moçambique no quebra-cabeças dos regimes de minorias brancas da África Austral. Na estranha posição em que se colocara, Portugal “constrangia” com seu anacronismo colonial suas parcerias mais antigas, a exemplo do Brasil, e não podia mais prover a estabilidade pacificadora de que tanto precisavam os capitais transnacionais instalados em suas colônias, ao passo que a prolongada desestabilização política tampouco agradava às suas contrapartes da OTAN. Era como se a persistência na ideia de manutenção de antigos títulos imperiais encapsulados na grandiloquência da “nação pluricontinental e multirracial” carregasse, em si, sua própria antítese – o que foi perspicazmente observado em comunicado da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) de 1969:

Outra contradição entre a política colonial e a política externa de Portugal é que enquanto necessita do suporte da África do Sul para manter Moçambique e Angola (como colônias portuguesas), é também temerosa de que a África do Sul possa tomar esses regimes com a ajuda das minorias brancas que residem lá. (FRELIMO, 25 Setembro 1969 *apud* DAVIDSON, 1974, p. 13).

Lançando farpas a todos os “três mundos” que Bandung inaugurara em 1955, Salazar, como seu sucessor Caetano, logrou lançar o país a um profundo isolacionismo, difícil de ser contornado – mesmo seu histórico pilar de sustentação, a Igreja Católica, havia se afastado da cúpula portuguesa, recebendo, em 1970, Amílcar Cabral e Agostinho Neto de braços abertos no Vaticano (DAVIDSON, 1970). Em 1965, Salazar já se apercebera desta conjuntura, que

tenderia a se agravar ao longo dos anos, em discurso que se tornou o epíteto do isolacionismo português na virada da década de 1960 a 1970:

“Orgulhosamente sós” [...] Salazar defendia [...] a manutenção do esforço de guerra português nas colônias africanas, definido como uma “batalha em que – os portugueses europeus e africanos – combatemos sem espectáculo e sem alianças, orgulhosamente sós”. (Salazar, Antônio. Discurso Público ao dia 18 de fevereiro de 1965 *apud* RODRIGUES, 2004, p. 8).

Apesar de a conjuntura internacional ter corroborado em larga escala para retirar as bases de apoio do governo salazarista-marcelista, o estopim de sua derrocada saiu de dentro do Estado português, mais precisamente de um dos braços fortes que haviam mantido este regime fascista em funcionamento por tanto tempo: as Forças Armadas. Antes de 1961, o contingente militar em Angola não ultrapassava a casa dos 5.000, mas ao final deste ano o número ascendeu a 33.000 homens. Em 1965, o Exército Português somava o contingente de 57.000 homens e, em 1973, o número aumentava para 66.500.

É preciso lembrar que Angola não correspondia ao único *front* de batalha travada por Portugal, pois em 1963 a guerra de libertação estourou em Guiné Bissau, seguida por Moçambique em 1968. Além disso, em 1961 a União Indiana ocupou militarmente e incorporou o enclave português de Goa, sem encontrar resistência significativa (PEIXOTO, 2009), o que corroborou para tornar visível a vulnerabilidade do aparato militar português em manter seu potentado ultramarino.

A proeminência dos gastos militares em um país que, em 1960, tinha o nível de vida mais baixo da Europa Ocidental, abaixo da Grécia ou do México (ANDERSON, 1966), tendeu a ser insustentável a longo prazo. No entanto, este fator não demoveu o envio de tropas e a manutenção da guerra e do aparato logístico e material, altamente dispendiosos, inerentes a ela. Isso tudo acontecia ao largo das crescentes insatisfações das Forças Armadas quanto à precariedade da assistência dada aos regressados da África, não raras vezes com sérias

sequelas físicas e psicológicas, ou às famílias daqueles que não regressariam.³⁹ Além disso, a necessidade constante de formação de novos quadros dirigentes desagradava os segmentos mais antigos do Exército, a exemplo dos Decretos-Lei nº 353 e 409 de 1973, que fazia com que os quadros complementares ascendessem à oficialidade média mais rapidamente que os alunos da Academia Militar, ou seja, os militares carreiristas.

Motivados pelas questões corporativas acima mencionadas, que estavam na esteira da irredutibilidade do governo português quanto aos assuntos da guerra africana, os capitães de carreira começaram a se organizar em um movimento que se tornou cada vez mais politizado, dando origem ao Movimento das Forças Armadas (MFA).

A tendência crítica das Forças Armadas chegou estrondosamente ao domínio público quando o General Spínola lançou o livro *Portugal e o Futuro* em abril de 1974, cujos primeiros 50.000 exemplares, tal foi a curiosidade pública, foram vendidos em apenas 12 horas (PEIXOTO, 2009). Este livro marcou a cisão entre a alta cúpula em matéria de guerra colonial, por oferecer uma nova abordagem à questão colonial, pois admitia que houvesse um nacionalismo tipicamente africano e, por consequência, a solução não poderia ser dada através de combate armado, mas em matéria de autodeterminação às nações africanas e o direito ao voto (PEIXOTO, 2009). Com isso, Spínola não pretendia desmembrar a nação multirracial portuguesa, mas transformar o pluricontinentalismo para algo mais parecido com um plurinacionalismo.

A cisão no seio das Forças Armadas portuguesas em relação ao futuro da guerra colonial significava algo muito grave em um país em que a maioria das pastas ministeriais era ocupada por militares (ANDERSON, 1966), ainda mais em um contexto em que boa parte dos observadores internacionais não via uma saída para a guerra que não fosse por via da independência dos povos africanos. Apesar de Spínola não ter tido participação na formação

³⁹ A esse respeito ver o depoimento de Humberto Rodrigues, presidente da Associação Nacional dos Deficientes das Forças Armadas de Portugal (ADFA). (ONU, 1974-1995).

do MFA, foi unido a este grupo que na alvorada do dia 25 de abril de 1974, os militares tomaram o poder, dando fim ao Estado Novo português, sob a Junta de Salvação Nacional (JSN), presidida pelo próprio Spínola. Com isso, dava-se novo fôlego e alento ao processo de independência angolano, embora seu final ainda estivesse incerto.

1.3. DO ACORDO DE ALVOR À INDEPENDÊNCIA: O FIM DA GUERRA NÃO É O FIM DA GUERRA

A derrubada do governo de Marcelo Caetano e de Américo Thomaz, o então presidente, apesar de ter oferecido ao mundo a expectativa de um giro completo na tomada decisória quanto às guerras africanas, mostrou-se, na realidade, muito mais lenta com o passar dos dias. O problema colonial, que esteve no cerne do MFA, também foi o elemento que trouxe as maiores divergências no seio do governo recém-instalado.

A cúpula da JSN (constituída, em sua maior parte, por generais e oficiais de primeiro escalão do Exército, entre eles o próprio Spínola) e o MFA não entraram em um consenso fácil quanto às medidas mais imediatas da questão da guerra travada em Angola e, além disso, os pronunciamentos da JSN não tranquilizaram a opinião pública por conta das vagas assertivas acerca dos temas do ultramar. Neste ínterim, governantes do mundo todo, especialmente os da África, cobravam um posicionamento mais firme por parte do governo português e, em um discurso na assembleia da OTAN, Mário Soares, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, disse que um cessar-fogo era a prioridade para a questão de Angola, embora não precisasse exatamente como a suspensão dos conflitos seria efetivada (PEIXOTO, 2009). Esse mesmo ministro, em entrevista concedida logo após o 24 de abril, resumiu muito bem o momento incerto em que se encontrava o governo provisório do General Spínola àquela altura:

Quando aceitei a pasta dos Negócios Estrangeiros, tinha uma ideia para levar a bom termo a descolonização. Pretendia fazer assinar rapidamente um cessar-fogo nos territórios em guerra, para acabar com ela localmente. Mas tinha de respeitar o presidente Spínola, o qual possuía os seus próprios pontos de vista nessa matéria. Ele desejava a constituição de um processo sob controlo armado, para chegar a uma espécie de “Commonwealth portuguesa”. Numa altura em que a opinião pública apelava à manifestação nas ruas a favor das independências, da fraternidade e da paz, isso era claramente impossível. A população reclamava o regresso dos seus soldados ao País. As tropas portuguesas estacionadas no Ultramar começavam, também elas, a confraternizar com os nacionalistas. A política de Spínola era, por conseguinte, irrealista. (POUCHIN, 2003, 55).

No dia nove de agosto de 1974, a JSN tornou pública a forma como se daria o processo da retirada de tropas portuguesas de Angola, que pode ser resumida em três pontos principais: o novo governo em Angola seria estabelecido a partir de uma coligação entre os três grupos nacionalistas principais levando em conta todas as etnias do país (inclusive a branca), uma Lei Eleitoral deveria ser estabelecida e, por fim, haveria a eleição de uma Assembleia Constituinte no prazo de dois anos, quando seria decidida a forma dos laços que Angola teria com Portugal.

Dois elementos saltam aos olhos nesta resolução: primeiro, ela foi feita sem a consulta ou o conhecimento prévio de nenhum dos grupos políticos em Angola. E depois, ela implicitamente sugere que os laços com Portugal poderiam ser mantidos (talvez ao gosto da *commonwealth* de Spínola) ou que, no melhor dos casos, a independência viria em – no mínimo – dois anos (PEIXOTO, 2009).

Spínola parecia estar postergando para o futuro a resolução do mesmo problema que o colocara na chefia do país. O fracasso da sua política de uma independência “depressa, mas sem pressa”, a insatisfação internacional que caminhava para colocá-lo na berlinda isolacionista onde uma vez estivera Salazar e, por fim, a insatisfação do MFA que não aceitou negociações quanto à rápida retirada de tropas de Angola foram fatores que culminaram na sua renúncia à presidência ao dia 30 de setembro de 1974. A partir deste ponto, a ala mais à esquerda do MFA esteve à frente das decisões políticas do país.

Uma vez que o MFA assumiu a pauta da solução dos conflitos em Angola e abriu novas linhas de diálogo com os representantes dos respectivos grupos nacionalistas, estes foram dispendo-se, unilateralmente, a aceitar o cessar-fogo. Embora representantes do MFA houvessem desembarcado em Angola logo em abril para tratar do armistício, o MPLA e a FNLA não aceitaram desarmar-se e dispersar suas tropas sem garantias prévias (e concretas) de independência.

O General Spínola e Mobutu, então presidente do Zaire⁴⁰, haviam se encontrado no começo de setembro para discutir a trégua da FNLA, que só foi efetuada ao dia 15 de outubro de 1974. Este grupo foi o único que dialogou com Portugal através de um país estrangeiro porque, diferentemente do MPLA, não contava com representações em Lisboa ou Luanda e sua atuação estava centrada na região limítrofe entre Angola e Zaire. Apesar de não somar forças que cobrissem grandes porções territoriais, a FNLA representava uma forte ameaça militar por poder contar com o aparato logístico e bélico zairense e, através deste país, também contava com ajuda norte-americana.

A Revolução dos Cravos havia aberto novas possibilidades à organização política já que haviam sido afrouxadas as amarras às liberdades de opinião e associação e a PIDE não era mais um fator com o qual os angolanos teriam que se preocupar. Vários grupos políticos menores começam a surgir, embora sem apoio externo ou grande simpatia pública. A partir de agosto de 1974, a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), grupo separatista da rica região produtora de petróleo e diamantes, tomou fôlego. Contudo, seus objetivos foram repudiados pelos três grupos angolanos, seguidos pela OUA e pela ONU (PEIXOTO, 2009).

Além da FLEC, a questão racial a partir da Revolução dos Cravos mostrou-se não ser apanágio dos locais mais interioranos de Angola. Grupos brancos de Luanda, que comandavam a maior parte do aparato administrativo, de infraestrutura e de transporte do país

⁴⁰ A República Democrática do Congo, ex-Congo Belga ou Congo Leopoldville, teve o nome mudado para Zaire entre 27 de outubro de 1971 e 17 de maio de 1997.

e que, depois da África do Sul, representavam a maior população branca na África, começaram a flertar com a ideia de uma solução “à rodesiana”⁴¹ para Angola. A minoria branca, quando viu o MFA paulatinamente ganhar força em Portugal e, por fim, assistiu a renúncia de Spínola, começou a temer que a hegemonia política do país caísse nas mãos dos movimentos nacionalistas. Contudo, a única ação concreta derivada destes grupos, aglutinados principalmente em torno da FRA (Frente de Resistência em Angola) e do PCDA (Partido Cristão Democrático de Angola), foi a invasão, logo frustrada por forças nacionalistas de Angola, das vilas de Bailundo e da Cela. A partir daí, a ideia de uma solução à rodesiana para Angola perdeu integralmente a força (PEIXOTO, 2009).

Difícilmente grupos surgidos após a Revolução dos Cravos conseguiram angariar a legitimidade necessária para competir em prestígio e reconhecimento com aqueles grupos que haviam participado durante os treze anos da luta anticolonialista. Em função disso, também não conseguiram fomentar o palanque adequado para se fazer representar e reconhecer perante a OUA, a ONU ou Portugal, além de serem boicotados pelos grupos pré-existentes. Sendo assim, de finais de outubro ao início de novembro, começaram os esforços de colaboração e diálogo entre representantes dos três movimentos angolanos e o governo de Portugal, que agora estava sob comando da ala mais esquerdista do movimento que depusera Caetano, o MFA. Entre três e cinco de janeiro de 1975 em Mombaça, no Quênia, ocorreu a primeira reunião de cúpula preparativa para uma segunda reunião, a acontecer dez dias depois, na cidade de Alvor no Algarve.

Dos princípios para a independência acordados nesta segunda reunião surgiu o Acordo de Alvor. Os pontos principais desse Acordo podem ser assim resumidos: (1) a independência de Angola ficaria agendada para o dia 11 de novembro de 1975 e até lá a administração do

⁴¹ A expressão faz alusão à tomada de poder por uma minoria branca sob a liderança de Ian Smith em 1965, que impôs um forte regime de segregação racial na Rodésia do Sul (Zimbabwe) (VISENTINI, 2010). Os colonos brancos organizaram a proclamação, unilateral, de independência antes que ela ocorresse sob a vontade da população negra; o governo de Ian Smith não foi reconhecido por Londres, capital de sua ex-metrópole, mas ganhou a simpatia da África do Sul.

país estaria nas mãos de um governo provisório formado por um colegiado, com um representante de cada grupo, de presidência rotativa e cujas deliberações seriam tomadas por maioria simples; (2) o governo português estaria representado por um Alto Comissariado escolhido pelo presidente de Portugal, que não poderia intervir em assuntos governamentais, mas poderia ser consultado caso o governo provisório assim o desejasse; (3) não-discriminação étnica para os futuros critérios de nacionalidade; (4) uma Assembleia Constituinte seria formada no prazo de nove meses para a eleição do novo presidente a tomar posse em novembro; (5) uma Comissão de Defesa Nacional, formada pelo colégio presidencial, Alto Comissariado e Estado Maior Unificado, seria formada com o principal propósito de unir os contingentes militares (então pulverizados entre os três grupos) e formar um Exército Nacional; (6) formação dos Ministérios com as chefias divididas entre os grupos (PEIXOTO, 2009).

No dia 31 de janeiro de 1975, como havia sido previsto, foi lançado o novo governo de transição. Contudo, dois problemas de origem cercearam o bom funcionamento do Acordo de Alvor: o primeiro deles é que todas as partes haviam se comprometido a manterem-se nas posições ocupadas até então, o que não aconteceu porquanto os grupos lançaram-se rapidamente a reforçar seus contingentes; o segundo problema é que Portugal ficaria crescentemente incapaz de chefiar e resguardar de possíveis conflitos a Comissão Nacional de Defesa, uma vez que no seu próprio território a tênue coalizão de forças entre socialistas e comunistas na cúpula do MFA havia se encaminhado à beira de uma verdadeira guerra civil, situação que ficou pior após uma tentativa de golpe de Estado por parte do General Spínola em março.

O Acordo de Alvor, logo ficou claro, havia conseguido a perspectiva da independência concreta, mas não trouxera governabilidade ao seu governo de transição. Seus ministros não conseguiam atingir consensos e a Comissão de Defesa foi esvaziando-se com o respaldo de

Portugal, de forma que entre 16 e 20 de junho houve uma tentativa de recomposição do que havia sido acordado em Alvor através de uma reunião em Nakuru no Quênia – uma espécie de Alvor II.

Esta tentativa mostrou-se insuficiente e, em julho de 1975, a não ser pelos ministérios encabeçados pelo MPLA, o governo de transição havia se tornado completamente inoperante. Logo a seguir começou uma verdadeira “corrida ao pódio” ao onze de novembro, em que o prêmio seria a chefia do novo governo de Angola. Para completar o quadro, no dia 22 de agosto, Portugal formalizou a suspensão parcial de Alvor: tudo se mantinha igual, mas Portugal lavava as mãos de salvaguardar a trajetória pacífica do governo de transição à independência em novembro (PEIXOTO, 2009).

Conquanto Angola fosse um “pequeno e obscuro país africano,” recém-colocado ante a perspectiva de independência, o ano de 1975 mostrou-se como um catalisador para transformar seu, até então, baixo perfil, na arena política internacional, em centro de divergências do confronto Leste-Oeste encetado pela Guerra Fria. A forma como os eventos se sucederam em Angola estava, em nível internacional, relacionadas a uma oleada de revoluções terceiro-mundistas iniciadas na década de 1970, que vieram na esteira da cisão sino-soviética em 1962, que fomentara um adensamento da participação soviética em conflitos periféricos como forma de re-estabelecer seu papel na balança de poder mundial (VISENTINI, 2004, p. 113).

A relação de que falamos não pode ser compreendida *stricto sensu*, pois cada país, seja Cambodja, Laos, Vietnã ou Angola, tinha seu próprio passado histórico e conjunturas sociais que renderam resultados diversos. O que os une em semelhança é a forma como contaram como peso determinado na balança internacional de poder, acalentando discussões acerca do conceito de *détente*⁴² e, para além dos conceitos, as implicações práticas que derivaram da

⁴² Segundo Magnoli, “o termo *détente* significa, literalmente, *relaxamento*. Na década de 1970 ganhou uso corrente no discurso das relações internacionais, exprimindo uma diminuição das tensões interestaduais, em

interpretação feita pelo oponente. Assim, logo que o Acordo de Alvor foi assinado e os conflitos retomados em Angola, ante os resultados finais deste acordo, uma vez reconhecidas as simpatias internacionais que cabiam a cada um dos grupos, revestiu-se de grande importância simbólica aos Estados Unidos na esteira de sua perda catastrófica no Vietnã.⁴³

Em 1975 os Estados Unidos eram governados por um presidente não-eleito, empossado após o vexame internacional do escândalo de Watergate – tornado epíteto da corrupção de alta cúpula. Caíra Richard Nixon (jan/1969 – ago/1974), mas sua “herança maldita” simbolizada pela catastrófica incursão no Vietnã, foi repassada à administração Gerald Ford (ago/74 – jan/1977), juntamente com o Secretário de Estado Henry Kissinger.

Diante da possibilidade da URSS aproveitar-se da fragilidade dos Estados Unidos em sua situação pós-Watergate e pós-Vietnã para empenhar-se em uma ação mais proativa em Angola, a Casa Branca efetivou mudanças na então estabelecida política de apoio tácito aos bastiões brancos formada pelo gabinete Nixon logo nos seus primeiros meses de governo em 1969.⁴⁴ Um segundo elemento, “menos global” desta mudança de postura, se devia às eleições de 1976: Ford, para conseguir apoio à sua candidatura pelos Republicanos deveria mostrar à

particular um desanuiamento das relações entre as duas superpotências” (MAGNOLI, 1988, p. 9). Todavia, não nos propomos a lidar com a ideia de *détente* como um conceito ou um período histórico consolidado, com marcos temporais homogêneos e definidos. Segundo a definição de White (1981), a *détente* é uma abstração retórica, que fora utilizada como elemento de discurso durante a Guerra Fria com finalidades políticas, de forma que a *détente* não se constituía em um “fim”, mas em um “meio” (WHITE, 1981).

⁴³ Participando ativamente dos conflitos do Vietnã desde 1964, por apoiar o governo de Saigon (Vietnã do Sul) contra o Vietnã do Norte de Ho Chi Minh, após o envio sistemático de tropas como também de apoio bélico, “em abril de 1975, as tropas do Vietnã do Norte e os guerrilheiros do Vietnã do Sul, entravam em Saigon, unificando o Vietnã e vencendo a mais longa, sangrenta e complexa guerra do Terceiro Mundo. Três potências haviam sido derrotadas – inclusive a mais poderosa nação no campo militar, econômico e tecnológico – por um pequeno país agrícola e periférico, ainda que com apoio diplomático e em armas dos países socialistas” (VISENTINI, 2004, p. 115).

⁴⁴ O planejamento de Nixon para os bastiões brancos da África Austral – a dizer, as colônias portuguesas, Rodésia do Sul (Zimbabwe) e África do Sul – fora consolidado através do Memorando de Estudos 39 do Conselho Nacional de Segurança (NCSM 39) que, em uma palavra, afirmava que a minoria branca “estava lá para ficar”, de forma que o Gabinete Nixon optou pela seguinte posição: manter, ante a opinião pública, oposição às repressões radicais, mas relaxar a política de isolacionismo e restrições econômicas aos grupos brancos no poder. Desde então a FNLA deixou de receber apoio militar dos EUA (NOER, 1993).

população que o país ainda mantinha sua posição de prestígio e poderia, apesar do insucesso no Vietnã, mostrar força na arena internacional (NOER, 1993).

O Acordo de Alvor, assinado em janeiro, deixou uma pequena margem de atuação ao planejamento de Gerald Ford: ou se deixava que os três grupos tratassem por si do governo do país, ou se escolhia dar apoio a um grupo de forma a propiciar o surgimento de um governo que lhe fosse favorável. A última opção foi acatada.

O primeiro sinal concreto dessa mudança de posição em relação a Angola foi a nomeação do diplomata Nathaniel Davis para a representação estadunidense no país. Davis ganhara notoriedade internacional por ter ocupado representação análoga no Chile quando dos esforços encobertos da CIA na derrubada de Salvador Allende dois anos antes; o resultado de sua nomeação não tardou a causar alarme na África: em 21 de fevereiro de 1975, em reunião ministerial da OUA, uma resolução votada por unanimidade, arguiu contra a nomeação do diplomata, de reconhecida participação na “ação dos Estados Unidos de desestabilização política na América Latina.” Apesar disso, a nomeação seria confirmada em 11 de março (DAVIS, 1978, p. 110). Entre janeiro e fevereiro, U\$300.000 foram entregues à FNLA, através do Zaire, além de materiais bélicos (NOER, 1993).

Com a ajuda econômica estadunidense e amplo apoio do bem treinado e equipado Exército zaireense, em 25 de março a FNLA inaugurava sua marcha em direção a Luanda proclamando a cidade de Carmona⁴⁵ como sede oficial de sua incursão, liderada pela figura centralizadora de Holden Roberto (MARQUEZ, 1976). Poucas semanas depois, em cinco de agosto, tropas da África do Sul atravessaram a fronteira sul de Angola através do território da Namíbia sob pretexto de proteger o complexo de barragens de Ruacana-Calueque dos

⁴⁵ Atual cidade de Uíge, localizada no centro-sul do distrito homônimo (é também a sua capital).

meandros da guerra. Nesta região estavam estacionados contingentes da UNITA, mostrando que a parceria entre esse grupo e Pretória estaria selada (MARQUEZ, 1976)⁴⁶.

Ao final do mês de julho, após discussões internas quanto à opção por passar por cima do Congresso e disponibilizar mais fundos para ações em Angola, por decisão da Casa Branca, 14 milhões de dólares foram aprovados para apoio à FNLA e à UNITA – quantia que aumentou à cifra de 25 milhões um mês depois, e a 32 milhões em setembro (NOER, 1993). As discussões derivavam do risco de não conseguir os efeitos desejados em Angola e ainda agir contra o Congresso e acabar sendo relacionado à África do Sul – o que não agradou a uma população com seus próprios problemas raciais não-resolvidos; o próprio Davis se mostrou contrário ao impulso da Casa Branca, preferindo os “bons ofícios” como saída à situação. O diplomata calculava que não haveria jeito de participar massivamente, enviando homens, sem que o Congresso soubesse, e se não fosse assim, os riscos não valeriam a pena pelas divergências de opinião. Davis pediu exoneração do cargo (DAVIS, 1978).

A situação do MPLA, apesar de ser o movimento com maior cobertura da ação de guerrilha, neste meio-termo, era bastante preocupante: a FNLA pressionava-o ao norte, enquanto que ao sul e sudoeste, a UNITA aliava-se sistematicamente à África do Sul. O mês de agosto, contudo, inaugurou um fato novo aos desdobramentos da guerra: foi o momento em que Agostinho Neto pediu auxílio a Cuba, por meio de delegação cubana que aportava em Luanda. De forma que em setembro, os primeiros contingentes cubanos de apoio começaram a chegar: cerca de 500 técnicos e especialistas cubanos (o MPLA tinha armas recebidas previamente da URSS, mas, de forma geral, não sabia como utilizá-las), 25 morteiros e unidades móveis de artilharia antiaérea, um time de médicos, 115 veículos e complementos para formar uma estrutura de comunicação básica – esse contingente viajou em três navios

⁴⁶ Localizado na fronteira sul de Angola, o complexo fora construído em parceria entre Portugal e África do Sul e suas barragens eram responsáveis pela distribuição de água para largas extensões do sudoeste africano.

improvisados e sobrecarregados: El Vietnam Heroico, El Coral Island e La Plata (MARQUEZ, 1976). A presença cubana em Angola ficou manifesta a partir de então.⁴⁷

O primeiro navio chegou no dia 4 de outubro a Pointe-Noire (a segunda maior cidade do Congo Brazzaville depois da capital); os outros dois chegaram, respectivamente, nos dias sete e onze de outubro a Porto Amboim (cidade do distrito angolano de Cuanza Sul, próxima à cidade de Benguela). A esta altura as tropas de Holden Roberto estavam muito próximas a Luanda (MARQUEZ, 1976).

O final de novembro marcou o início do rompante sul-africano sobre território angolano, pareando forças com a UNITA e a FNLA; suas colunas marchavam cerca de 70 quilômetros por dia, chegando, no dia três de novembro, à cidade de Benguela, sede de distrito homônimo (MARQUEZ, 1976); nesse mesmo dia, devido à ascensão dos conflitos, o Consulado Geral Americano foi fechado e seus cidadãos evacuados (DAVIS, 1978). Frente aos avanços da FNLA e da UNITA em direção a Luanda, onde ocorreu a transição política como acordado por Alvor, para acontecer ao dia 11 de novembro, as lideranças do MPLA e de Cuba tiveram que fazer novas deliberações.

Em cinco de novembro, isto é, apenas seis dias antes de Portugal retirar-se completamente de Angola, Havana optou por agir mais incisivamente na questão (MARQUEZ, 1976). Dava-se início à Operação Carlota.⁴⁸ A partir de então, tropas cubanas foram levadas, por via aérea, em um fluxo constante que somou no período de trinta dias um contingente de 650 homens (MARQUEZ, 1976). Foram suficientes para bloquear o acesso da FNLA e da UNITA à capital, garantindo ao MPLA o controle da cidade de Luanda na noite de onze de novembro, quando a bandeira portuguesa no Palácio Nacional deu lugar à rubro-negra, com foice e martelo estilizados pelo MPLA.

⁴⁷ No dia 23 de setembro, Henry Kissinger disse em assembleia da ONU que a participação cubana na guerra de Angola tornara a situação do país muito delicada, mas negou qualquer participação direta dos Estados Unidos na questão (NOER, 1993).

⁴⁸ Nome dado em homenagem a outro cinco de novembro: em 1843, a escrava negra Carlota iniciava uma rebelião de escravos contra os espanhóis na região açucareira de Matanza, em Cuba.

Vinte e três países africanos, em reunião da OUA, reconheceram o recém-instalado governo do MPLA em 26 de novembro (nenhum, no entanto, reconheceu a FNLA ou a UNITA, que, unilateralmente, haviam igualmente declarado a independência de Angola) (NOER, 1976). A essa altura, a participação estadunidense no palco de operações angolano não teria mais como manter-se na sombra, de forma que ao dia 19 de novembro o Senado aprovou a Emenda Clark que cortava imediatamente todos os fundos para ações secretas em Angola (NOER, 1976).

Era uma vitória diplomática do MPLA, mas o fim da guerra não é o fim da guerra. A guerra civil sobreviveu à própria Guerra Fria. Seus desdobramentos, infelizmente, “continuam a afetar a Angola dos dias de hoje” (BITTENCOURT, 2002, vol. 2 p. 723).

Mas, se, para Angola, “o fim da guerra não é o fim da guerra”, para Luandino Vieira, a luta não apenas não começa com os conflitos armados de 1961, como não acaba com a independência. Isso fica bastante evidente em sua obra, tanto a anterior a 1961 quanto a posterior a 1975. A trajetória literária, aliada a sua militância política, no pré e no pós-independência, propicia ao escritor uma percepção crítica bastante aguçada do passado histórico africano, não apenas do angolano, a consciência de que a guerra não acabou e, sobretudo, de que a literatura pode se apropriar da realidade histórica, tornando-a ficção, não para explicá-la, mas para modificá-la.

CAPÍTULO 2. FICÇÃO E HISTÓRIA NA OBRA DE LUANDINO VIEIRA

Vi tratada a literatura angolana como um universo, e o que há, na verdade, é muita matéria fluida. É quase tudo. Há umas constelações, há umas galáxias, uns sistemas, uns sóis, uns planetas, a maioria é de matéria gasosa, portanto... não contam. Luandino, Pepetela, Agualusa, etc., etc., isso são apenas meteoritos, asteroides, quando muito... Não sei! Mas a matéria intersticial de todo esse universo é que é importante. É importante porque nela estarão os famosos buracos negros. Sabemos que existem mas ainda são teóricos [...] Portanto, um universo organizado a partir do que não se vê [...] Os buracos negros da História da Literatura Angolana [...] exercem sobre a parte visível ou detectável uma força que não sabemos ainda explicar. (VIEIRA, 2008, p.32).

2. 1. “ESTORIANDO A PARTIR DO QUE NÃO SE VÊ”

A epígrafe de José Luandino Vieira com que iniciamos este capítulo é, na verdade, uma pista de nosso percurso de leitura. Referimo-nos claramente aos aspectos da escrita da história da literatura angolana e, por outro lado, ao fardo da memória e da história silenciada pela modernidade dentro da produção desta literatura. Trata-se, de fato, de escrever a literatura “a partir do que não se vê”. Se, por um lado, essas definições se encontram plausíveis no texto, por outro, não servem para serem lidas como verdades estabelecidas e estáticas, mas oferecem compreensão de como estas noções se movem e percorrem a obra luandina. Mas o que seriam, antes de tudo, os buracos da memória e “os buracos negros da História da Literatura Angolana”? O escritor aponta que tal matéria intersticial é encontrada, por exemplo, na documentação histórica de Angola, como as cartas do Rei Afonso do Congo; nos quase nunca lidos ou mencionados romances coloniais, como *Sangue de Kuanhama*, de Antonio Pires; nas cartas de D. Francisco Sottomayor; ou na História Geral das Guerras Angolanas, de Antonio de Oliveira de Cadornega.

Partindo dessas indicações, podemos supor que a metáfora do buraco negro, apresentada por Luandino no texto *Literatura angolana: estoriando a partir do que não se vê* (VIEIRA, 2008), está diretamente relacionada a uma percepção crítica do passado histórico, não se tratando, como já advertiu Luandino, de incluir ou excluir autores e obras, tampouco de uma simples demolição, mas de uma nova forma de ler o passado histórico-literário, pois propicia um deslocamento na maneira de pensar e escrever o passado. De acordo com a historiadora e poeta Paula Tavares, a relação com o passado histórico-literário não é “esse mar manso e arrumado” (TAVARES, 2008, p.39) da literatura europeia; é preciso considerar que Angola ficou independente apenas em 1975, viveu guerras sucessivas que só terminaram no ano de 2002, portanto em pleno século XXI. Nesse sentido, exatamente, a literatura assume o papel de recuperar as várias realidades que compõem o país para poder torná-las ficção:

Desde 1934, quando Antônio de Assis Jr. publicou *O segredo da morta* (romance de costumes angolenses) a primeira obra do gênero na literatura angolana, a trajetória do romance em Angola vem deixando nítida a vontade de seus autores de, através da literatura, colocarem em prática um projeto de investigação sobre as realidades que compõem o país. Potencializando a sua capacidade de analisar com certa dose de objetividade a matéria artisticamente transfigurada, o romance, naquele sistema literário, aproveitasse de senso de historicidade de que também o define como gênero para oferecer ao leitor um instigante painel das múltiplas faces que particularizam o país. (CHAVES, 1999, p. 21).

Esses e outros exemplos atestam que o interesse pelo conhecimento da história de Angola está, pois, desde muito cedo, no centro das preocupações dos escritores angolanos, que mostram um claro interesse pelo estudo, compreensão da história e da memória e diálogo entre as duas, na tentativa de constituir uma identidade nacional, mesmo após tantos anos de dominação. De fato, os escritores focalizaram/focalizam, em suas obras, além de outros aspectos, a experiência do sujeito na guerra em Angola, inclusive como participantes, já que estiveram nos campos de batalha lutando pelo processo de resistência à colonização. Alguns, inclusive, foram presos pela PIDE. Tal experiência não ficou fora de projetos literários que

procuravam descrever e discutir o processo de resistência à colonização, independência e mesmo guerra civil.

2.2. DA HISTÓRIA À ESTÓRIA: A VIDA VERDADEIRA DE DOMINGOS XAVIER

Na obra de Luandino Vieira, interessam-nos, principalmente, os romances *A vida verdadeira de Domingos Xavier*, *Nós, os do Makulusu*, *O livro dos rios* e *O livro dos guerrilheiros*, que apresentam os limites tênues entre História e ficção. A propósito, lembramos com Hutcheon a questão de metaficção historiográfica, destacada em *Poética do pós-modernismo*, o caráter reflexivo da problematização dessa relação, ao apropriar-se de acontecimentos e personagens históricas (HUTCHEON, 1991). E nessa apropriação não podemos, pois, falar em inversão histórica no romance luandino, mas em problematização dos acontecimentos históricos com o objetivo de questionar o passado, revisando-o à luz do presente. Dessa forma, não existe retorno nostálgico, e, sim, recuperação problematizadora:

Não é um retorno nostálgico; é uma reavaliação crítica, um diálogo irônico com o passado da arte e da sociedade, [...] O passado cuja presença defendemos não é uma idade de ouro que deva ser recuperada. [...] Suas formas estéticas e suas formações sociais são problematizadas pela reflexão crítica. [...] é sempre uma reelaboração crítica, nunca um retorno nostálgico. (HUTCHEON, 1991, p.20-21).

O entrecruzamento entre ficção e história é bastante profícuo na história das literaturas africanas de língua portuguesa, pois, como afirma Chaves (2005, 20), “a história das Letras em Angola se mistura ostensivamente à história do país”. Podemos dizer que no romance *A vida verdadeira de Domingos Xavier* “a dimensão histórica” está presente, mas não é o caso de tratarmos como romance histórico tradicional.⁴⁹ Na narrativa, “a trajetória de Domingos Xavier é contada numa linguagem que permite o reconhecimento dos passos impressos à luta pela libertação”, que se desenvolve em torno das violências praticadas pelos agentes da PIDE

⁴⁹ O romance histórico surge no início do século XIX, com o Romantismo. Dentre os numerosos romances destacamos *Ivanhoé*, de Walter Scott, *Eurico, o Presbítero*, de Alexandre Herculano e *Guerra e Paz*, de Tolstoi.

na cadeia, dos sofrimentos impostos pelo processo colonial e das formas de resistência feitas pela população simples à ditadura salazarista.

Sem dúvida, nas relações entre ficção e História, observarmos a interpretabilidade corroborada por White (2005), para quem, nos debates sobre os acontecimentos históricos e os acontecimentos ficcionais, o que deveria interessar-nos, em relação aos dois discursos, “é saber até que ponto o discurso do historiador e do escritor de ficção se sobrepõem, se assemelham ou estabelecem correspondências entre si” (WHITE, 2005, 43).

Pensando ainda sobre a estratégia ficcional de narrar uma “vida verdadeira”, percebemos que de seu título nasce um roteiro de leitura. Textualmente presentes, as expressões vida e verdade indiciam a proximidade entre a ficção e o real sugerida pelo romance. Como confirma o escritor, em entrevista concedida a Michel Laban: “Trabalhei na barragem do Cambambe dois anos. Gosto de dizer sempre isso porque *A vida verdadeira de Domingos Xavier* passa em Cambambe e, em grande parte, o que se lá conta passou-se e, salvo os nomes, que estão alterados, as pessoas existiram” (LABAN, 1980, p.16).

Entendemos, portanto, que as duas narrações de que fala White não se referem apenas a duas perspectivas, mas também a duas modalidades discursivas, a duas formas de relatar, a dois modos de textualizar, enfim: à histórica e à ficcional. “Ambos desejam oferecer uma imagem verbal da ‘realidade’” (WHITE, 1994, p. 44) como propõe o já citado ensaio *As ficções da representação factual*. Percebemos, assim, que ambos os discursos pressupõem a existência de um narrador; a diferença entre eles se estabelece pelo tipo de abordagem peculiar a cada um dos gêneros, pois, “se há um elemento do histórico em toda a poesia, há um elemento da poesia em cada relato histórico do mundo” (WHITE, 1994, p.114). O próprio Luandino, em uma entrevista mais recente, ao ser perguntando sobre a importância da história e da necessidade de um povo ter consciência da sua história, o autor afirma que:

Em primeiro lugar, eu acho que a história é sempre importante para qualquer escritor, por muito que ele ficcione, e por muito que ele se distancie daquilo

a que se chama realidade para elaborar universos ficcionais, que aparentemente não têm nada a ver com a história. No caso de Angola e dos Angolanos ainda com maior pertinência, porque por um lado, durante o período da ocupação, da conquista, do colonialismo, e mesmo depois, houve sempre a tentação de apagar a história do território e a história das pessoas que aí viviam, e mesmo existindo uma vasta documentação relativa a essa história, essa documentação não está ao alcance dos angolanos, está espalhada por arquivos na Holanda, em Portugal, na Santa Sé, etc... [...] Por outro lado, alguns dos autores que escrevem a literatura moderna de Angola, eles próprios participaram numa fase da história de Angola que é mais visível e conhecida, e torna-se imprescindível, se quisermos construir uma ficção que tenha como contexto o que se chama Angola, de um ponto de vista que inclua esse conceito que se criou/gestou nos anos quarenta, de angolanidade, é imprescindível conhecer a história, ou privilegiar o conhecimento histórico, ou inventar a história como quadro para a ficção. [...], mas a história é uma outra forma de ficção, pois a história é escrita por humanos. No entanto, a escrita ficcional não obedece a pressupostos históricos, nem se pretende deixar a história de Angola acrescentada ou diminuída. A parte histórica é ditada pelo peso que a realidade, ou a visão que eu tenho da realidade objectiva, tem na minha ficção. Não sou capaz de efabular fora de um quadro histórico, porque também não fui capaz de viver a minha própria vida e a minha experiência fora de um quadro histórico. (VIEIRA, 2010, pp. 189-190).

Valho-me dessa extensa citação em função de sua relevância para a relação entre a ficção e a História. O escritor se refere, mais uma vez de forma explícita, aos vínculos fortes que a ficção angolana tem com a História. De fato, as narrativas das guerras de libertação, com particular destaque para as de Luandino Vieira, trazem para a cena literária angolana um real que preenche o imaginário da história da resistência anticolonial. Nesse aspecto, Luandino leva-nos a perceber não ser capaz de escrever fora de um quadro histórico, como nos afirma na entrevista já citada, ao responder à pergunta sobre a importância da História na temática da sua escrita: “porque também não fui capaz de viver a minha própria vida e a minha experiência fora de um quadro histórico” (VIEIRA, 2010, 191). Importa aqui afirmar que a ficção, assim como os fatos que realmente ocorreram e que lhe servem de matéria, são, na verdade, construções textuais, “narrativas que são ao mesmo tempo não originárias em sua

dependência em relação aos intertextos do passado e inevitavelmente repletas de ideologia...” (HUTCHEON, 1988, p. 150):

A narrativa de *A vida verdadeira de Domingos Xavier* nos apresenta uma releitura ficcionalizada da história e, ao mesmo tempo, faz uma reflexão crítica da opressão colonial fortemente testemunhada pela violência com que agia a polícia de colonização nos fins da década de 1950 e início da de 1960 – quando o governo Salazar intensificou em Luanda a vigilância aos intelectuais e ao povo simples através da instalação da PIDE – com a finalidade de enfraquecer e extinguir o movimento de libertação colonial, organizado por um grupo heterogêneo de angolanos composto por brancos, mestiços e negros. Desse modo, os conflitos, as lutas sociais e os eventos de violência e opressão que caracterizaram a história angolana têm implicações nas obras literárias.

Podemos formular, com base em pesquisas atuais sobre o assunto, o argumento de que a violência tem um impacto traumático sobre a atividade literária angolana. A literatura, repetidas vezes, guardaria a possibilidade de reinventar a realidade: “A realidade que a literatura aspira compreender é, simplesmente (mas ao mesmo tempo, nada é assim tão complexo), a experiência humana” (TODOROV, 2009, p.77). Sob essa perspectiva, a escolha temática de Luandino Vieira evidencia a relação intrínseca entre projeto ético e projeto estético.

2.3. DA RESISTÊNCIA À MORTE: NOTAS SOBRE A VIOLÊNCIA

No decorrer dos capítulos de *A vida verdadeira de Domingos Xavier*, o narrador apresenta ao leitor as diversas personagens e os seus papéis no enredo. Tais personagens pertencem aos diferentes grupos sociais e cada um, à sua maneira, promoverá a luta contra a ditadura e a violência colonial. Um dos primeiros acontecimentos na trama é a chegada de um preso no Posto “na luz do sol da manhã”. Essa narrativa é construída em torno de eventos

ligados à prisão, à tortura, à resistência e à morte da personagem título Domingos Antonio Xavier, homem simples que trabalhava nas obras da barragem de Cambambe. No trecho que transcrevemos abaixo, o narrador apresenta o momento da prisão arbitrária de Domingos Xavier por parte dos cipaiois:

E nessa noite o povo viu Domingos Xavier sair, ainda abotoando as calças, olhos quase fechados pelos faróis da carrinha, arrancado à pancada de dentro da cubata, com Maria aos gritos e miúdo Bastião berrando, acordado. Dois cipaiois agarraram o tractorista enquanto um terceiro ia dando socos e pontapés. Domingos Xavier, homem alto e magro, se curvava muito em defesa instintiva e tentou ainda uma vez correr para a companheira, mas o aspirante rápido, lhe bateu com a coronha da pistola na nuca. Os cipaiois, agarrando-lhe nos braços e nas pernas, atiraram com ele para cima da carroceria (VV, p.26).

Ao avançarmos na leitura do romance, acompanhamos o personagem Domingos Xavier desde o seu sofrimento ao ser capturado pelos cipaiois até a sua chegada ao espaço da cadeia, no caso, espaço de torturas. Sabemos que a PIDE é amplamente conhecida como um órgão que usou a tortura como meio de conseguir informações. E Domingos, sob tortura, fica feliz por se recusar a delatar os seus irmãos angolanos sob suspeita de envolvimento na luta de libertação, num processo sumário de condenação à morte:

Domingos Xavier, gemendo e torcendo-se que se espetavam nos rins e na barriga pisada pelos sapatos do agente, fechou os olhos na luz fortíssima do sol. Mas ainda viu, desenhados no céu cheio de nuvens cinzentas, correndo, papagaios de papel com seus rabos de trapos de lixeira, brinquedos de meninos de musseque. Sorriu: lá fora a vida continuava, não podia atraiçoar o seu povo. E se deixou mergulhar no sono que lhe invadia outra vez, esquecendo as dores violentas, enquanto o cipaio, arrastando novamente, lhe levava na cela. (VV, p.51).

A personagem Domingos, apesar da violência sofrida, mantém-se seguro da sua convicção e, desde o princípio, toma uma postura heroica mantendo-se fiel aos seus companheiros ao suportar os acoites e a tortura com que agia a polícia portuguesa. Ele tem certeza que não sobreviverá e, portanto, cumprindo, em certa medida, o caminho ritualístico

do “herói bíblico” com resignação, deixando de existir como indivíduo, tornando-se quase um mártir da resistência: “Aquele corpo dorido, todo ferido, já não lhe pertencia”.(VV,p.73-74).

Domingos Xavier não respondeu. Sentiu, percebia nos gestos de gato do chefe, no ar bruto e decidido do agente, que nada podia lhe salvar. Eles estavam ali dispostos a tudo para lhe fazer falar. Jurou para si mesmo que não ia falar. Nem que lhe matassem. Aquele corpo todo dorido, todo ferido, já não lhe pertencia. O que era dele, o que ele guardava, isso nunca eles iam saber. Jurava, cerrava os lábios feridos, contraindo-se nas dores provocadas pelos cortes inchados. (VV, p.73-74).

A partir daí, a narrativa prossegue apresentando ao leitor a resistência de Domingos aos episódios da violência física. Segundo Michaud (2001, p. 10), “há uma violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, [...] causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja sem sua integridade moral”. Essa violência é particularmente intensa e sistemática nos períodos caracterizados como regimes autoritários, a exemplo do colonialismo, com seus massacres e torturas, nos quais seu exercício foi metódico e planejado. Dessa forma, a narrativa *A vida verdadeira de Domingos Xavier* pode ser lida em diálogo com a violência do sistema colonial e também da organização da luta política coletiva, etapa que precede a libertação, as contradições, as frustrações que reenviam a um tempo histórico marcado por ambiguidades e fraturas, como nos lembra Fanon, ao evidenciar que a violência define a situação colonial:

A violência que presidiu o arranjo do mundo colonial, que ritmou incansavelmente a destruição das formas sociais indignas, demoliu sem restrições os sistemas de referências da economia, os modos de aparência, de indumentária, será reivindicada e assumida pelo colonizado no momento em que decidindo ser a história em atos, a massa colonial irromperá nas cidades proibidas. (FANON, 2005, p.57).

Para Fanon (2005), a violência é intrínseca ao mundo colonial, pois ela se baseia na expropriação da terra dos nativos; na domesticação da força do trabalho; na tortura, método que foi utilizado nas prisões pelos colonizadores, na tentativa de obter informação sobre os

movimentos de libertação. A violência pode estar velada ou explícita e é capaz de provocar os mais diferentes tipos de traumas de ordem física, psíquica, moral e até mesmo cultural.

As cenas de violência que se sucedem na narrativa de *A vida verdadeira de Domingos Xavier* ficam mais intensas e, inclusive, atingem a constituição do sujeito, assumindo uma dimensão política e coletiva. Nessas cenas encontramos marcas do que Fanon (2005, p. 79) descreve como sendo colonialismo, que, para ele, “é a violência em estado natural, e só pode se inclinar diante de uma violência maior”.

Nesse sentido, a personagem Domingos prometera a si mesmo que, em nome de sua terra, de sua família e de seus irmãos negros, resistiria e não delataria os seus; ele estava pronto para arcar com qualquer consequência, até mesmo a morte. Domingos se mostra tão resistente, ainda que quase morto. Após derradeira e brutal tortura, demonstra uma alegria em relação à morte, pois a mesma significa muito mais do que o término das torturas, do sofrimento físico. O fragmento a seguir exposto, dotado de intenso lirismo, é bastante simbólico:

Domingos sorriu dentro de si. Pensou sim, que era verdade, que ia morrer. Iam matar-lhe. Já estava morto mesmo, as pernas partidas nos joelhos eram a única dor que ainda lhe incomodava. Sorriu, sorriu enquanto o sangue saía na boca, no nariz, nos ouvidos, ensopava a camisa rota, o corpo, o chão, salpicava o agente, as paredes, tudo. E era bom sentir-lhe correr assim, livremente, se sentir vazio e leve. A alegria grande por não ter falado saía nas lágrimas salgadas, no mijo, não podia deter-lhe, correu pelas pernas abaixo e espalhou o seu cheiro acre e quente em toda a sala. (VV, p. 75).

Diante do tumulto causado pela notícia, percebemos na narrativa os laços de solidariedade na intrincada distribuição de tarefas entre os revolucionários, envolvendo desde anciãos até crianças. Exemplificando, Vavô Petelo, antigo marinheiro Pedro Antunes, seu neto, o miúdo Zito, uma criança moradora de um musseque de Luanda; Mussunda, um alfaiate de orientação socialista que pregava a educação das crianças do musseque; Xico João

e Miguel, amigos de Mussunda; Maria, a mulher de Domingos; os músicos do Ngola Ritmos e Silvestre. Esses laços de solidariedade tácita por parte dos personagens colonizados ao longo da narrativa demonstram a cumplicidade entre os pares, pois unem-se “homens e mulheres para mobilizar o povo para a luta, para acabar com o sofrimento, com a miséria, com as bofetadas, os pontapés, o trabalho forçado” (CABRAL, 1975,p. 98).

O romance de Luandino Vieira funciona como um corpo coletivo representado pelas gentes do Sambizanga, corpo metonimizado na figura do operário Domingos Xavier, “com os índices simbólicos como sejam uma existência e uma vivência comuns, um espaço comum, terra de origem, o culto dos mortos, o mito da morte heroica do resistente” (MATA, 2010, p. 71).

Nesse sentido, *A vida verdadeira de Domingos Xavier* pode ser entendido como um manifesto contra o discurso absoluto, formador de verdades e excludente. O escritor Luandino Vieira recobre o tempo histórico através das teias da ficção. Essa ficção traduz situações de delação, denúncia, violência da polícia portuguesa, que foram vivenciadas por vários presos políticos no período da colonização. Essa relação de complementaridade entre os dois discursos e “o mútuo conhecimento, por parte dos interlocutores, das regras do jogo” (MIGNOLO, 1993, p. 122), associando a lógica da diferença entre a convenção da veracidade e a convenção da ficcionalidade, são muito produtivos tendo em vista a argumentação de Mignolo (1993). O autor, portanto, problematiza a questão da separação entre a veracidade e a ficção, ao perceber que, em um romance, poderão existir dois tipos de enunciados: o literário e o histórico.

2.4. GUERRA E VIOLÊNCIA DE UM TEMPO HISTÓRICO EM *NÓS, OS DO MAKULUSU*

Neste estudo sobre a obra de Luandino Vieira, é possível verificarmos essa inserção dos elementos “reais” – históricos e geográficos – na narrativa ficcional. Parece interessante lembrarmos que tal relação tem suscitado, ao longo dos anos, vários debates, seja entre historiadores, seja entre literatos, propiciando discussões voltadas para a relação de complementaridade entre os dois discursos.

Mignolo é um dos estudiosos que demonstra que a questão da “verdade” na ficção é apresentada quando se imita um discurso que está enquadrado na convenção de veracidade e que as linhas que separam a História e a literatura estão muito próximas, sendo que, em alguns momentos, chegam a coincidir. Mignolo (1993, p. 132), a esse propósito, diz que “[...] A relação, portanto, entre o ficcional e a verdade não se estabelece necessariamente pela negativa (porque o ficcional não implica mentira), mas pela própria natureza das convenções”. Por seu turno, White, a propósito da estreita relação entre o discurso literário e o discurso histórico, leva mais longe esse raciocínio, defendendo que tanto o historiador quanto o romancista tentam dar sentido ao mundo real ao longo de sua evolução no tempo, tirando a obscuridade desse mundo e transformando-o em uma forma reconhecível e familiar a partir da narrativa, não importando, portanto, se esse mundo é concebido como real ou apenas imaginado, mas como se dá um sentido a ele. Como mostra White (2001, p. 115):

[...] toda narrativa não é simplesmente um registro do que aconteceu na transição de um estado de coisas para outro, mas uma redescritção progressiva de conjuntos de eventos de maneira a dismantlar uma estrutura codificada num modo verbal no começo, a fim de justificar uma recodificação dele num outro modo final. Nisto consiste o “ponto médio” de todas as narrativas.

A partir dessas definições, White (2001) analisa que um mesmo fato histórico poderá ser recodificado de formas diferentes, gerando novas interpretações e podendo estruturar-se

em vários tipos de gêneros; no entanto, os próprios eventos não se alteram substancialmente de um relato para o outro, ou seja, os dados a analisar não apresentam uma diferença significativa nos diferentes relatos, pois o que difere são as modalidades das suas relações.

De maneira geral, podemos dizer que são incontestáveis as relações de imbricamento entre literatura e História, assumindo-se as especificidades inscritas no texto literário como uma escrita da nação, não mais numa perspectiva nacionalista, instituindo-se a literatura angolana como uma escrita de ruptura, na medida em que veicula um discurso ficcional, que não se limita a reproduzir os fatos que a História oficial registrou, mas que possibilita a constituição de uma “contra-memória”, porque dá voz às “tomada[s] de posição perante o que se passou e se gravou tão profundamente nos corpos dos seus actores” (VECCHI, 2010, p. 23).

De igual modo, Said (2000, 104) defende a impossibilidade de separar a história da literatura e da sociedade, contestando a autonomia da cultura face à política (entendida no seu sentido mais lato). Também Abdala Junior, centrando a sua atenção nas literaturas de ênfase social dos países de língua oficial portuguesa, analisa a “problematização das imbricações entre a adesão político-social dos autores engajados e o trabalho artístico que desenvolvem” (ABDALA JUNIOR, 1989, p. 11). O ensaísta desenvolve uma perspectiva segundo a qual as prefigurações do imaginário político de cada autor “constituem articulações ‘comprometidas’ com o devir social [...] que deslocam formas de representação mais fotográficas da realidade [...], impregnando-as das marcas (ideológicas) da subjetividade do sujeito” (ABDALA JUNIOR, 1989, p. 21).

Podemos dizer, assim, que o escritor Luandino Vieira, ao convocar para a ficção locais, eventos e personagens – instâncias cuja existência estava documentada antes da feitura do romance –, elimina as fronteiras entre literatura e História, evidenciando “as semelhanças e as diferenças entre determinadas práticas discursivas historiográficas, literárias [...] [não

decidindo] quais são melhores, ou o que deve ser feito em vez do que se faz” (MIGNOLO, 1993, p. 116). De maneira geral, ousamos afirmar que o escritor, por um lado, trabalha em equilíbrio com a interpretação dos fatos, e, por outro, ficciona. Como se refere Mata, “o facto de a ficcionalidade do conteúdo literário advir da convenção de que ele não existe fora da consciência do escritor, não oblitera a eventualidade da sua factualidade, a existir” (MATA, 2010, p. 156). Mignolo (1993) relaciona História e literatura, sendo que a linguagem literária enquadra-se na convenção de ficcionalidade; entretanto, ao deparar com o ensaio e a autobiografia, esse conceito de ficcionalidade dependerá da posição do escritor.

Centremo-nos, agora, no romance de Luandino *Nós, os do Makulusu*, que enuncia claramente um período específico da história de Angola: a guerra que conduziu à independência. Conforme aponta Veiga (2010, p. 46), “o romance dialoga constantemente não só com a realidade histórica de um momento específico (Luanda, Angola, 1963), mas com a própria História, constituindo-se, esse diálogo, num dos temas, numa das traves da trama que sustenta esta estrutura”. A narrativa *Nós, os do Makulusu* apresenta um retrato desapiedado dos conflitos e tensões dos anos que antecederam a independência do país, ou seja, uma percepção crítica do passado histórico angolano, em que a violência tem uma função constitutiva. A leitura política dos acontecimentos da história de Angola, inscrita no texto de Luandino, está presente na contagem dos anos de guerra, considerando que:

[...] faltam duas meias horas para entrar no ano III da guerra, eh pá! (NM, p. 60).

Vamos entrar no ano III das guerras públicas, mas ainda não tem outra vez Ngola Kiluanji⁵⁰, os senadores estão confiantes agora. (NM, p. 60).

[...] é meia-noite, 1963, ano III da guerra,[...](NM, p.73).

[...] é pena não ser hoje, não ser agora, 1963, 481º ano das guerras angolanas gerais. (NM, p. 85-86).

Esses e outros exemplos atestam que é frequente na narrativa luandina a utilização de marcos de referência do espaço-tempo associados às marcas da guerra: da formação dos

⁵⁰Ngola Kiluanji: nome do rei do Ndongo, um dos reinos que formaram o que hoje é Angola. Por sua resistência aos portugueses, desde que eles ali chegaram em 1560, é considerado um herói nacional.

grupos nacionalistas em Angola, da luta armada como único caminho possível para a libertação de Angola, como também da forma como esses grupos atuariam, no que diz respeito ao posicionamento político-ideológico e, portanto, a construção de personagens (negros, brancos ou mestiços), os quais se rebelaram contra o poder colonial. Nesse contexto, a narrativa constrói-se em torno dos quatro amigos do musseque – Mais-Velho, o narrador; Maninho, o seu irmão; Paizinho, o meio-irmão mulato, e Kibiaka, o amigo de infância, que vivem de modo dramático os tempos de emergência do nacionalismo angolano. É justamente no confronto entre os dois irmãos, Maninho e Mais-Velho, que as contradições sociais e políticas atingem o ponto mais alto. Por um lado, Maninho representa a figura do filho do colono que deseja perpetuar o estado colonial, por outro, Mais-Velho representa os europeus que abraçaram os ideais nacionalistas angolanos, com críticas severas às políticas coloniais portuguesas. Maninho defende a luta armada, inspirado (na opinião do seu irmão) pela leitura de *As guerras do Cadornega*; Mais-Velho prefere a luta política. Vejamos o seguinte exemplo: “Tinha a mania dos heróis, pensava era capitão-mor e era eu o culpado, deixara ler *As guerras do Cadornega* para ver se ele aprendia...” (NM, p. 11).

Verificamos que o texto de Luandino se apresenta como se fosse um prolongamento do documento histórico, permitindo, assim, que personalidades referenciais⁵¹ como Antonio de Oliveira de Cadornega, autor de *História geral das guerras angolanas*, que permaneceu como manuscrito até o ano de 1940 (CADORNEGA, 1972), se converta em personagem do romance. A obra de Cadornega transita pela história e é apropriada pela ficção. A esse propósito, Hutcheon (1991, p. 22) observa que a ficção e a História são discursos, “o [seu] sentido e a [sua] forma não estão nos acontecimentos, mas nos sistemas que transformam

⁵¹ Aquelas cuja existência é comprovável, havendo dela registro. No sentido mais amplo, poderíamos pensar nos fatores sociais imbricados com a estrutura da obra. “Num plano menos explícito e mais sutil, mencionemos a tentativa de Erich Auerbach, fundindo os processos estilísticos com os métodos histórico-sociológicos para investigar os fatos da literatura”, como afirma Cândido. Ainda conforme este autor: “Veremos então, provavelmente, que os elementos da ordem social serão filtrados através de uma concepção estética e trazidos ao nível da fatura para entender a singularidade e a autonomia da obra.” (CANDIDO, 2006. págs., 24-25).

esses ‘acontecimentos’ passados em ‘fatos’ históricos presentes”. Podemos dizer que, na narrativa de *Nós, os do Makulusu*, a referência aos fatos históricos é bastante sutil, no entanto, ao longo das páginas, percebemos uma rede de interligação que vai se formando entre História e ficção.

Para além de um tributo histórico, vamos reencontrar Cadornega no mesmo texto ensaístico citado no início deste capítulo, publicado em *Lendo Angola*, com o título *Literatura angolana: estoriando a partir do que não se vê* (VIEIRA, 2008b), quando Luandino Vieira também propõe, através da metáfora dos “buracos negros”, preencher os espaços brancos deixados pela “História oficial” ao argumentar: “exercem sobre a parte visível ou detectável uma força que não sabemos ainda explicar” (VIEIRA, 2008b, p.32). Luandino aponta os documentos representativos da história de Angola, como as cartas do Rei Afonso do Congo e de D. Francisco de Sottomayor.

Também destaca o caráter literário dos documentos de Antonio de Oliveira de Cadornega, ao descrever as paisagens nacionais sem extravagância, como se lê nos escritos do historiador sobre o Kwanza (questão a que regressaremos na análise de *O livro dos rios*). Luandino ainda chama a atenção que os poemas apresentados por Cadornega como pertencentes a um suposto poeta chamado Antonio Dias de Macedo seriam do próprio historiador, sob pseudônimo. Comentários como “Antonio de Oliveira de Cadornega foi prá lá [Angola] um miúdo soldado, e portanto lá é que fez a sua educação, com todos os riscos que isso comporta, lá é que transformou em Angolano” (VIEIRA, 2008b, p. 33).

Se olharmos a partir de uma perspectiva mais ampla, veremos que é sintomática a estratégia discursiva que o escritor utiliza ao apresentar Antonio de Oliveira Cadornega, cuja obra destaca os diversos conflitos e dificuldades enfrentadas pelos portugueses para se estabelecerem em Angola, já no século XVII. Na verdade, as guerras em Angola ficaram para a História como uma das mais longas e violentas, e as consequências desse longo período de

guerra foram desastrosas, os vários conflitos deixaram uma herança de desigualdade e exclusão social para o povo angolano.

Como observou João Paulo Borges Coelho (2002), o interregno por alturas da independência, “nem chegou a existir uma vez que o conflito armado se desenvolveu praticamente sem interrupção entre os inícios da década de 1960 e os primeiros anos deste século”. Como vimos, a história da luta pela independência de Angola pode ser dividida em quatro momentos, dentre os quais nos interessa aqui o primeiro deles, a saber, o momento da guerra de libertação contra Portugal, iniciada com o assalto à prisão de Luanda, em 4 de fevereiro de 1961, cujo objetivo foi libertar líderes nacionalistas presos. Nesse mesmo ano, a União dos Povos Angolas (UPA) comandou um levante camponês no norte de Angola, atacando as fazendas dos colonos portugueses.

Essas iniciativas provocaram uma violenta reação de Portugal. Segundo Cunha (1991, p. 101), “estima-se que pelo menos 200 mil angolanos tenham morrido em pouco menos de dois anos”. Para Meneses (2000), mais de 50 mil angolanos foram mortos em apenas dois meses. Já Saraiva (1996, p. 78) afirma que “os portugueses mataram mais de trinta mil entre 1961 e 1964. Até bombas de napalm estiveram presentes nas ações portuguesas daqueles anos”. Assim, é nesse cenário de dilaceramento causado por guerras longas e destrutivas que, subjacente no texto de Luandino, encontramos não só a reprodução dos acontecimentos que o discurso da História oficial registrou como fatos, numa celebração do passado, mas também uma reflexão sobre a própria condição presente do país. Como esclarece Chaves:

Do século XIX aos nossos dias, construir-se enquanto escritor e construir a nação têm sido faces de um mesmo projeto. Isso significa que ao protagonizar cenas não propriamente inventadas por ele, o escritor angolano vem assumindo, entre as suas, a função de fazer e refazer a história de um território e seus povos que, despedaçados e rejuntados pela ordem colonial, têm no horizonte a unidade ainda interdita pelas circunstâncias do presente. Noutras palavras, num universo estabilizado sob o signo permanente da crise, **escrever**, sabemos todos nós, tem significado, de várias e diversas formas, **escrever Angola**. (CHAVES, 2003, p. 373).

Nesse sentido, *Nós, os do Makulusu* revela os momentos de tensão “sob o signo permanente da crise” que a enunciação romanesca vai encenando e costurando o texto com algumas indicações temporais sobre a história do país. É no texto de Luandino que encontramos uma das definições que melhor transmite as práticas discriminatórias do colonialismo. O narrador Mais-Velho relata as conversas tidas com a mãe ou com o companheiro de infância do seguinte modo:

Como vou te explicar que a verdade é mentira aqui, hoje, nossa terra de Luanda, 1961. [...] não me venhas pedir para, daqui, do ano de 1962, aceitar, na nossa terra de Luanda, aceitar, não venhas me pedir para compreender. Era a mentalidade da época, mas a época já lá vai e a mentalidade ficou e isso não pode ser. (NM, p. 49).

E acrescenta mais adiante:

Morrer é fácil, meu alferes; pagar custa mais, meu alferes, é sangue que não sai num minuto por um cu-d’agulha, levou anos e anos de suor, semanas de sangue e crime, insônias, a acumular, a capitalizar, a investir, desvalorizar, amortizar. (NM, p. 61).

Percebemos que várias referências temporais na narrativa nos permitem situar os acontecimentos da década de 1960, bem como constatar o tom de denúncia utilizado pelo narrador para retratar a violência das relações humanas no período que conduziu à independência de Angola, uma época em que o grupo de nacionalistas lutou e questionou o passado, problematizou o presente e projetou para o futuro um país livre, sem a opressão do colonizador. Conforme adverte Secco (2011, p. 57), “a morte de Maninho, o buraquinho da parabellum em seu peito e a dor do Mais-Velho desencadeiam diversos cruzamentos e superposições temporais na narrativa”, como podemos ver, sobretudo por parte da mãe de Maninho e das vizinhas, nas referências sobre o que representavam os nacionalistas dentro de uma visão colonial:

A mãe dizia: “terroristas”, eu queria emendar, queria desviar o coro das vizinhas dando pêsames e o choro silencioso da mãe, e dizer: guerrilheiro [...]. (NM, p. 27).

A narrativa luandina centra-se no período da guerra de libertação que antecedeu a proclamação da independência de Angola, circunstância que leva Padilha (2007, p. 56) a afirmar que “a guerra de Angola abrirá as portas para um novo pacto ficcional cuja principal marca é a perda da inocência, em seu mais amplo sentido”. O fato de a sua escrita privilegiar esse período específico da história de Angola constitui-se como um “pacto ficcional” para a construção de uma nação independente da opressão e da violência colonial.

No romance *Nós, os do Makulusu*, verificamos que o espaço surge como o elemento estruturante da narrativa. O Makulusu representa o espaço referencial conotado com discriminação, injustiça social, com precárias condições de vida, que carrega em si toda a carga negativa dos musseques. “Há uma verdadeira simbiose entre terra e gente e, ao expor os lugares, ele dá a conhecer as pessoas que viviam à margem e, [...] a se preparar para protagonizar a grande e necessária transformação” (CHAVES, 2009, p.103-4).

A narrativa apresenta uma sociedade dividida entre exploradores e explorados, sejam eles pretos, brancos, pobres, ricos, que, paulatinamente, despertam para as injustiças sociais, em que a cor não é o único nem o principal elemento de cisão. Os seus textos encenam uma interrogação constante e uma procura contínua do diálogo com o outro e consigo mesmo, numa ética universalista que faz da indagação o seu método de conhecimento (SEPÚLVEDA, 2000).

É no contexto dos musseques que são frequentes as lembranças de Mais-Velho em relação aos embates com o seu irmão Maninho, que não se restringem a questões políticas e sociais, os espaços físicos de Luanda também são objetos de discordância. Podemos ver isso claramente através de um longo monólogo retrospectivo do narrador Mais-Velho, a caminho do cemitério, passando pela Rua das Flores, ao recordar as discussões que travou com o irmão. Apesar das diferenças ideológicas, que colocam os irmãos em lados opostos da luta, eles estavam unidos por outros laços que não só os dos afetos, laços abrangentes e territoriais,

o que podemos observar desde o título do romance. Essas diferenças ficam evidenciadas não só no fragmento abaixo, mas no decorrer de toda a análise.

Rua das Flores, rua das flores, nem uma só encontrei, queria lhes pôr no teu caixão, Maninho que me gozas o meu gosto de ruas antigas, quatro ou cinco restadas no furor cego que tu aceitavas com alegria de ver os catrapilas a limpar o largo, batia as palmas do coração, dizias: tudo de novo! apaga esse sangue de escravos que ainda luz no meio desses sobrados e dessas pedras da calçada. [...] como gostava de parar mesmo no meio da rua, esta ou outra ou aquela do Sol ou Mercadores ou Travessa da Ásia ou Pelourinho, madrugadas acordadas, abrir a braguilha e urinar, regando tudo aos berros:
- Lavar o sangue dos escravos com o mijo dos patrões! (NM, p.31).

Desse modo, o olhar do narrador desenha a cartografia das ruas de Luanda como espaço de comunicação e espaço de conflitos, as ruas do “Makulusu”⁵² constituem-se, portanto, como um exemplo paradigmático dessas duas dimensões. Como observou Trigo, “o musseque representa, assim, na obra de Luandino, o duplo papel de espaço físico e humano, ainda que não possamos estabelecer fronteiras rigorosas entre os dois, graças ao *unanimismo* de que o escritor se serve na construção de seus textos” (TRIGO, 1980, p. 236). Esses espaços, palcos de grandes tensões políticas e de conflitos sociais, eram regularmente inspecionados pelas forças policiais. Neles eram protagonizadas cenas de grande violência, cuja narração reencontramos em inúmeras partes da obra luandina, exceção para os últimos romances publicados, ao qual regressaremos mais à frente.

⁵²*Makulusu* significa cruz, cemitério. O seu topônimo curiosamente aponta para um dos temas centrais da narrativa- a morte. O escritor lembra-nos constantemente disso em frases como “cemitério do Alto das Cruzes” (NM, p. 149), e até mesmo em outras passagens, como por exemplo, “(...) coberto de pano riscado de cruzinhas azuis” (NM, p. 18), “cimitarra” (NM, p. 47) etc. Porém, o que é importante saber é que essa palavra é uma tradução do português *cruz*. A cruz, como sabemos, é símbolo da religião cristã e, como se sabe, essa religião chegou a Angola por meio dos portugueses. A palavra *makulusu* não podia, deste modo, existir na Angola pré-colonial. *Makulusu* é supostamente a deformação do sintagma “uma cruz”, pelos nativos cujas línguas têm, como nos confirma Trigo (1980), tendência em trocar o *r* pelo *l*. Eis como supostamente pronunciavam aquele grupo de palavras: *umasculus*, *uma culussu*, *uma culuzi* etc. Deve-se ficar claro, no entanto, que não há certeza histórica sobre isso (MATOS, 2008).

2.5. NOVO PACTO COM A FICÇÃO E A HISTÓRIA: A GUERRA DE LIBERTAÇÃO E A TRAVESSIA ANGUSTIANTE DO GUERRILHEIRO DE KENE VUA

Também em *O livro dos rios*, verificamos uma fusão entre o discurso historiográfico e o texto romanesco. Depois de uma nota de agradecimento e dedicatória, percebemos que, por meio do emprego da epígrafe⁵³ inicial, emerge uma proposta de trazer ao leitor um tema ou, quiçá, provocar seu espírito, preparando-o para a abordagem que virá à frente. A epígrafe é constituída por uma citação seguida de um texto em itálico, onde se cita a resposta que a rainha Njinga – uma personalidade mítica do imaginário angolano, reconhecida como a heroína das primeiras resistências e exemplo para todos quantos ao longo dos tempos lutaram pela independência de Angola – teria dado ao primeiro historiador português Antonio de Oliveira Cadornega, *das Guerras Angolanas*:

“In dubio cronichae, pro fabula...”
dizem que disse – assim mesmo, em latim – Njinga Mbandi, rainha, a Antonio de Oliveira Cadornega, historiador, na comprovada presença de Frei Giovanni Antonio di Montecúccolo, o Kavazi. Na nossa cidade de Santa Maria da Matamba, aos dezessete dias do mês de Dezembro de 1663, dia de Santa Olimpia Viúva. (RIOS, p. 11).

A epígrafe acima nos apresenta, sobretudo, as dúvidas em relação à sua autenticidade, a circunstância de citar uma fala e não um escrito, e faz referência a duas personalidades das maiores da historiografia sobre Angola. Com a presença de Antonio de Oliveira Cadornega, como destinatário da mensagem de Njinga, e de Montecúccolo, o missionário capuchinho italiano, enquanto testemunha do acontecimento, subjaz a intenção do narrador de “certificar” a autenticidade do seu relato. Percebemos que, no corpo textual de *O livro dos rios*, a epígrafe assume uma carga simbólica relevante, decorrente da circunstância da morte da Rainha Njinga, “aos dezessete dias do mês de Dezembro de 1663”. Impõe uma reflexão não só literária, mas também política, de modo que a personalidade referencial deixa à posteridade a

⁵³ Segundo Ceia, a epígrafe “é um pré-texto que serve de bandeira ao texto principal, por resumir de forma exemplar o pensamento do autor. Tem, pois, a função de um lema ou de uma divisa” (CEIA, 2009, Verbete).

sua interpretação da História. O que logo chama a atenção do leitor no início do comentário de Njinga é o paralelo entre as duas realizações textuais: a crônica e a fábula (a ficção), fazendo recair a primazia sobre esta última. De uma forma ou de outra, a questão impõe uma reflexão sobre as duas concepções de história: a oficial e a documental, preconizadas pelo cronista, e a da tradição, transmitida oralmente pela memória.

Como vimos, o narrador apresenta dois autores cujos textos são primordiais para a pesquisa historiográfica da região da África Centro-Occidental durante o século XVII, mais especificamente Angola. Um deles é o militar português Antonio de Oliveira de Cadornega, autor da *História geral das guerras angolanas*, o outro é o capuchinho italiano Giovanni Antônio Cavazzi de Montecúcolo, autor da *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. A obra de Cadornega destaca as oposições de chefes africanos, como a rainha Njinga⁵⁴, e a invasão holandesa em Luanda. Tal como Cadornega, o capuchinho Giovanni Cavazzi contempla informações fundamentais para a compreensão das sociedades daquelas regiões, são salientados os métodos de evangelização daqueles povos e, sobretudo, os costumes caracterizados como “pagãos” e “bárbaros”⁵⁵ daqueles africanos.

Cabe aqui uma referência sobre a importância da “*Njinga Mbandi, rainha*”, apresentada em *O livro dos rios*, não só na epígrafe acima, mas também no decorrer da narrativa, como “Os espíritos, [...] voltarão a ser sempre dos mafulos e dos bravos de Njinga a Mbandi a Ngola Kiluanji Kia que os acompanharam para receber aquela ilha nos portugueses da

⁵⁴ Fonseca (2012) apresenta uma interessante análise das guerras de resistência em Angola e a atuação política de Nzinga Mbandi onde destaca Antonio de Oliveira de Cadornega como fonte indispensável para discutir as estratégias de conquista e resistência empreendidas nas guerras angolanas. Segundo Fonseca (2012, p. 135), o termo “guerras angolanas” foi consagrado por Cadornega e se refere principalmente ao período entre 1580-1660, sendo o período entre 1624-1660 o mais acirrado, cuja principal inimiga dos portugueses foi Nzinga Mbandi. Apesar de ter chegado a Angola somente em 1640, Cadornega se propôs a dar conta dos avanços da conquista lusa, registrar os juízos e sentimentos que os portugueses tinham daquela rainha.

⁵⁵ A narrativa de Cavazzi deixou um registro interessantíssimo sobre os reinos do Congo, Angola e Matamba; apresenta a visão dos fatos segundo a concepção portuguesa, como afirma Fonseca (2012). Para Fonseca (2012), Cavazzi analisou não somente o trabalho evangelizador, mas também os ritos, mitos, vestuário, hábitos alimentares, festas dos povos daquela região. Ele pintou uma rainha sanguinária, “implacável contra os inimigos”, “ávida de carne humana”, “infernally megera”. Nas páginas em que narrou a vida Jaga de Nzinga (CADORNEGA, 1972, p. 64-102. Vol. II), o missionário não poupou desqualificativos, descrevendo massacres e canibalismo para impressionar o leitor europeu.

Loanda” (RIOS, p. 64). Ao falar sobre os “espíritos antepassados”, o narrador, de algum modo, confere à rainha Njinga um lugar privilegiado, simbolizando, dessa forma, a sua capacidade de proteção aos que lutam contra o colonialismo português. A sua imagem protetora está presente em grande parte das obras da literatura angolana e também em alguns ensaios. Nas décadas de 1960-1970, líder da resistência “proto-nacionalista”, foi a única heroína em comum exaltada tanto pelo MPLA como pela UNITA. A personagem Njinga Mbandi jamais foi retirada da memória de Angola e seu nome está ligado à história da resistência africana frente ao colonialismo europeu. Como bem sintetizou Souza (2002, p. 114), Nzinga Mbandi “é um exemplo de como eventos históricos podem ser congelados, mitificados, ritualizados e evocados na constituição de identidades”.

Assim como Njinga Mbandi, Antonio de Cadornega e o capuchinho Giovanni Cavazzi, personalidades referenciais resgatadas pela ficção de Luandino Vieira, também Agostinho Neto é evocado ao longo da narrativa de *O livro dos rios* nas seguintes passagens: “[...] dia que Agostinho Neto foi em Massangano – relâmpago dos óculos;” (RIOS, p. 21) “[...]. Kimôngua Paka, retecendo, na rede de sua memória, [...] e infância com Agostinho Neto, o Manguxi ainda de calção sem óculos...” (RIOS, p. 75), “[...] dia que Agostinho Neto despediu connosco: era setembro, meus pés se incharam de lágrimas nos pambos da vida” (RIOS, p. 99).

Como vimos acima, estamos perante uma imagem que nos remete a uma fase da história das lutas de libertação, aqui representada nas malhas da ficção pela personalidade referencial Agostinho Neto. O narrador de *O livro dos rios* não só traz a articulação da ficção romanesca com a história, mas busca, também, referências e eventos no passado. Nas passagens citadas, a personalidade referencial é mencionada como personagem ficcional do romance, a quem o pai do narrador conheceu na infância.

Por outro lado, o fragmento acima veicula ainda um acontecimento histórico que foi a morte de Agostinho Neto⁵⁶ no mês de setembro, conferindo-lhe uma glorificação por seus feitos na sociedade angolana, sendo, por essa circunstância, revisitado e, por conseguinte, resgatado ao passado. Tal como Chaves observa, *O livro dos rios* apresenta um narrador que, ao mergulhar no passado, arrasta-nos “para o presente e não é raro que o presente confunda a nossa avaliação, situação que se complexifica num panorama dramático como só pode ser a de um país povoado por longos anos de guerra” (CHAVES, 2012, p. 109). É, portanto, no “passado remoto e/ou recente” que a narrativa luandina dialoga com a história ou traz para as malhas da ficção personalidades referenciais da história-política-social angolana, não no sentido de comemoração, mas de revisitá-los para perceber a importância das suas ressonâncias no presente.

De acordo com Hutcheon, tanto a narrativa histórica quanto a narrativa ficcional não devem ter pretensão de alcançar alguma verdade e, em função disso, ela pergunta: “Como pode o historiador (ou romancista) verificar qualquer relato histórico por comparação com a realidade empírica do passado a fim de tratar a verdade desse relato?” (HUTCHEON, 1991, p.162). A autora parte da afirmação de que, embora o passado tenha existido, o acesso a ele está condicionado a sua existência como texto, ou seja, seus documentos e suas evidências, pois até os relatos de testemunhos oculares são textos. Assim, deve-se questionar a quem pertence a noção de verdade na história e na literatura, visto que o que existe são “verdades” condicionadas aos seus aspectos históricos, sociais e ideológicos.

Hutcheon (1991) enfatiza que, na metaficção historiográfica, as verdades da história e da ficção são contestadas, pois não refletem nem reproduzem a realidade. Assim, a narrativa histórica e a narrativa ficcional estariam aproximadas no sentido de que ambas são narrativas

⁵⁶ Agostinho Neto morreu em 10 de setembro de 1979. Ele foi elevado ao patamar de “Herói Nacional” angolano e está presente na memória coletiva como o grande expoente do nacionalismo militante da luta anticolonial; médico que voltara a Luanda para instalar seu consultório numa zona pobre da cidade; poeta revolucionário; militante que tinha sido preso diversas vezes pela PIDE; líder do MPLA; e o primeiro presidente de Angola independente.

pelas quais são elaboradas versões da realidade humana e que reconhecem a inexistência de uma verdade única, absoluta e universal, questionando as bases de qualquer certeza, seja ela histórica ou ficcional: “o desafio da certeza, a formulação de perguntas, a revelação da criação ficcional onde antes poderíamos ter aceitado a existência de alguma ‘verdade’ absoluta – esse é o projeto do pós-modernismo” (HUTCHEON, 1991, p. 73). O que a autora deseja enfatizar é que tanto a História quanto a literatura são discursos, e ambas representam a maneira que o ser humano encontrou de conceder existência e sentido ao passado. Nessa perspectiva, os comentários da pesquisadora vêm reforçar o diálogo entre a História e a escrita literária, que, no caso da ficção luandina, representa uma das estratégias discursivas utilizadas pelo autor a fim de resgatar e reinterpretar o passado para relê-lo no presente.

A narrativa de *O livro dos rios* é uma estória atravessada pela guerra. Percebemos, ao longo do texto, que o tempo histórico, apontado pelo narrador, refere-se ao período da guerra de libertação, mais particularmente às décadas de 1960 e 1970. É, portanto, em torno das lutas que conduzem à libertação que o guerrilheiro Kene Vua busca a sua identidade contra o colonizador, razão por que afirma: “Eu Kene Vua, guerrilheiro, digo mais [...] Digo mais: também eu, sou um rio” (RIOS, p. 21). A leitura do romance revela-nos uma comparação entre homens e rios, e, assim, o leitor vai acompanhando os passos e os pensamentos da personagem, que atravessa de uma margem a outra do “Kwanza” para assumir a condição de guerrilheiro.

Vale salientar aqui que o narrador de *O livro dos rios* problematiza, explicitamente, a assunção de outro nome. Ao deixar o barco do comandante português, ao embrenhar pelo espaço dos rios e das suas matas até chegar ao mato, ele deixou de ser o “rapaz” para assumir nova(s) identidade(s): “sou o senhor Kapapa” e, mais tarde, “Eu, Kene Vua, guerrilheiro”. Como observa Padilha, em resenha sobre *O livro dos rios*, o narrador da obra de Luandino Vieira:

[...] reconstrói, pelo retorno do memorável, a trajetória de sua vida pessoal que se confunde com o relato factual, metonimizado, da própria história de Angola.

Suas palavras, pelas quais as lembranças escoam, criam uma espécie de colar, sempre acrescentado pelas contas de outras vidas que sua fala resgata. Embora sem qualquer linearidade, o narrador volta até sua infância, quando ainda se chamava Diamantinho e fora “iniciado” por três pessoas, a saber: o pai; um português, Capitão do mar, e o avô que o renomeia de Kapapa, nome trocado por Kene Vua. Depois da amarga experiência de ter sido levado a enforcar um companheiro de luta – Batuzola, julgado, pelo grupo, um traidor da causa –, Kene Vua volta a ser Kapapa, pois a ação do enforcamento fere profundamente seu corpo ético, constituído pelos valores disseminados, no passado, pela sabedoria de seus três iniciadores. (PADILHA, 2008, p.321).

No discurso narrativo, as lembranças “a assombrar nossas insônias” estão presentes e perturbam o narrador Kene Vua. Sua travessia é motivada pelo remorso que sente por ter enforcado o companheiro de guerrilha Amba-Tuloza e por acreditar que, ao se renomear Kapapa, poderia se livrar da culpa pela execução. O ato de nomear assume-se, pois, como a marca de uma nova identidade, mas também como um novo direito, tal como explica Kapapa: “Portanto, visto os outros e os factos, sem mais considerandos, eu quis determinar meu direito: promoção no nome, mudar” (RIOS, p. 51). Assim, após sonhar com o peixe-mulher, decide ir ao mar pescar a arraia para poder voltar a ser Kapapa. Este nome foi dado a ele pelo avô, por ter pescado uma arraia quando era criança. Como assinala Padilha, “percebem-se, assim, por esse jogo de nomeação, os múltiplos caminhos de uma identidade pessoal que se estende metonimicamente para a identidade nacional.” (PADILHA, 2008, p. 321).

Acordei o dia. O ano era sessenta-e-cinco e um céu azul demais, meu coração branqueceu. Verifiquei os largos pés de Kapapa, o pescador, as asas da arraia do nome que me nasceram naquelas águas e vi minha enorme sombra escorrer como um rio para dentro da maré. A cor do céu faiscava, o sol era branco, empurrei a canoa – eu tinha de ir dar encontro o que o sonho tinha falado, o que andava dormir em meu coração. [...] E senti o sal no ar ia começar de endoçar, as ondas arrefeciam aquele azulão, a água amarelava para cá as espumas brancas, roubava para lá a areia de meus pés raia. (RIOS, p. 101-02).

A afirmação temporal “O ano era sessenta-e-cinco [...], meu coração branqueceu” (RIOS, p. 101-02) está marcada por fatos históricos angolanos, como a guerra de libertação que começa na década de sessenta e, “obriga-nos a um exercício de desconfiança em relação a qualquer pensamento pré-determinado” (CHAVES, 2012, p. 113). Pois o “ano era sessenta-e-cinco”, também pode ser uma referência ao Grande Prêmio da Ficção da Sociedade Portuguesa de Escritores – prêmio que o escritor não pôde receber, por estar preso no Tarrafal.

Verificamos que cada uma das designações corresponde a um grau de tomada de consciência política, ou seja, de um novo direito ligado ao poder da ação revolucionária da figura do guerrilheiro Kene Vua num momento crucial para a história angolana: a guerrilha. O protagonista, através da rememoração, traz para o presente narrado as tensões sociais e a violência do período colonial, cujos males trazidos durante esses longos anos de guerra, entre os quais o exílio angolano, o racismo e os danos causados nas infraestruturas da comunidade na maioria das áreas, devastaram o país. Desse modo, além de convocar o passado através da sabedoria dos antepassados, percebemos, na narrativa luandina, uma projeção para o futuro de alguns temas ainda não amplamente discutidos no presente angolano, como podemos observar na consciência guerrilheira de Kene Vua:

Confiei então só em meu rio, meu Kwanza, e olhei no cacimbo que a chuva tossia para cima de mim, como um fumo de cassuneira. Mas a ilha não estava lá. Não está. A mina do peito explodiu, terror. “Calma! – eu xinguei meu coração assustado. “Calma, porra!”– rezei. “Calma, camarada” – três vezes, como deve de fazer sempre um revolucionário. Até parar o sangue. (RIOS, p. 25)

Assim como já foi colocado, diferentemente das outras narrativas luandinas em que a capital de Luanda era o espaço ficcional privilegiado, aqui há uma mudança no cenário: o espaço ficcional escolhido por Luandino é rios/mata. O narrador-personagem Kene Vua, que significa o *Sem Azar*, embrenha-se pelas matas a fim de aderir à guerrilha revolucionária e, à

medida que cruza os rios, vai descrevendo uma nova cartografia hidrográfica, cada um com a sua personalidade. Ou seja, ele se apresenta como um testemunho, ao mesmo tempo histórico e ficcional e, por intermédio da rememoração, ressignifica os acontecimentos históricos, num período particularmente violento, o do combate ao colonialismo e a da guerra de libertação iniciada em 1961.

O Kwanza, todo ele de braços abertos (RIOS, p. 12); O Lukala, em Massangano. Rio de caudaloso curso, tributo de imensa água no nosso pai Kwanza (RIOS, p. 15); o Mukoszo, o das água de verde chá-de-caxinde [...] museu de todas as musas (RIOS, p. 17); o Lombiji, aquele que já foi rio do ouro, águas amarelas por terras arenistas (RIOS, p. 18); o Kalukala. Benaventurado. Me recebeu ainda molhado de água salgada e medo naquele ano de sessenta-e-cinco. (RIOS, p. 18); o Kalandula (Ngalandula), rio de tantas matas e bases de apoio e escolho e passagem, já era minha testemunha (RIOS, p.19) o Nzena-Mbengu, o Bengo, onde que eram as sombras de mar de fundo das águas (RIOS, p. 20); o Alukanza, rio da morte ao meio dia, um que secou depois da Independência (RIOS, p. 20); o Luandu, o todo-poderoso Luandu, esse grande rio Luandu, o que é tigre do nosso Eufrates Kwanza (RIOS, p.20).

Não discutiremos aqui os fatos históricos do processo de colonização, nem as políticas coloniais, visto que o fizemos no capítulo anterior, mas sim as suas representações literárias. No entanto, essas questões não podem estar fora das discussões, visto que a literatura angolana traz implícitas as relações históricas, político-ideológicas. Podemos, destarte, considerar que se trata de uma literatura que traz as marcas de “violência atmosférica”, designação de Fanon (2005), frutos de um sistema colonial que só começa a ter fim a partir de meados do século XX, e também de uma literatura que, historicamente, nas suas tramas, traz a “associação entre projeto ético e projeto estético”.

Essas considerações sobressaem na escrita de Luandino e são, por isso, reflexos dessa tensão que está na origem do processo colonizador: a subjugação de um povo, a relação entre explorador e explorado. No último fragmento exemplificado, está subjacente uma intenção do narrador em demonstrar o estado de angústia “naquele ano de sessenta e cinco” (RIOS, p. 18), pois a repressão é intensificada nesse período.

No romance, o leitor é conduzido, numa tensão, para as lembranças do guerrilheiro Kene Vua, ao ser perseguido nas matas por fuzileiros que querem matá-lo por considerá-lo terrorista: “Eles nunca iam me caçar [...] mas tenho de sair embora nesta água de meu rio!” (RIOS, p. 25). A imagem convocada pela memória de Kene Vua constitui-se como recordação de um tempo marcado pelo período da guerra de libertação da qual participou: “a Gê-Três aperreada em posição de rajada [...]. Vejo, olho e tremo” (RIOS, p. 25). O guerrilheiro faz uma retrospectiva da sua vida, fazendo travessias, ora avançando, ora recuando no tempo, assim, passa a sua vida a limpo. Na sequência, percebemos, no seu discurso, vários momentos de conflito, pois, “de acordo com a disciplina da guerrilha...” (RIOS, p. 45), Kene Vua teria que matar, por enforcamento, Amba-Tulosa, companheiro de guerrilha condenado por roubar sal da população local. Por esse motivo, e como rezam os princípios da guerrilha, “*Dura lex sed lex*, no interesse do povo angolano” (RIOS, p. 45), todos são convocados para a votação: “guerrilheiros e partisanos, povo em geral, [...] íamos votar a justiça: enforcar o ladrão do povo” (RIOS, p. 39).

Marcado pela angústia, que acompanha o guerrilheiro Kene Vua do início ao fim do romance, ele sente remorso por ter executado Amba-Tulosa, companheiro de guerrilha, e, em consequência disso, pede o afastamento de seu posto: “Peço recuo de meu nome, missão terminada...” (RIOS, p. 47). No guerrilheiro Kene Vua percebemos as fissuras do que representou a ética da guerra de libertação, para a qual a luta justificava todos os atos, pois a morte de Amba-Tulosa também é a morte da personagem protagonista, que declara: “Do que era Kalunga queria ser; mas só Kapapa cabia ainda na estreita porta da minha luta – sair eu para mim mesmo, novo caminho” (RIOS, p. 51). O narrador-personagem retoma o passado, questionando-o e demonstrando que os acontecimentos, a exemplo dos conflitos, já existentes desde o início das lutas de libertação em Angola no centro da própria organização revolucionária, poderiam ser revistos sob outro aspecto.

O guerrilheiro Kene Vuase se sente insatisfeito consigo e inconformado, o seu discurso enfatiza um “novo caminho” (RIOS, p. 51). Assim, acreditava que, retomando ao nome de Kapapa, que o identifica e o liga ao avô e ao rio, ele poderia se livrar da culpa da execução do camarada. A personagem Kene Vua segue a travessia pelo rio Kuanza em direção ao mar:

Acordei o dia. O ano era de sessenta-e-cinco e um céu azul demais, meu coração branqueceu. Verifiquei os largos pés do Kapapa, o pescador, as asas da arraia do nome que me nasceram naquelas águas e vi minha enorme sombra escorrer como um rio para dentro da maré. A cor do céu faiscava, o sol era branco, empurrei a canoa –eu tinha de ir dar encontro o que o sonho tinha falado, o que andava dormir em meu coração.[...] E senti o sal no ar ia começar a se endoçar, as ondas arrefeciam aquele azulão, brava para lá a areia de meus pés de raia. (RIOS, p. 101-102).

O trecho acima descreve o início da viagem do rio para o mar, o “ano era de sessenta-e-cinco”(RIOS, p. 65), em plena guerra de independência, momento no qual, como já vimos, a repressão é intensificada. Fica claro que, naquela ocasião, a viagem é movida por um sonho. Assim, num discurso conflituoso, Kene Vua “tinha de ir dar encontro o que o sonho tinha falado” (RIOS, p. 101), renegar o nome de guerrilha e retomar o nome de Kapapa. O ato de nomear assume-se, pois, como uma busca por uma identidade nova – mas igualmente um novo direito –, que não fosse determinada por alguma “verdade” absoluta.

O processo de nomeação das personagens em Luandino constituiu também um artifício utilizado por Guimarães Rosa em *Grande sertão: veredas* (1970). Riobaldo, quando entra para o cangaço, passa a se chamar Tatarana, ao assumir a chefia do bando, é Urutu Branco. Acreditamos que, nesses casos, os nomes assumem um valor metonímico, deslocando do particular para o geral, do individual para o coletivo, constituindo-se, por isso, o caso de Kene Vua como “da própria história de Angola” (PADILHA, 2008, p. 321).

Agora, diante de mim, Kapapa eu sou: esfrego meus olhos ensonarados – minhas vidas não dão me berrida, não me enxotam. Nesta, d’agora, só os fuzileiros contam os grãos de areia da pegada que a maré não quis arredondar, meu passado sempre está no altar da frente da casa do meu corpo, meu dilombe, onde que brilham de meu avô suas catanadas, de meu pai um cigarro apagado no escorregar do quimbundo em peleja de Jacob

com o anjo português, rio abaixo, mar acima. Que o futuro é o que vem atrás, me persegue sempre: nossa luta – um dia, sei, vai me agarrar: morrerei. (RIOS, p.124)

Ao longo da narrativa, vamos descobrindo toda a fragmentação desse narrador, que, na primeira pessoa, conta a sua existência. Na recomposição do passado, o narrador Kene Vua “tem na fluidez o traço fulcral de sua trajetória, espelhada nas imagens multiplicadas dos rios” (CHAVES, 2012, p. 19). Para ele, isso significa a busca das lembranças coletivas, as lembranças de guerra, num ir e vir da memória, sobrepondo tempos e, sobretudo, intercalando memória e esquecimento.

2.6. AS PEQUENAS ESTÓRIAS QUE SOMAM À GRANDE HISTÓRIA EM *O LIVRO DOS GUERRILHEIROS*

Daí que a verdade de suas vidas sempre não é possível de escrever, ainda que desejada; mas, menos ainda, desejada se possível. [...] Se os verdadeiros escritores da nossa terra exigirem a certidão da história na pauta destas mortes, sempre lhes dou aviso que a verdade não dá se encontro em balcão de cartório notarial ou decreto do governo, cada vez apenas nas estórias que contamos uns nos outros, enquanto esperamos nossa vez na fila de dar baixa de nossas pequeninas vidas. (GUERRILHEIROS, p. 12).

Já no fragmento escolhido como epígrafe, podemos perceber o olhar do narrador Diamantino Kinhoka ou Kene Vua, que nos propõe contar a história dos seus amigos, mas reconhece que “a verdade de suas vidas [...] não é possível escrever, ainda que desejada” pois “a verdade não dá se encontro em balcão de cartório notarial ou decreto do governo”. Também se deve reconhecer que a busca por uma verdade histórica deverá ser uma missão coletiva, ou seja, “cada vez apenas nas estórias que contamos uns nos outros”. Por isso, o narrador Diamantino Kinhoka nos mostra que são importantes as múltiplas vozes do texto, e, para refletir sobre o último romance de Luandino Vieira, *O livro dos guerrilheiros*, recuperamos Bakhtin e o seu “conceito de polifonia”.

Afirma o autor que escrever é uma atividade discursiva, em que “cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados” (BAKHTIN, 1979, p. 291). No pensamento de Bakhtin, várias vozes falam no interior de um enunciado, de um texto, do discurso, ou seja, “o conceito de polifonia” é entendido como parte essencial de toda enunciação, já que em um mesmo texto ocorrem diferentes vozes que se expressam e todo discurso é formado por diversos discursos. Com a palavra, o narrador Diamantino Kinhoka: “Quero então com-licença apenas para a formosura destas vidas; a das minhas palavras é muito duvidosa. E mesmo que não fosse, mesmo assim nunca ia bastar para ordenar a verdade” (GUERRILHEIROS, p. 12).

A tessitura do texto vai sendo fiada no eco de tantas vozes, o narrador Diamantino Kinhoka convida o leitor a unir as partes e, assim, re-compor as muitas pequenas estórias que somam à grande História. José Luandino Vieira elege, mais uma vez, a história como matéria para sua narrativa, mas, nesse caso, em torno dos acontecimentos que a sociedade angolana acompanhou entre 1961 e 1974, associados à guerra de libertação e à história dos guerrilheiros. Os próprios guerrilheiros – ficcionalizados no romance, como vemos através das personagens – Celestino Sebastião (Kakinda) de Tenda Rialozo; Eme Makongo, Mau Pássaro, o Mau-dos-Maus; Kibiaka, a quem chamava o Parabelo; Zapata, melhor dizendo, Ferrujado e Kadisu; e, por fim, Kizuuu Kiezabu, nosso general Kimbalanganza –assumem direta ou indiretamente a narrativa. Dessa forma, observamos que o fluir da narrativa de *O livro dos guerrilheiros* alterna-se entre vozes recortadas pela história dos heróis da nação moderna e independente e vozes marcadas pela construção ficcional.

O primeiro guerrilheiro a fazer parte do discurso ficcional é Celestino Sebastião (Kakinda). A sua história está escrita em vários suportes, por exemplo, estórias, documentos, orientação para um documentário, cujo material seria uma entrevista com o próprio Sebastião Kakinda. A estratégia discursiva utilizada no início do texto nos faz lembrar a forma com a

qual se começa uma epopeia: “Cantarei o herói, o que sempre exemplificou seu povo, vida e morte e luta, o dos cinco combates” (GUERRILHEIROS, p. 13). Nesse sentido, quando Luandino Vieira elege os quase anônimos guerrilheiros como personagens centrais das ações do romance, ele recupera a importância que os mesmos tiveram como sujeitos, que, com sua coragem, lutaram do modo de que dispunham contra a colonização portuguesa e ao longo do processo de independência de Angola.

O narrador se utiliza de estratégias discursivas para mostrar as ações que se seguirão na narrativa, para que o leitor conheça a estória de cada um dos guerrilheiros, o entusiasmo da luta e também os problemas enfrentados, tudo isso atualmente cantado em cantigas e mujimbos⁵⁷ referentes a Celestino Mbaxi, pois a verdade “só quando secarem os rios, vamos saber” (RIOS, p.25).

Das estratégias da narrativa, destacamos a orientação para um documentário, iniciada com a seguinte pergunta: “Quando começou a luta contra o colonialismo?” (GUERRILHEIROS, p. 18). Como resposta o guerrilheiro Celestino Kakinda passa a narrar os cinco combates do guerrilheiro na sua luta contra o colonialismo, cada um é narrado obedecendo a uma cronologia e apresentado como de fato ocorreu (a narrativa em primeira pessoa); por exemplo: “Isto foi em 1939”, o primeiro combate. “No segundo combate em 1948”, “em 1951, terceiro combate”, o quarto “combate é na Páscoa de 59”, e o último combate, “Onze de Abril de 1961, meio dia e meia” (GUERRILHEIROS, p. 19-20).

A cena, narrada inicialmente pela voz do guerrilheiro Kakinda, acaba por preencher a história dos “combates contra o colonialismo antes de chegar o esquadrão” (GUERRILHEIROS, p. 21), como podemos ver na seguinte passagem: “fui queimar a

⁵⁷“*Mujimbo* é uma palavra chokwé que significa mensagem. [...] A nossa malta da primeira guerra de libertação, na frente leste, principalmente o pessoal de origem urbana, deslumbrou-se com o vocábulo. Mujimbo passou a ser notícia. Contaram-me. Um camarada ia de uma base a outra e, mal chegava, chovia a pergunta: quais os mujimbos que você traz? Ele narrava. E passavam mensagens, notícias, intrigas, tudo. Dependia da pessoa. Que até podia produzir mentiras. A palavra foi-se deturpando até que mujimbo passou a coincidir com a novidade ainda não oficial ou até boato” (RUI, 1989, p. 92).

sacristia da Igreja do Makondo. O catequista andava a intrigar [...]. Que nós tínhamos reuniões na mata, que éramos feiticeiros.” (GUERRILHEIROS, p. 19). Na citação, fica evidenciado o repúdio ao catolicismo como uma atitude de rejeição ao que impôs o colonizador. Não se poderia esquecer que, além da religião ocidental, o colonizador também trouxe a língua e as armas. Entretanto, os processos de violências vivenciados pelos angolanos no período colonial não caracterizam (ou não devem caracterizar) a incorporação da cultura alheia, ao contrário, em território angolano ainda se mantêm os quinzári, os espíritos de mafulos, os antepassados que habitam a terra e as águas.

Em outro momento da entrevista, foi feita outra pergunta:

E como era a vida nas matas? Ainda na sequência dos fatos, a voz de Kakinda reflete agora sobre a vivência da guerrilha e sobre os caminhos das notícias referentes à guerra: “Atacávamos os tugas, os tugas nos atacavam. É só miséria, a guerra. Primeiro incendiaram as sanzalas, de avião. (GUERRILHEIROS, p. 21).

É nesse contexto da guerra de libertação, mais especificamente dos ataques nas matas, que a situação chegará ao extremo da violência, pois as forças portuguesas utilizavam aviões para os combates e também nas ações de destruição das plantações através do lançamento de herbicidas. “E os tugas vieram com seus milongos, de avião, tudo secava. Muita fome” (GUERRILHEIROS, p.21). A violência é um dado marcante, e o fragmento que segue ilustra bem, dentro do imaginário político-ideológico da segunda metade do século XX, o difícil processo de resistência à opressão colonial, iniciada em 1961, sob a voz narrativa de Celestino Sebastião (Kakinda):

- Tinham contactos com a UPA/FNLA?
- No princípio. Eles, depois, massacravam, punham controles nos vaus, controlavam, roubavam. Se é para roubar as armas matavam mesmo. No Fuisse, mais de vinte camaradas no comando do camarada Tomás...
- Há muitas doenças?
- Todas. Anemia e paludismo, diarreia de sangue, febres, chagas, reumatismo. As crianças morrem à toa. (GUERRILHEIROS, p. 22)

Mais do que narrar, passo a passo, a vida dos guerrilheiros na mata, a voz de Kakinda nos impõe a construção do imaginário simbólico dos movimentos que viviam aquele acontecimento histórico – da guerra de libertação. O guerrilheiro Kakinda identifica a UPA/FNLA de Holden Roberto como aqueles que “massacravam, punham controles nos vaus, controlavam, roubavam. Se é para roubar as armas matavam mesmo” (GUERRILHEIROS, p. 22).

É importante salientar que o curso da guerra em Angola, que durou mais de treze anos, entre as décadas de 1961 e 1975, imprimiu marcas profundas na sociedade: intensificação da violência, sérios problemas de saúde, de abastecimento, enfim, carências de todas as ordens, inclusive na distribuição de alimentação. Tais carências foram responsáveis pelos conflitos e tensões na base da guerrilha.

O historiador Bittencourt (1999) produziu um estudo bastante completo sobre a história política recente de Angola, tomando como ponto de partida as diferentes fases de contestação dos grupos de nacionalistas angolanos e a criação do MPLA. O seu trabalho, além de revelar os acontecimentos históricos, as lutas sociais e as estratégias políticas do nacionalismo angolano, nos traz uma questão muito complexa acerca da data oficial de criação do MPLA (BITTENCOURT, 1999). A esse respeito conclui:

À exceção do manifesto de 1956, não encontramos nada que comprovasse a sua existência antes de 1960, data em que surge a declaração assinada por alguns de seus membros, em 31 de janeiro de 60, juntamente com Holden Roberto, e que marcaria o compromisso de coordenarem a luta contra o colonialismo português. O manifesto, porém, segundo todos aqueles que contestam a versão oficial, pertenceria ao PLUA e conclama a população angolana a criar um amplo movimento popular de libertação de Angola, propondo-se com isso não institucionalização de uma sigla, mas sim reunir os esforços dos nacionalistas angolanos até então dispersos. Esse trecho ao que tudo indica, teria servido – só que bem mais tarde – de inspiração para o nome MPLA. (BITTENCOURT, 1999, p. 184-185).

É preciso considerar que os conflitos armados duraram 41 anos (1961-2002). Por isso, não surpreende a grande dificuldade de se fazer a historiografia do nacionalismo angolano.

São muitas as versões ideológicas e polêmicas contadas por diferentes versões da história política. Nesse ponto, podemos considerar que, para além dessa disputa em torno da polêmica da data de fundação do MPLA e da rival UPA, os movimentos de libertação angolanos não conseguiram a unificação dos seus esforços. Para o historiador Bittencourt,

o que fez com que a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) lutassem contra as tropas portuguesas, mas também entre si, evidenciando a intensa disputa no vasto campo do nacionalismo angolano (BITTENCOURT, 2010, p. 129).

Ainda segundo o estudioso, é um equívoco reduzir a formação de todos os movimentos de libertação a uma “vinculação estritamente étnica”, não levando em conta “o componente político-ideológico e os condicionamentos históricos” (BITTENCOURT, 2010, p.131). Ou seja, é importante olhar para a política recente de Angola a partir de outros espaços, atentando também para a música, a literatura, o esporte, o cinema, as organizações de bairro e as festas.

Neste contexto, desde o período anterior ao início da guerra de independência, ocorrida em 1961, é indiscutível o papel desempenhado pela literatura diante da opressão colonial. Também é preciso considerar que muitos escritores eram militantes do partido, alguns com passagem pela guerrilha anticolonial angolana. Muito já se falou sobre as relações entre o ofício do historiador e ofício do escritor e como eles estão tão próximos. É importante enfatizar que tanto a história quanto a literatura são discursos, e ambas representam a maneira que o ser humano encontrou de conceder existência e sentido ao passado. “Em outras palavras, o sentido e a forma não estão nos acontecimentos, mas nos sistemas que transformam esses ‘acontecimentos’ passados em ‘fatos’ históricos presentes” (HUTCHEON, 1991, p. 122).

A preocupação de Luandino Vieira, nesse sentido, é desenvolver uma postura crítica diante da realidade que envolve os escritores como sujeito social e político, sujeitos que desejam recuperar, (ver) rever a história angolana na contemporaneidade contada por outras

vozes. Por isso, podemos afirmar que “Parece haver um novo desejo de pensar historicamente, e hoje pensar historicamente é pensar crítica e contextualmente” (HUTCHEON, 1991, p.121). Na ficção luandina, nos acontecimentos relacionados à guerra de independência não há imposição de uma verdade absoluta, mas visões controvertidas e polêmicas que nascem da pluralidade de vozes que se entrecruzam e se confrontam. O escritor não apenas desafia os modelos do centro, como também opera um “movimento no sentido de repensar as margens e as fronteiras” e “um afastamento em relação à centralização juntamente com seus conceitos associados de origem, unidade [...] e monumentalidade” (HUTCHEON, 1991, p.85).

Ainda nas palavras de Hutcheon, “A metaficção historiográfica procura desmarginalizar o literário por meio do confronto com o histórico, e o faz tanto em termos temáticos como formais” (HUTCHEON, 1991, p.145). No romance, outros guerrilheiros surgem para recontar a história, são muitas vozes que se instauram na narrativa, cada qual representando o seu ponto de vista. Como exemplo, citamos “Kibiaka, a quem chamavam o Parabelo”, aquele que “confessava ambicioso de uma coisa: vir a ser um homem livre” (GUERRILHEIROS, p.52), pois, para aqueles que lutavam pela conquista da independência, a liberdade foi sonhada ao longo da guerra.

Se a morte do homem que, cansado de humilhação, envereda pelo caminho certo, pode acelerar a mudança de uma justiça velha e injusta para uma injustiça nova mas justa, então, aqui, neste livro e devida vênua, tenho de falar vida e morte e fama do camarada Kibiaka, herói da nossa região. (GUERRILHEIROS, p. 41).

Ainda na sequência dos fatos, o narrador Diamantino Kinhoka reflete agora sobre a história do guerrilheiro Kibiaka, “não como contador de verdades [...], mas como peneirador de mujimbos que outros alheios deixaram na memória de nossos dias de luta” (GUERRILHEIROS, p. 41); “dias de luta” pela independência, mergulhados na violência, no ódio de um longo processo de guerra, “porque qualquer guerra é uma história de ódios”

(NEVES, 2009). Desse modo, o narrador Diamantino KINHOKA, através dos feitos do guerrilheiro Kibiaka, seduz o leitor, tornando-o participante de um processo de ficcionalização da história angolana, deixando visível, no texto, as fraturas as quais vive Angola durante a guerra de libertação. Não é por acaso que a narrativa remonta ao ambiente de repressão e perseguições políticas que se vivia nas colônias, como indica a voz do narrador:

Naquele ano de todas as chuvas, tudo foi nas enxurradas: sanzalas em fuga, combatentes nómadas. O que sobrou refugiou nas matas, outros subiram na Zona-A. Os organismos e comitês se rasgam no vento das pás dos hélicópteros, os flexas caçam pessoas como pacas.[...] Os flexas reinam, são olhos e ouvidos do rei, controlam, vigiavam, vingavam. Se aldeava de arame farpado, as sanzalas viravam quibangas de pessoas. Tudo e todos. (GUERRILHEIROS, p. 48).

Já no cenário da guerra, “Os flexas reinam, são olhos e ouvidos do rei” (p.48), as cenas de violência atravessam a mata e os rios angolanos. A vida do guerrilheiro Kibiaka nas matas foi de muito sacrifício físico e psicológico, com enfrentamento de emboscadas. No decorrer da narrativa percebemos o poder da simbiose de Kibiaka com a natureza: “tinha seu feitiço, virou folha de mutalamenha, se meteu dentro de um pau, se amigou com as árvores [...]” (p.48), mesmo ferido, mutilado, com a dureza da guerra, o seu “voo é só um” (p.52), um voo de liberdade e “da poesia de luta que dão os passarinhos” (p.52).

Nesse sentido, *O livro dos guerrilheiros* recupera as reflexões de Fanon (1979) acerca do processo de libertação, através das quais ele explicitou, com maestria, o corpo do sistema colonialista. Analisando a violência em situação de colonização europeia na África, argumenta que a única forma de se libertar, efetivamente, é voltar toda essa violência contra o colonizador, que a utiliza não somente para controlar o colonizado, como também para desumanizá-lo. Segundo Fanon:

A violência que presidiu ao arranjo do mundo colonial, que ritmou incansavelmente a destruição das formas sociais indígenas, que arrasou completamente os sistemas de referência da economia, os modos de

aparência e do vestuário, será reivindicada e assumida pelo colonizado no momento em que, decidindo ser a história em atos, a massa colonizada se engolfar nas cidades interditas. [...] Destruir o mundo colonial é, nem mais nem menos, abolir uma zona, enterrá-la profundamente no solo ou expulsá-la do território. (FANON, 2005, p.30).

Fanon (2005) denuncia a violência empregada pelo colonizador no passado, com a contundente afirmação de que “a descolonização é sempre um processo violento”. (FANON, 2005, p.51). Como reação ao “mundo colonial”, Fanon (2005) afirma que o colonizado só pode responder pela violência, que, além de representar uma posição de resistência, também representava uma aproximação entre mundos tão diferentes e hostis. Assim, Fanon afirma que: “A violência é, dessa maneira, compreendida como a mediação régia. O homem colonizado liberta-se na e pela violência. Esta práxis ilumina o agente porque lhe indica os meios e o fim” (FANON, 2005, p. 66)

É a partir do cenário de total desgraça que o narrador, Kene Vua, ou Diamantino Kinhoka, relata a violência do início da guerra de libertação, que aconteceu no ano de 1961 e ficou marcada pela explosão da revolta anticolonial na capital e no norte da colônia. No dia 04 de fevereiro de 1961, a partir dos ataques reivindicados pelo MPLA, há o primeiro choque mais significativo contra Portugal. Um grupo de homens, armados de catanas e vestidos de roupa escura, “atacam a esquadra da Polícia de Segurança Pública (PSP), a cadeia de São Paulo e a Casa de Reclusão, numa ousada tentativa de resgatar os presos políticos detidos nas ações policiais de 1959 e 1960” (BITTENCOURT,2002,p. 69). Em 15 de março houve outra revolta, agora no norte da colônia, realizada pela UPA e marcada por uma profunda violência. Tais revoltas que aconteceram na capital e norte da colônia, apesar do fracasso militar, tiveram grande repercussão, visibilidade e forte poder simbólico.

Voltemos à quinta narrativa, que conta a história controversa de “Kizuu Kiezabu, nosso General Kimbalanganza”, um homem pai de família, que em março de 1959 perante as

indiscriminadas prisões, deportações e mortes feitas pelo regime colonial, lamenta pela prisão do seu filho. As matanças são descritas como uma guerra contada a vermelho-sangue:

Ora naquele ano de sessenta-e-um, março, fez a grande messe de vidas. [...] Por isso só as flores dos cafezeiros permaneceram brancas, todo o verde das matas do Norte s'anoiteceu de sangue. Tinha mortos pelos caminhos, picadas e entradas. E sem itinerário. Pendurados das árvores ou semeados pelos capins, pasto dos pássaros; em casas-grandes, terreiros e varandas; nos currais do gado, [...] Brancos; mulatos; negros – colonos e assimilados e gentios; altos, baixos, esquartejados e inteiros. Todos, porém, mortos matados. Cabeças espetadas em paus, rota de formigas. Queimados. Crianças, nascidas nascituras; velhos, cabobos já; e raparigas virgens, mulheres de risos soltos antes, agora de tranças e carapinhas zumbidas de moscas. (GUERRILHEIROS, p. 84).

Conforme Hutcheon, “A metaficção historiográfica não reconhece o paradoxo da realidade do passado, mas a sua acessibilidade textualizada para nós atualmente” (HUTCHEON, 1991, p. 152). O narrador Diamantino Kinhoka interroga a história para a compreensão do presente, a partir da articulação dos acontecimentos de 1961, como “um turbilhão de imagens e sentidos que impossibilita qualquer hipótese de sossego”, numa referência aos conflitos violentos, envolvendo populações numerosas que “a lâmina empurrou para o esquecimento o quanto era cinzas e ossos” (GUERRILHEIROS, p. 85). Os trechos destacados anteriormente exemplificam, nessas estórias, “ossos dispersos” de guerrilheiros, de homens, mulheres, “colonos e assimilados”, altos e baixos, “Crianças, nascidas nascituras” – que morreram mal, “nesse ano de sessenta-e-um” (GUERRILHEIROS, p. 84).

Nas palavras de Pedro Teixeira Neves em relação ao romance de Luandino de Vieira: é “como se caminhássemos com ele numa picada minada, ora seguindo tranquilos e apaziguados no trilho poético, ora deflagrando subitamente com ele no rebrandamento de palavras de sangue, ódio e raiva” (NEVES, 2009). As inúmeras passagens no romance dão nota do olhar sensível do narrador Diamantino Kinhoka, ou Kene Vua diante da violência da guerra de libertação de Angola, não apenas na vida dos guerrilheiros que estavam participando do processo de resistência, mas das populações urbanas e rurais tão sofridas e

excluídas que vão sendo encontradas pelo caminho. Na passagem que se segue, percebemos os desdobramentos da violência e da morte, ocorridos no início da luta armada em 1961, uma guerra que durou treze anos:

E vieram, nesse tempo, uns milícias desarmados na Sanzala Grande do Martins. Pacíficos, convocaram todos os que sabiam ler e escrever, católicos e protestantes, para uma reunião de esclarecimento e recrutamento na igreja de São Roque, [...] passaram no Marcos Gaspar e lhes convocaram também todos os do quimbo. [...] E quando todos lá dentro, as portas foram pregadas e das matas saíram os outros milícias com suas carabinas e caçadeiras. Ardeu a igreja entre tiros e gritos, os ecos para sempre no coração do povo em fuga. (GUERRILHEIROS, p. 84-85).

E logo depois, “outros tempos vieram” (p.86). São os “tempos de chuva de papéis” (p.86), lançados pelos helicópteros do exército colonial, as populações começaram a sair das matas e, depois, o que se seguiu foi mais um episódio de violência e dominação: “morreu Dona Isabel Gaspar, [...] Rute, sua nora, [...]. [...] levaram-lhe de cartar imbambas usar e abusar. Judite, em fuga, s’afogara” (p.86-87). “Jacob Gaspar (Kimamuenhu) tinha morrido lutando em combate [...]” (p.87).

Assim, a narrativa de *O livro dos guerrilheiros* deixa para trás a primeira parte de “Era uma vez um homem” (GUERRILHEIROS, p. 81) e segue para a segunda parte, após a independência de Angola: “Era outra vez, era outro homem” (GUERRILHEIROS, p.89). Essa é a sequência textual do capítulo de Job João, o guerrilheiro Kizuua Kiezabu no espaço das matas, a general Kimbalanganza, ex-guerrilheiro Kizuua Kiezabu na ilha do Mussulo. No entanto, esse deslocamento não representa apenas uma mudança de espaço, mas um afastamento da origem e a conseqüente identificação daí advinda. O narrador Kene Vua encontra o ex-companheiro de guerrilha Kizuua Kiezabu, agora (depois de regressado do estrangeiro) tornado general Kimbalanganza, aquele que “era rico e vivia em muitas casas: na cidade, nos subúrbios; nas ilhas; só não aceitava de formar quimbo, com família” (GUERRILHEIROS, p.89).

Percebemos, nas entrelinhas da narrativa, uma reprovação em relação ao comportamento de alguns que participaram da gestação do país que acabava de se tornar independente; era preciso eliminar a lógica de certa parcela da população que só pensava na acumulação de riqueza, como podemos ver no diálogo que se segue entre o narrador Kene Vua e seu ex-companheiro de armas. Do alto da amurada de seu iate, o general diz ao ex-guerrilheiro: “– Não tens vergonha de andar numa chata?!.../ – Tenho! – disse eu. – Mas é pro camarada general andar de iate. Senão, não dava!... O mar não cabia para os dois...” (GUERRILHEIROS, p. 92). Podemos ler, nesse fragmento, a situação vivenciada no pós-independência, como, por exemplo, os interesses internos e externos diferentes da proposta de um país para o povo. Afinal, o fim do colonialismo, que poderia ser visto como a conquista dos sonhos, não trouxe a liberdade da forma como fora sonhada durante os anos de guerra.

Desse modo, a narrativa de *O livro dos guerrilheiros* convoca e provoca o leitor, abre lacunas e insere vazios de significação, os quais o leitor é chamado, ou não, a preencher com sua subjetividade, a partir de um horizonte maior dado pelo autor. Ao fim da narrativa, fecham-se as histórias dos guerrilheiros que somam à grande História de resistência de todos aqueles que lutaram contra o colonialismo, a pobreza, a dominação. As vozes dos guerrilheiros que, como estratégias discursivas, foram organizadas em capítulos se imbricam no último: “Nós, a Onça”.

Nesse sentido, o narrador Kene Vua, a partir do capítulo citado, faz uma articulação simbólica dos eventos da guerra de libertação iniciada em 1961 e do processo de independência do povo angolano, que só se realiza plenamente em 1975. No entanto, a libertação do povo angolano, que parece ter sido concluída na independência de Angola, não significou necessariamente a liberdade. Novos desafios se apresentaram nos primeiros anos e persistem até o presente, pois a herança colonial deixada pelos portugueses é muito mais

profunda do que a deixada por outros impérios coloniais. O fragmento abaixo reproduz a voz do narrador Kene Vua sobre a atmosfera violenta das lutas pela independência de Angola:

Quando às vezes, ponho diante de meus olhos aos grandes erros e tribulações, aos muitos sofrimentos que por nós passamos e vejo a figura de tantas vidas, e não menos mortes, no livro da nossa luta, pergunto saber: vivem, nossos mortos, se vivo os vejo em meus sonhos?

E se duvido mais, sendo eu mesmo ex-guerrilheiro Kene Vua é porque essa nossa luta de libertação estava assim como um sonho – sonho onde que nos sonharam todos no sonho de cada qual. Sonho nosso era de uma onça ferida, perseguindo teimosamente seu trilho de muitos séculos, por morros demarcados de sangue e luta [...]. (GUERRILHEIROS, p. 97).

Nos trechos em destaque, observamos a maneira como o narrador ex-guerrilheiro Kene Vua vai exibindo os pensamentos e sonhos dos seus companheiros, ao longo da guerra de libertação. A voz do narrador é representativa da utopia própria do momento da revolução, enquanto havia esperança e expectativa para o futuro, “porque essa nossa luta de libertação estava assim um sonho – sonho onde que nos sonharam todos no sonho de cada qual” (GUERRILHEIROS, p.97). O sonho pelo ideal nacionalista era coletivo, no passado, diferentes grupos e tantos homens lutaram contra o regime dominante.

Percebemos que a imagem “de uma onça ferida” (GUERRILHEIROS, p. 97) simboliza o momento de gestação do país por uma liberdade tão desejada, mas os sonhos, a euforia dos primeiros anos de independência esvaem-se diante das atitudes individualistas como nos apresenta Kene-Vua: “outros se apegaram a suas antigas linhagens e gloriosas famílias, a reinos, [...] de privilégio” (GUERRILHEIROS, p. 100). Assim, as fraturas, os dilemas surgidos com a independência mostram-se cada vez mais irreconciliáveis ao olhar crítico e inquietante do narrador ex-guerrilheiro Kene Vua: “E, mais tarde, muitos vão de exigir ser chamados excelência e excelentíssimos e de camaradas só tratam a motoristas de seus carros e seguranças de seus carros e seguranças de suas riquezas...”

Kene Vua, Celestino Sebastião (Kakinda), Eme Makongo, Kibiaka, Zapata, Kizuaa Kiezabu e tantos outros personagens construídos por Luandino Vieira e apresentados no

romance *O livro dos guerrilheiros* compõem “nova geração de nomes, nascidos da barriga da luta” (GUERRILHEIROS, p. 100), que viu seus sonhos direcionados a todo o processo revolucionário que culminou na independência angolana, em que se corromper foi o caminho que muitos escolheram seguir.

Segundo as teorizações de Bakhtin (1988), todo texto é constituído por várias vozes, e o discurso do outro sempre perpassa na constituição do discurso de um determinado enunciador. O narrador Kene Vua é atravessado pela subjetividade da entidade autoral textual que organiza o texto e que se faz tão presente nas teias da enunciação, uma subjetividade ficcional marcada pelo posicionamento ideológico e até político do autor textual e do narrador, que se encarregam de puxar o fio da história pela via ficcional: “Assim foi que fomos homens: guerrilheiros; assim foi que ficamos – ossos dispersos” (GUERRILHEIROS, p. 106). Desse modo, através da narrativa, percebemos a presença da instância autoral e a multiplicidade de processos discursivos.

Luandino Vieira, ao contar a história dos guerrilheiros, demonstra a preocupação em narrar os fatos para os que serão responsáveis por dar continuidade à história do país, ou seja, são narrados os fatos pelas vozes dos próprios angolanos, como já havia afirmado Albert Memmi na década de 70:

A mais grave carência sofrida pelo colonizado é a de estar colocado *fora da história e fora da cidade*. A colonização lhe veda toda participação tanto na guerra quanto na paz, toda decisão que contribui para o destino do mundo e para seu próprio, toda responsabilidade histórica e social. (MEMMI, 1977, p.86)

Luandino traz para as malhas da ficção um posicionamento ideológico, sem ser doutrinário, dando ênfase à estrutura romanesca. Ao trazer os heróis guerrilheiros e a questão da luta de libertação para as páginas da ficção, o autor tocou em um ponto crucial da situação do país, especialmente, em *O livro dos rios*, de 2006, e em *O livro dos guerrilheiros*, de 2009 – são textos que abordam temáticas densas, e, ao confrontá-las com o passado histórico, ele

“regressa ao reino dos conflitos” (CHAVES, 2012, p.95), e ao mesmo tempo antecipa uma necessidade da reflexão do cenário presente do novo país que, mesmo durante a guerra de libertação contra o colonizador, já se mostravam as suas fraturas. Nesse sentido, o que encontramos nos romances de Luandino Vieira vai além da apresentação de um passado “como ele de fato foi” (BENJAMIN, 1986, p.224), mas a afirmação de uma memória coletiva de uma geração que protagonizou a luta de libertação e fez a independência angolana.

CAPÍTULO 3. MEMÓRIA E NARRATIVA

A literatura o que faz é resgatar os mortos. Há um poema de Thomas Hardy sobre a segunda morte, a morte definitiva, que é quando já não existe ninguém que se lembre de nós. Pois a literatura é uma batalha para que essa segunda morte não aconteça. É como Orfeu buscando Eurídice no inferno. É arrancar os mortos à morte. E é também como se os mortos se agarrassem a nós com todas as forças, para não morrer de vez. A literatura não pode ser outra coisa a não ser isto. Uma batalha contra o esquecimento, contra a morte. Porque as palavras não morrem. Porque a linguagem não morre.

Javier Cercas, Entrevista publicada no suplemento 6.^a do *Diário de Notícias*, a 10 de Março de 2006.

3.1. A ESCRITA DA MEMÓRIA NUM MUNDO EM RODOPIOS

Quero dizer que ela apresenta a estrutura escrita que corresponde mais ou menos à estrutura do movimento da memória no momento em que escrevia. Por isso tem aquela estrutura. Quero dizer que há lá coisas de que nunca me lembrei antes, e que quando estava a escrever me apareciam. (VIEIRA, 1980, p.31).

O romance que apresenta, no dizer do autor, uma “estrutura escrita que corresponde mais ou menos à estrutura do movimento da memória no momento em que escrevia” (VIEIRA, 1980, p. 31) é, de fato, também um projeto histórico-literário que põe em cena um universo social marcado pela degradação das condições de vida e pela luta contra a opressão colonial. Os quatro amigos do musseque – Mais-Velho, o narrador; Maninho, o seu irmão; Paizinho, o meio-irmão mulato; e Kibiaka,⁵⁸ o amigo de infância – encarnam grandes e

⁵⁸ A personagem é retomada em *O livro dos rios*, o que constitui um retorno ao passado, numa advertência do autor sobre a necessidade de se regressar e repensar o período da luta armada (CHAVES, 2006), questão que, mais à frente, teremos oportunidade de desenvolver.

contraditórios movimentos políticos e sociais da época, defendendo ou repudiando a violência revolucionária, com maior ou menor consciência das questões sociais que sustentam quer as políticas colonialistas quer a luta pela independência. *Nós, os do Makulusu* é constituído por diferentes camadas do tempo, tecidas como discursos da memória, na qual passado, presente e futuro se diluem para abarcar, nessa tessitura narrativa, uma Angola em plena luta pela independência.

Na cartografia da memória do romance *Nós, os do Makulusu*, em meio a diferentes temporalidades, diversas formas da memória e do esquecimento tornam-se, agora, nosso espaço de observação, que, a princípio, podemos situar entre uma memória individual e uma memória coletiva. A primeira é formada, sobretudo, pelas recordações de Mais-Velho sobre os tempos da infância, contadas enquanto experiência singularizada. Mas, além disso, Mais-Velho coloca em cena episódios do passado e do presente da guerra, que podem ser considerados como uma memória coletiva. A narrativa do romance *Nós, os do Makulusu* é constituída, do início ao fim, pelo fluxo de consciência de Mais-Velho, narrador-personagem intelectual de esquerda, um ser ambivalente, que mostra grande segurança e convicção na defesa das lutas pela independência de Angola e, paradoxalmente, enorme insegurança na demonstração de sentimentos e emoções. Ali, têm lugar, dentre outras, essas duas faces da memória.

A dimensão da memória, que filtra a matéria romanesca de Luandino Vieira, tem sido bastante destacada pela crítica. Chaves já se atenta para essa problemática em *Nós, os do Makulusu* ao afirmar: “o recurso da memória não equivale a uma atitude nostálgica, de mecânica recuperação do passado” (CHAVES, 2005, p. 37). Por esse motivo, acreditamos que é possível compreender a escrita de Luandino como um espaço de memória, tanto através do seu conteúdo, quanto do tema e da trama romanesca.

Tal perspectiva parece perpassar toda a sua produção literária e pode ser constatada desde suas primeiras publicações. Para Trigo (1981), esse mosaico temporal na escrita de Luandino Vieira, “envolvendo simultaneamente o passado, o presente e o futuro, aqui perfeitamente dialogantes, graças a uma espécie de satori, de ‘terceiro olho’ capaz de simultaneizar o que é, por natureza, sucessivo”. (1981, p.484). De fato, o “mosaico temporal” evocado por Trigo é capaz de aglutinar, simultaneamente, eventos dispersos na dimensão da memória. Dessa forma, nos romances de Luandino Vieira, alinham-se passado, presente e futuro.

A noção de uma memória individual na narrativa pode ser entendida como o fluxo de consciência de Mais-Velho: seus questionamentos subjetivos sobre a vida, a morte, a guerra, o amor, a justiça, a violência, a verdade. Essa memória individual mostra-se distinta de um saber ligado à coletividade, que, por sua vez, surge em diferentes e pequenas histórias sobre as personagens dos Musseques. A escrita luandina apresenta uma subjetividade frequentemente fragmentada, atravessada por uma voz coletiva que participa, efetivamente, em sua configuração. Halbwachs, em seu estudo sobre a memória e suas condições sociais, escreve:

Outras pessoas tiveram essas lembranças em comum comigo. Mas do que isso, elas me ajudaram a recordá-las e, para melhor me recordar, eu me volto para elas, por um instante adoto seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois experimento ainda sua influência e encontro em mim muitas das ideias e maneiras de pensar a que não me teria elevado sozinho, pelas quais permaneço em contato com elas (HALBAWACHS, 2006, p. 31).

As reflexões de Halbwachs sobre memória coletiva nos levam a perceber quanto a memória dos grupos em questão é afetada pelas guerras. A distinção entre as duas formas de memória será pensada principalmente a partir de um conjunto de atravessamentos entre o individual e o coletivo, respeitando fronteiras comuns a um ou mais sujeitos, pois “cada um dos grupos tem uma história” (HALBAWACHS, 2006, p. 31). A coletividade representada

pelo grupo de amigos do musseque, a separação dos mesmos na vida adulta, em razão de ideais políticos divergentes, concretizam-se através da morte de Maninho, da prisão de Paizinho e da fuga de Kibiaka, restando a Mais-Velho as recordações de uma infância intensa pelas ruas do Makulusu e o presente dilacerado, guiado pela morte de seu irmão e de tantos outros que perderam suas vidas com a guerra. Assim, as personagens, diante dos acontecimentos narrados, com enfrentamentos entre o “eu” e o “outro”, encontrados na relação entre colonizado e colonizador, deixam seus rastros.

Benjamin (1986) é quem estabelece uma correlação mais explícita entre as formas narrativas e as diferentes “modalidades” da recordação. Segundo ele, Mnemosyne, a deusa grega da reminiscência, seria a musa da poesia épica. A reminiscência seria a responsável pela transmissão da tradição de geração para geração, formando um campo de “indiferenciação criadora” (BENJAMIN, 1986, p. 209) entre as várias formas épicas. Esse campo épico indiferenciado, na forma mais antiga da epopeia, consistiria na origem tanto do romance como da narrativa épica.

De acordo com Benjamin (1986), a partir do surgimento, na epopeia, de uma diferenciação entre o romance e a narrativa épica, a reminiscência daria lugar, de um lado, à rememoração, como musa do romance; de outro, à memória enquanto musa da narrativa épica. Sobre a diferença entre rememoração e memória, ele afirma: “A primeira é consagrada a ‘um’ herói, ‘uma’ peregrinação, ‘um’ combate; a segunda, a ‘muitos’ fatos difusos” (BENJAMIN, 1986, p. 211). Portanto, enquanto a rememoração ganha contornos do individual, a memória adquire o relevo coletivo. Essa contraposição será utilizada, porém, apenas como um caminho para pensar como essa duplicidade da memória se apresenta no texto de Luandino, pois, conforme veremos mais adiante, outros autores farão outras distinções entre os termos *memória* e *rememoração*, que servirão muito mais para pensar o tema do que para estabelecer definições rígidas.

3. 2. MAIS-VELHO: NARRADOR-TESTEMUNHA

Num ensaio intitulado *Nós, Os do Makulusu: O Mundo em Desconcerto*, Chaves (1999) estabelece uma “quase-aproximação” entre Mais-Velho e o narrador/testemunha do trauma, de que fala Márcio Seligmann-Silva. O livro *Nós, os do Makulusu* foi escrito em 1967, quando Luandino Vieira estava preso no Campo do Tarrafal. O texto apresenta o quadro da guerra colonial, e, segundo Chaves, “ao deixar de ser subterrânea, a luta se expõe e expõe a céu aberto as contradições que povoam o espaço social e o mundo interior de cada ser, ali condenado a viver um tempo doloroso” (CHAVES, 1999, p. 172).

Com isso, talvez, possamos dizer que Luandino precisasse de um testemunho, que, segundo Seligmann-Silva (2008, p. 66), “se apresenta como condição de sobrevivência”. O testemunho é caracterizado por ele como “uma atividade *elementar*⁵⁹, no sentido de que dela depende a sobrevivência” de vítima de “situação radical de violência que implica esta necessidade, ou seja, que desencadeia esta carência absoluta de narrar”. Isso permite, afirma o autor, “que o sobrevivente inicie seu trabalho de religamento ao mundo, de reconstrução de sua casa. Narrar o trauma, portanto, tem em primeiro lugar este sentido primário de renascer”. (SELIGAMANN-SILVA, 2008, p. 66). Verificamos uma contradição na medida em que o texto de Luandino Vieira é marcado pela morte o que se opõe ao “sentido primário de renascer”.

Mais-velho narra “num cenário em que as tensões são avivadas pelos passos mais cotidianos, o sujeito se faz interrogação; interroga aos outros e interroga a si, procurando respostas onde só as indagações encontram razão de ser” (CHAVES, 1999, p. 173). De acordo com a autora, “compõe-se um narrador atingido pelos descompassos de um tempo que já não se abre para certezas” (CHAVES, 1999, p. 173). Isso porque, nesse romance, a ideia de morte que Mais-Velho experimenta atua como força de evocação do passado, conferindo-lhe

⁵⁹ Grifo no original.

autoridade para narrar, já que, como afirma Benjamin (1986, p. 208), “a morte é a sanção de tudo o que o narrador pode contar. É da morte que ele deriva sua autoridade”.

Quanto ao mundo em desconcerto, essa é uma noção central no romance *Nós, os do Makulusu* e está relacionada, simultaneamente, às indagações subjetivas do narrador-personagem, Mais-Velho, e a questões coletivas a respeito de determinadas contradições e particularidades históricas presentes na sociedade angolana, às quais o texto faz referência:

...As palavras já não são apenas veículos do desconcerto do mundo ou a esperança de um tempo mais humano, mas, incorporando sintomas que indiciam a extensão da crise nas vidas ali encenadas, assumem elas próprias uma função especular. Em sua ordem desordenada se desnuda a complexidade de um processo de radicais rupturas, solicitando uma nova harmonia. (CHAVES, 1999, p. 172).

A narrativa que emerge da memória de Mais-Velho traduz não somente o acúmulo de experiências do velho como aquele que, na perspectiva Benjaminiana, é capaz de transmitir as histórias vividas e de pôr em movimento uma série de imagens de sua interioridade, mas também uma tentativa de elaborar uma experiência com a infância. Nesse sentido, trata-se, pois, de uma narrativa que se configura numa experiência dupla: uma que remete à experiência do narrador Mais-Velho, que lembra o passado sob a ótica do presente; outra que possibilita uma experiência crítica da infância e se constitui numa experiência da/na linguagem.

Essa narrativa está intimamente voltada para a recuperação da memória, como destaca Seligmann-Silva (2008) em seu artigo Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. A partir dessa perspectiva, tomaremos o testemunho como uma modalidade da memória, sobretudo quando se trata, de certo modo, de uma tentativa de reunir os fragmentos do passado, “dando um nexo e um contexto aos mesmos” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 73). A discussão do conceito de testemunho tem conquistado maior espaço desde os anos 1970, em estudos literários hispano-americanos, alemães e africanos. Porém,

como pontua o autor, ao invés de falar em “literatura de testemunho”, que não é um gênero, deve-se, antes, buscar caracterizar uma literatura com forte “teor testemunhal⁶⁰”. Em primeiro lugar, esse teor diz respeito às diversas modalidades “de relação metonímica entre o real e a escritura”. Em segundo lugar, esse “real” não deve ser compreendido como uma descrição “realista” do ocorrido.

Para Seligmann-Silva, ao se testemunhar uma cena traumática, essa vivência é compreendida na chave freudiana do trauma, de um evento que resiste à representação. O século XX se estabeleceu como um tempo propício para o testemunho, em função do excesso de catástrofes, de violência e de totalitarismos, naquilo que Hobsbawm (1995) chamou de “Era dos extremos”. Cerca de 140 milhões morreram por atos bárbaros em guerras, genocídios e perseguições. Para o pesquisador, o conceito de testemunho se articula na literatura a uma carência absoluta de narrar uma situação radical de violência de ditaduras ou catástrofes históricas. Retomemos uma breve passagem de seu texto.

Talvez a busca deste local do testemunho seja antes uma errância, um abrir-se para sua assistemática, para suas fraturas e silêncios. É na literatura e nas artes onde esta voz poderia ter melhor acolhida, mas seria utópico pensar que a arte e a literatura poderiam, por exemplo, servir de dispositivo testemunhal para populações como as sobreviventes de genocídios ou de ditaduras violentas. Mas isso não implica, tampouco, que nós não devemos abrir para os hieróglifos da memória que os artistas nos têm apresentado. Podemos aprender muito com eles. (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 78).

Observamos em *Nós, os do Makulusu* que a escrita vai sendo tecida por um narrador que elabora como discurso os seus próprios pensamentos, as lembranças e experiências, demonstrando os efeitos da guerra sobre os quatro amigos, que percorrem cada um o seu

⁶⁰ O conceito de “teor testemunhal” é desenvolvido em outros textos (SELIGMANN-SILVA, 2003). Para tanto, o autor parte dos conceitos benjaminianos de “teor de verdade” (*Wahrheitsgehalt*) e de “teor coisal” (*Sachgehalt*), os quais Benjamin desenvolveu em seu ensaio sobre *As afinidades eletivas de Goethe* e da sua famosa frase: “Nunca existiu um documento da cultura que não fosse ao mesmo tempo um [documento] da barbárie.” (1986, p. 226). Seligmann-Silva considera mais produtivo estudar os traços característicos desse teor testemunhal, que pode(M) ser encontrado(S) em qualquer produção cultural, do que se falar em um gênero “literatura de testemunho”. Esta expressão, por outro lado, tem sido aplicada àquelas obras programaticamente nascidas para testemunhar catástrofes no século XX. Ele não considera errado se falar em literatura de testemunho, mas acredita que não devemos reduzir o estudo de teor testemunhal a essa produção específica.

próprio caminho. Nesse sentido, Mais-Velho representa, sem dúvida, um narrador-testemunha de um mundo em extinção, de um cenário de choque em uma situação conflituosa que assola a sociedade angolana logo após o início da luta armada. O narrador, Mais-Velho, apresenta o seu discurso como uma resposta a uma necessidade pessoal e coletiva, ditada pela urgência de dar testemunho de um tempo particularmente doloroso para um conjunto de pessoas que fez da libertação de Angola um desígnio de luta. A luta entre irmãos divididos, uns lutando ao lado do colono, outros incorporados na resistência armada, pode ser observada claramente no discurso do narrador: “E enquanto não podemos nos entender porque só um lado de nós cresceu, temos de nos matar uns aos outros [...]”. (NM: 24)

A ruptura que a guerra trouxe é metaforicamente manifestada pelo buraco no peito de Maninho. De acordo com Secco, “são polissêmicos os buracos da/na narrativa: o da agulha e o da bala, os da história e os do texto” (SECCO, 2011, p. 53). A princípio, podemos dizer que a memória sobre a violência e a guerra é traumática. É o que ocorre com Mais-Velho ao descrever os detalhes da morte de Maninho, a dor da mãe ao assistir e sobreviver à morte do filho: “Mas são essas palavras de uma mãe que traz nove meses um filho no ventre e vinte e quatro anos no coração em todo o seu corpo, são essas palavras que o espanto de existir enquanto esse filho está morto” (NM, p. 18).

No decorrer da narrativa, Mais-Velho elabora como discurso os modos de construção da sociedade angolana, sobretudo a denúncia das práticas discriminatórias do colonialismo, com observações, como: “não me venhas pedir para, daqui, ano de 1962, aceitar, na nossa terra de Luanda, aceitar, não venhas me pedir para compreender. Era a mentalidade da época, mas a época já lá vai e a mentalidade ficou e isso é que não pode ser” (NM, p. 58), ou “como vou te explicar que a verdade é mentira aqui, hoje, nossa terra de Luanda, 1961” (NM, p. 51). Mais-Velho constitui exemplo emblemático das fantásticas forças retóricas do testemunho, convocando tanto vozes quanto o silêncio dos companheiros, cúmplices de luta.

As vozes que emergem na reconstrução da memória e o fio que mantém as tensões da trama se fazem por meio da consciência fraturada de Mais-Velho, que, assim, coloca em cena episódios do passado remoto e o presente da guerra. O presente da narrativa de Mais-Velho é o dia 24 de outubro de 1963, “ano III da guerra” (NM, p. 87-88) ou “481º ano das guerras angolanas gerais...” (NM, p. 103), quando conta trinta e quatro anos de idade. O que se tem, portanto, é um calendário assinalado pela experiência traumática da guerra a apontar para o esfacelamento do tempo, que é perceptível na própria fragmentação linguística do texto. Aqui consideraremos o testemunho do narrador, ou o narrador como testemunha, que se trata, portanto, também, de uma construção ficcional.

Em latim, para designar o testemunho, existem dois termos: *testis* e *superstes*. O primeiro termo se refere à testemunha como terceiro, aquele que pode restabelecer a verdade objetiva ou jurídica, ao passo que *superstes* descreve a “testemunha” seja como aquele “que subsiste além de”, testemunha ao mesmo tempo sobrevivente, seja como “aquele que se mantém no fato”, que está aí presente (BENVENISTE, 1995, p. 277). O narrador Mais-Velho possui traços pertinentes aos dois termos. O narrador-testemunha faz parte do mundo fragmentado pelos efeitos catastróficos da colonização e da guerra. Como nos aponta uma cantiga, ouvida por Mais-Velho na infância, a guerra leva-nos os olhos e o resto – “Perdi meus olhos na guerra/ Com eles tudo perdi...” (NM, p. 57) –, sobretudo se pensarmos na precariedade da representação da experiência pela linguagem, algo que sempre resta e que articula o testemunho à noção de trauma.⁶¹

A experiência traumática da morte de Maninho desencadeia na narrativa um movimento entre passado e presente. Mais-Velho testemunha passagens de sua vida, entrecruzando o ontem e o hoje: algumas vezes, rememorando a sua infância com a ideia de comunhão com os

⁶¹ A noção de catástrofe é marcada por Benjamin (1986) pela noção de trauma freudiano. Ambos situam-se na ordem do que não pode ser lembrado nem totalmente esquecido, mas permanece como um excesso, retornando como sintoma; e desde as teses benjaminianas sobre a história, há também uma outra leitura de excesso na catástrofe, que se refere à perpetuação da barbárie, do “inimigo que não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, 1986, p. 225).

quatro do Makulusu; outras vezes, numa reflexão dolorosa das circunstâncias revoltantes em que perdera o irmão. Na consciência angustiada de Mais-Velho e até mesmo na expiação da culpa pela morte de Maninho, percebemos uma evidência das marcas do “trauma” que o processo colonial português causou na face humana e social angolana. A expressão “o melhor de todos” se repete ao longo da narrativa nas reflexões e questionamentos de Mais-Velho:

“nós que lhe amávamos, ele, o melhor de todos, aquele a quem se estendiam pelas jovens com seus belos corpos macios” (NM, p. 62) “E o que as estrelas-cadentes fazem, faz ele, o melhor de todos nós, aquele a quem se estendem os terreiros de areia musseque” (NM, p. 81) “meu irmão, nosso capitão-mor, aquele a quem se estenderam todas as dores, o melhor de nós?” (NM, p. 114) “aqueles a quem se estendiam tapetes de morte” (NM, p. 145).

A violência e injustiça do sistema colonial desdobram-se na memória fragmentária e fraturada do narrador. Como em muitos textos de forte teor testemunhal, a fragmentação de tempo e espaço guia o fluxo da narrativa, mas é com a morte de Maninho – “ele me provou com sua vida e sua morte” (VIEIRA, 1985, p. 21) – que encontramos mais claramente a dimensão do testemunho como tentativa de elaboração do trauma, em que a memória encontra o esquecimento, quando Mais-Velho tenta entender o porquê da guerra. O narrador prossegue a sua narrativa, levado pela necessidade de atribuir sentido ao que se passou. De acordo com Seligmann-Silva (2003, p. 46), a base do testemunho consiste em uma ambiguidade: por um lado, a necessidade de narrar o que foi vivido, e, por outro, a percepção de que a linguagem é insuficiente para dar conta do que ocorreu.

Numa mesma linha de argumentação, afirma Chaves:

Atribuída à guerra colonial, constantemente referida como emblema do presente amargo, a morte do irmão companheiro ultrapassa as fronteiras da dor individual e projeta-se no contexto de um coletivo em crise. Desse modo, a dissolução das referências, jogando o narrador num abismo de sensações, não deve ser lida enquanto tradução de um esfacelamento individualizado. A estilização literária, espaiada num ponto de vista que esgarça as categorias de tempo, espaço e causalidade, constitui um fenômeno interessante: ao especificar o indivíduo, permite simultaneamente compor a biografia de um grupo social e culturalmente definido. (CHAVES, 1999, p.18).

Apesar de a narrativa de *Nós, os do Makulusu* não colocar em cena a guerra propriamente dita, “projeta-se no contexto de um coletivo em crise”, pois, como já vimos, concentra-se nos primeiros anos da década de 1960, período inicial da guerra de libertação em Angola, bem como do repensar a história do colonialismo e a luta contra este. A despeito disso, a morte de Maninho constitui para Mais-Velho uma dupla perda na medida em que desencadeia, pelo intermédio involuntário do narrador Mais-Velho, a prisão e a provável morte violenta de Paizinho.

A duplicidade da perda é assinalada novamente através de uma passagem no final do romance, quando Mais-Velho vê Paizinho espancado. O narrador fala a partir da morte e, mais ainda, do duplo trauma que retorna como repetição, atingindo o presente, em que diversas construções se repetem no decorrer da narrativa. Assim, mais uma vez endossamos as palavras de Seligmann-Silva, que, à maneira de Benjamin e Freud, entende o “Narrar o Trauma” como “pulsão testemunhal”. No ensaio, o autor compara a narrativa testemunhal à cena psicanalítica, destacando o potencial do testemunho de, ao dirigir-se ao outro, estabelecer novas associações e temporalidades, em que pese o aspecto da irredutibilidade do trauma (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 70).

Do grupo dos quatro amigos, constituído por dois brancos, um negro e um mestiço, é Paizinho que surge como a personagem mais completa, simbolizando a união entre dois universos (o europeu e o africano) e o projeto de construção de uma nova ordem social numa nação libertada. Eis o que Mais-Velho reflete sobre a prisão de Paizinho:

A verdade tem que ser sempre dolorosa? Paizinho não tinha a cabeça como nós, não era como nós, e só na hora de lhe perder compreendo e isso é uma alegria tranquila por cima da morte de Maninho e não lhe posso dizer, uma tristeza dolorosa porque sei que ele vai se sacrificar por mim, como não mereço. Sai um arrepio: os dois melhores me estendem suas vidas para eu passar. Capitães-mores da camaradagem, estão ouvir? (NM, p. 153).

Através da textualidade esgarçada, percebemos um misto de revolta e angústia em relação à guerra colonial por parte de Mais-Velho, pois ele se depara com o esfacelamento do grupo, como, por exemplo, a morte de Maninho numa emboscada; a prisão de Paizinho e sua morte pela PIDE; a ida de Kibiaka às matas para engajar-se às lutas de independência e a sua possível morte com a cabeça espetada (“os dois melhores estendem suas vidas para eu passar”); Kibiaka “segue na mata seu caminho de dignidade” (NM, 1985, p. 153). A narrativa enfoca o traumático encontro do sujeito com a violência e a morte, o qual é reforçado não só com a morte de Maninho, mas também com um acontecimento do qual o narrador Mais-Velho foi testemunha pouco antes do funeral.

Esse acontecimento é evidenciado no trecho anterior sobre Paizinho, que foi preso pela PIDE, e o narrador Mais-Velho, testemunhando isso, tem certeza de que Paizinho não sabe sobre a morte de Maninho. O narrador fornece algumas trilhas de compreensão no momento em que confessa que de “Nós, os do Makulusu, só eu restei” (NM, 1985, p. 111). A interrogação que finaliza a narrativa do livro em questão encerra a união celebrada no Makokaloji, nos longes da infância, e que, em função dos tempos de guerra, desencadeou seu fim: “Nos, os do Makulusu?” (NM, 1985, p. 148).

3.3. NA TRAVESSIA DOS RIOS DA MEMÓRIA: O NARRADOR KENE VUA

O livro dos rios, de 2006, e *O livro dos guerrilheiros*, de 2009, que integram a trilogia *De rios velhos e guerrilheiros*, é escrita quatro décadas após os eventos narrados, apoiando-se não mais na experiência direta dos fatos, mas na memória. Diferentemente do narrador de *Nós, os do Makulusu*, que atravessa os espaços dos subúrbios e musseques da cidade, o narrador desse novo romance “mergulha nos rios e braços da mata”, num longo e impetuoso monólogo. O autor constrói um novo espaço, ficcional, sobre outro espaço, o Rio Kuanza,

bastante representativo por ser o rio de integração nacional, retomando, dessa forma, a temática da resistência, já abordada em outras narrativas.

As referências ao rio Kuanza vão circulando as narrativas da trilogia *De rios velhos e guerrilheiros*, assumindo contornos de fio condutor, presentes, como vimos, desde um de seus primeiros livros, o romance *A vida verdadeira de Domingos Xavier*, escrito em 1961 e publicado em 1974, ano em que os primeiros ares de liberdade começavam a aparecer em Angola. A imagem do rio será mostrada nessa narrativa como elemento que representa “a crença na unidade a ser buscada [...], ele percorrerá o caminho textual como emblema de uma integração efetivamente necessária para impulsionar a mudança pretendida” (CHAVES, 1999, p.164). Nesse romance, as personagens são homens e mulheres em transformação, que vivem de modo dramático os sofrimentos impostos pela dominação colonial, constituindo cada personagem um espaço de contradições: o alfaiate Mussunda, representando o trabalhador autônomo; o funcionário burocrático Xico Kafundanga; o ex-marinheiro vavô Petelo; Maria, a mulher casada; a jovem Bebianá; os músicos do Ngola Ritmos; e o engenheiro Silvestre, branco, por quem Domingos Xavier morre sob tortura para não o denunciar.

A imagem do rio Kuanza, na narrativa, reveste-se de contornos com a vida/morte em completa analogia com o percurso do protagonista: essa imagem que vem à mente de Domingos Xavier, quando, já preso, lembra que o “largo Kuanza que lhe viu nascer, lá em cima, no planalto, ainda fio de água, ainda criança ruidosa” (VV, p. 31), era o mesmo que “conheceu depois, largo e calmo na direção do mar” (VV, p. 31). Ele se sente como o próprio Kuanza, nos momentos de tortura, na medida em que esse rio simboliza o espaço de luta. Assim como o rio, que percorre grande parte da geografia de Angola, os heróis devem atuar como elementos de resistência. “A morte então, neste processo, resulta da ação de um agente externo a essa relação” (CROSARIOL, 2009, p. 7) Vejamos o fragmento abaixo:

Lá fora tinha estrelas sobre a paisagem quente, um vento fresco corria por cima da noite e trazia a mensagem da vida para dentro dos muros. Domingos

Xavier não ia trair essa vida. Pensou ainda, se sentindo muito longe, boiando nas águas verdes do rio que lhe vira nascer e que corria levando-lhe no mar. As pernas boiavam partidas, os braços caíam livremente e a água corria dos seus olhos, rio abaixo. E já nem se sentia afundar em cima dos outros corpos adormecidos, depois de o cipaio ter lhe arrastado pelo quintal fora, deixando um rastro de sangue, que no dia seguinte, outro cipaio ia apagar antes que o primeiro preso saísse no recreio (VV, p. 102).

Nesse novo texto, a terra angolana é retratada como cortada por seus muitos rios. Numa referência ao romance *De rios velhos e guerrilheiros – O livro dos rios*, a poetisa Paula Tavares afirma que Luandino Vieira, com grande labor literário e uma inquestionável qualidade, tem algo de novo a dizer ao leitor e é o que ele faz nesse novo romance, após cerca de 30 anos de silêncio criativo. Nesse sentido, com os olhos voltados para o curso dos rios, o autor “projecta nas suas múltiplas margens os fantasmas de um tempo sedimentado entre a memória e o esquecimento” (TAVARES, 2006). Para contar a história do Rio Kwuanza, cujo percurso – da nascente ao mar – se dá completamente em solo angolano, Luandino Vieira constrói um texto como um “artesão kuba”: ordena, desordena de novo, “numa escrita tensa e medida na dimensão poética da linguagem”:

Há um certo papel mediúnico entre presente e passado exercido por estes narradores obrigados a uma temporalidade que transcende o tempo físico das suas próprias vidas por que quando contam trazem palavras saturadas de uma memória antiga de seus antepassados. Desfilam vozes presas ao fio da memória banhando-se uma e outra vez nas águas deste rio, porque o contrário do que propõe o filósofo este é um rio de ir e voltar as almas e os medos dos antigos Kilombos regressam para ensombrar novos guerrilheiros num confronto entre a vida e a morte. (TAVARES, 2006).

Questionado sobre o projeto e a realização de suas criações ao longo dos anos em que se manteve reservado do convívio com Angola, diz Luandino, em entrevista concedida a Joelma G. dos Santos em 2007:

[...] eu trabalho a partir do material da memória. E na memória através dos factos vividos, acontecidos, ou que viveram e que me contaram, há também o fruto das minhas leituras. Durante esses últimos anos, eu tenho lido muito tudo quanto existe escrito sobre a História de Angola, evidentemente na perspectiva do colonizador, porque era ele que produzia os textos. [...] a

partir de certa altura pensei que o material que estava na minha memória podia dar um romance sobre aquela época recente da nossa História que é a luta de guerrilha. (VIEIRA, 2007, p. 282).

Quando o escritor afirma que “o material que estava na minha memória podia dar um romance [...] da nossa História que é a luta de guerrilha”, comunica a inauguração de um novo tempo, que, para além de questionar os acontecimentos que marcaram a guerra de libertação rumo à independência de Angola, reflete sobre a nova nação, fraturada em um mundo de poucas certezas. Dentro desse contexto, destaca o narrador-personagem, que encena sua travessia pelos rios da memória e vai revelando suas impressões acerca da história angolana. Kene Vua, o “Sem Azar”, persona tantas vezes confundível com a entidade autoral, algumas vezes é identificado como Kapapa, outras como Diamantinho. Mergulhado em suas memórias, Kene Vua busca um sentido para seu próprio passado e para sua terra.

A narrativa luandina pode ser lida através da cartografia dos rios de Angola. Isso porque o rio não aparece simplesmente como um palco de acontecimentos, mas sim – essa é a questão central – como a busca da fonte da memória coletiva, logo, da identidade nacional. Ao enunciar primeiro “Minha alma escorre funda como a água desses rios.” (RIOS, p. 17) e, depois “Digo mais: também eu, sou um rio” (RIOS, p. 21), o narrador começa por comparar-se aos rios para, finalmente, se considerar um deles. É como se os rios simbolizassem, ao mesmo tempo, os ancestrais, uma forma de demonstrar, metaforicamente, os caminhos de uma nação e um local histórico da memória, nos quais se forjarão as novas identidades do homem angolano.

O rio que percorre a narrativa lembra as sutilezas do rio Letes, responsável na mitologia grega por conferir esquecimento às almas dos mortos. Letes, segundo Weinrich (2001, p.24), era uma divindade feminina que formava o par contrário com Mnemosyne, deusa da memória e mãe das musas. O laço entre o esquecimento e a memória é dado pela água, responsável por manter, em suas dobras, o esquecimento e, na vazão de suas margens, a memória. Nesse

sentido, a evocação desse mito grego explica-se, principalmente, pela apreensão de como, “em seu macio fluir”, os rios invocados por Luandino Vieira são identificados como “uma fonte do Lete, ao lado da qual borbulha ao mesmo tempo uma fonte de Mnemosyne” (WEINRICH, 2001, p.24).

Assim, podemos entender na narrativa o aspecto labiríntico da memória, o qual predomina desde as concepções advindas da tradição grega. Segundo o historiador francês Jacques Le Goff:

Os Gregos da época arcaica fizeram da Memória uma deusa, Mnemosine. É a mãe das nove musas que ela procriou no decurso de nove noites passadas com Zeus. Lembra aos homens a recordação dos heróis e dos seus altos feitos, preside a poesia lírica. O poeta é, pois um homem possuído pela memória, o aedo o adivinho do passado, como o adivinho o é do futuro. É a testemunha inspirada dos “tempos antigos”, da idade heroica e, por isso, da idade das origens. (LE GOFF, 2003; p.433.).

Nesse sentido, as musas, mitologicamente apresentadas por LE GOFF, estão fundamentalmente relacionadas à memória, a elas estão confiadas as artes. Por isso, para os gregos, a poesia se identificava com a memória, e a memória fazia desta um saber.

Em *O livro dos rios*, notamos que a memória move a narrativa, ou seja, “é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades.” (LE GOFF, 1990, p. 476). Essa afirmação de Le Goff poderia ser relacionada com as lembranças e as buscas do narrador pelos rios da identidade angolana. Kene Vua traz ao presente da diegese lembranças desses tempos e as marcas profundas deixadas pela guerra: “o caminho do homem na morte” (RIOS, p. 21), “o caminho desses homens na morte...” (RIOS, p. 61) e “o caminho daquele homem na hora da morte” (RIOS, p. 21). Com esse movimento se enuncia uma das temáticas fundamentais da narrativa: a morte, imagem sempre presente na sociedade angolana que luta contra o poder colonial, procurando afirmar a sua identidade. No corpo da narrativa, a presença dessa imagem aparece, por exemplo, nos perigos da fuga de Kene Vua pelo Kwanza

e suas margens, na condenação e execução da pena de Batuloza e está sempre presente na própria condição dos guerrilheiros.

O narrador Kene Vua ou Kapapa guarda na memória a ambivalência e a tensão que experimentou da infância até a sua entrada na guerrilha. A travessia se inicia da nascente à foz, de uma margem a outra do Rio Kuanza; constitui-se como o princípio do percurso iniciático do jovem negro, repleto de contradições e hesitações. Recorda o tempo passado, primeiro com seu pai, depois sozinho, no Ndalagando, o barco do português para quem trabalhou mestre Lopo Gravinho de Caminha. Se, por um lado, rejeita o colonialismo, metonimicamente representado pelo capitão; por outro, reconhece a amizade e a lealdade do português. Por isso, Kapapa recusa o convite do mestre e decide abandonar o barco em busca de sua liberdade, num caminho que o leva até o mato, por ele considerado “espaço sagrado” (RIOS, p. 54), para assumir a condição de guerrilheiro.

Podemos observar, no fragmento abaixo, as posições sociais metaforicamente designadas pelas expressões contrárias “naquela beira-rio meu” e “do rio dele”:

“Fica, rapaz...Vem comigo!” – ainda oiço e me dói aquela palavra, rapaz, de ele lhe dizer assim, sem sentir o que ela falava por dentro e eu ouvia. E que era a distância da terra lá dele no norte da terra dele até aquela beira-rio meu onde rapaz, em meus ouvidos, sempre traduzo filho, quem sabe tímida referência desse tuga meu amigo. A música que tinha por dentro dessa palavra era de outra canção: filho, eu ouvia, desafinado. Mas filho era coisa, palavra, eco, pensamento proibido em boca de branco, babando seu fio triste de solidão:

“Fica rapaz!”

Não fiquei, muito rebelde saí do vapor: *“E minha liberdade?!”* – como se xingasse família dele [...]. (RIOS, p. 34).

O jogo da memória criado por Luandino em sua narrativa confere à obra um caráter metafórico representado pelos rios e pela imagem fragmentada do narrador-personagem Kene Vua. Auto definindo-se através da expressão “eu, negro” (RIOS, p. 15), o narrador-personagem, ao reconhecer-se ora como Kene Vua, ora como Kapapa, ora como Diamantino, assume várias identidades, associadas naturalmente a uma ambivalência do espaço cultural e

físico a que pertence. O narrador-personagem é o retrato da nação, fragmentário e estilhaçado, sentindo-se dividido entre a pertença angolana e a educação portuguesa recebida enquanto trabalhava no barco de Lopo Gravinho.

Com o passar do tempo, pelo afastamento do espaço de união e partilha que era o barco, as contradições e os dilemas cresciam e permitiam-lhe perceber toda a dimensão de uma amizade que a ocupação colonial e a luta pela independência condenavam, como, por exemplo, observamos em: “e senti então, como hoje vê melhor meu partido coração, os olhos daquele homem meu amigo” (RIOS, p. 35). Sobre o embate entre colonizador e colonizado, como já advertia Fanon:

A descolonização nunca passa despercebida, pois diz respeito ao ser, ela modifica fundamentalmente o ser, transforma espectadores esmagados pela inessenciabilidade em atores privilegiados, tomados de maneira quase grandiosa pelo rumo da história. Ela introduz no ser um ritmo próprio, trazido pelos novos homens, uma nova linguagem, uma nova humanidade. A descolonização é verdadeiramente a criação de homens novos. Mas essa criação não recebe a sua legitimidade de nenhuma potência sobrenatural: a “coisa” colonizada se torna homem no processo mesmo pelo qual ela se liberta. (FANON, 2005, p. 52-53).

No fragmento acima, Fanon produz uma crítica radical da colonização através de um olhar esmiuçador sobre as estratégias de violência, subordinação e desumanização que produzem o colonizado. Por esse viés, aquilo que se refere à descolonização jamais passa despercebida porque atinge o ser, modifica fundamentalmente o ser (FANON, 2005). Luandino reconstrói essa realidade através da ficção, focalizando os eventos históricos característicos de um momento em que a luta dos angolanos pela independência avançava.

Assim, a ambivalência vivenciada pelo narrador-protagonista Kene Vua é intensificada ainda mais na mata, dando origem à discriminação entre os guerrilheiros, que viam no domínio português e na adoção de práticas europeias provas de impureza e, por consequência, de exclusão. Kene Vua percebe essa diferença por parte daqueles que, por não saberem falar português ou por terem um tom de pele escuro, se sentem mais autênticos, podendo, por isso,

julgar os outros. Fica bastante claro o estigma no episódio abaixo, através da voz do narrador Kene Vua ao assumir o discurso de Batuloza:

“O Batuloza me xingou de intelectual. Que eu pensava demais; sempre com mania de olhar o céu e o ar e as coisas à toa, comia à parte; ficava calado, bazeza, mazombo a ouvir o que todos já sabiam – pássaros e peixes e folhas dos paus. Até pedras. Que não ria das anedotas dos camaradas – sempre tinha a porra da mania de responder pergunta. *“Julgas os outros somos pretos matumbas?”* Que eu, o Kene Vua ou o Kapapa ou lá o que era da merda da cidade, só podia ser traidor. Que eu falava sempre quem são os nossos amigos e quem são os nossos inimigos – e que inimigo não era o povo português, só o Kaputu, os dirigentes... *“Então praquê que a gente embosca nos filhos do povo português?”* – riu. Que eu era mazé bufo infiltrado [...]. (RIOS, p. 44).

Também a consciência revolucionária do narrador Kene Vua fica dilacerada ao refletir sobre os seus atos, ou seja, as obrigações da guerrilha ao enfrentar a realidade sangrenta da guerra de libertação, como, por exemplo, a execução de Amba-Tuloza. O camarada de guerrilha foi considerado traidor por roubar sal da população e, em função disso, é executado. O guerrilheiro Kene Vua, na época, sem questionar, cumpre a missão, como percebemos no seu discurso:

Hoje, ainda baloiça toda a pequenina vida dele na minha consciência, não guardo memória: fiz o que alguém tinha de fazer e o Kulukala, rio de tantas matas e bases de apoio e acolho e passagem, já era minha testemunha. (RIOS, p. 19).

A memória é o mecanismo que significa o caráter passado daquilo que lembramos, e o esquecimento é o avesso, a sombra da região iluminada da memória (RICOEUR, 2007). O discurso do guerrilheiro Kene Vua é contraditório. Ao afirmar “Fiz o que alguém tinha de fazer” (RIOS, p. 19), mostra uma certeza, mas, ao afirmar “não guardo memória” (RIOS, p. 19), suscita uma ideia de incerteza. Nesse sentido, a memória e o esquecimento enviesados na narrativa são faces opostas de um mesmo espelho. Depois da morte de Amba-Tuloza, desencadeia no narrador Kene Vua o encontro das suas memórias de infância, o seu “Eu, Kapapa”. É interessante notar que, ao longo da leitura do romance, a cena da morte do ex-

companheiro Batuloza torna-se o começo de um profundo questionamento dos fatos passados pelo narrador em seu processo de reconstrução:

E que não, nunca, não devia de sujar nossos rios [...] eu, Kapapa, até hoje penso: afogar o Amba-Tuloza, filho alheio doutro rio por perto de Kitangola, Dande – ou Ndanji – não é que iria de irritar quitutas quiximbis todas, quiandas, por lá tranquilos em seus ares de água? (RIOS, p. 42).

Essa tinha sido a forma encontrada por Kene-Vua para condensar os esquecimentos e reviver memórias. Ser outro é ser o mesmo de outra forma. As vozes do neto e de seu avô vão se entrecruzando, a ponto de se tornarem única. Dessa forma, a figura do avô, vinculada à imagem de Kapapa, representava metaforicamente o retorno para si, para o que havia sido em algum momento da vida. No decorrer da narrativa, a partir da imagem dos rios, de forma fragmentada e fluida, vão surgindo várias histórias contadas por seu avô e o guerrilheiro, envolvido pela lembrança do ancestral:

Ecos do silêncio de meu avô e ainda o choramingar do prisioneiro, o Batuloza, guerrilheiro ex-nosso, condenado e amarrado. E eu sou o pastor daquele cabrito de quissanguela. (RIOS, p. 38).

Pelo que, a primeira era: que era mas é um revolucionário, a estrela-polar me guia, fixa, lá; e para o revolucionário o navegar de todos os dias é de estima-e-marca-e-estima, até sempre acabar o que se começa, preço da própria alma. Portanto: os pés pendurados descalços do Amba-Tuloza, se seu nome indígena Domingos João, natural de Kitangola, Dande, filho de João Kambandu e dona Engrácia, nunca mais vão arrastar a traição no povo – minha missão estava terminada. (RIOS, p. 48).

O narrador-personagem Kene Vua, imerso nas lembranças e ansioso por respostas que afirmem a sua identidade, assume intencionalmente o ato de recordar/inventar o passado, a partir da experiência-limite: a guerra. Assim, ele busca juntar as pontas que unem o presente ao passado, como “parte da necessidade, e não da nostalgia de viver” (BHABHA,1998, p.27). Essa invocação do passado é um processo de atualização das imagens-lembranças. Num jogo de ambiguidades, Kapapa questiona se realmente era necessário executar o ex-companheiro, “relativizando o seu papel de executor diante de um complexo cenário de relações de poder”

(MATTOS, 2009, p. 68). A imagem do prisioneiro é representada não mais como o traidor do povo, mas como um honesto sabotador:

Que este Batuloza, sabotador como ele teimava de se chamar, era mesmo muito saporoso, honesto e competente. [...] E agora, ia morrer. Fui lhe enforcar naquela manhã e a mata do Kialelu estava cheia de pássaros e flores, o mês já não lembro mais, não chovia porém, não tremi. (RIOS, p. 47).

Na memória do narrador Kene Vua, buscar o passado é buscar a liberdade, e, para isso, há a assunção de outra identidade, cada uma correspondendo a uma escala de tomada de consciência política, como já dito.

Em relação à memória, convém buscar o conceito de Said, que adverte sobre o desconcerto e a irrupção do passado no presente:

A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas. (SAID, 1995, p.33).

Nesse sentido, a rememoração tecida na narrativa constitui um espiralar do tempo, no qual, do presente, ele ressignifica o passado, e o que deste retorna incide novamente sobre o presente e o futuro, numa volta adiante. É o caso do narrador Kene Vua, cuja tentativa de recomposição do passado o faz reencontrar três pessoas importantes na sua formação: o primeiro, “Gravinho, o Lopo de Caminha e dos mares: que não era nada disso, qual mão esquerda, qual mão direita.”; o segundo, “Kimôngua, o Paka da ilha do Cabo e das cabras: que, [...] visto como... – virava-lhe meu pai piloto”; e o terceiro, “Eu, o ao tempo Diamantinho, afiava a inteligência, batia palmas no escuro do meu coração dividido” (RIOS, p. 105-106).

Segundo a concepção benjaminiana, o passado “traz consigo um índice misterioso” (BENJAMIN, 1986, p. 223), compondo-se de nebulosas de sentido opacas à compreensão imediata. A noção de memória se distingue, portanto, da simples rememoração ou sucessão

fixa de fatos passados no tempo. De acordo com o pesquisador (1987), o passado não está disponível, mas nos escapa a todo instante, só se deixando apreender num “lampejo”, quando nos apropriamos de uma reminiscência para construir, no passado, uma nova relação com o presente e com o futuro; nas palavras de Benjamin, “fazer do passado uma experiência única” (BENJAMIN, 1986, p. 222-224). A tensão vivida pelo narrador-protagonista, na esteira de Benjamin, seria a relação que o presente estabelece com as gerações passadas, sendo a “experiência” formada por uma fusão entre uma memória individual e outra de forma coletiva (BENJAMIN, 1986, p. 146).

3.4. MEMÓRIAS DOS GUERRILHEIROS: O NARRADOR DIAMANTINO KINHOKA

EU, OS GUERRILHEIROS

Pauta de alguns guerrilheiros que teve no grupo do comandante ndiki ndia, ou andiki; e que vieram na missão que fomos no kalongololo, naquele ano de 1971. Conforme notícias, mujimbos e mucandas e ainda as lembranças de quem lhes escreveu. Alguns sucedos de suas valerosas vidas ou de suas exemplares mortes, para alegria dos menores e tristura dos mais-velhos. (GUERRILHEIROS, p. 9).

A estrutura narrativa de *O livro dos guerrilheiros* se movimenta pela atemporalidade do nível linguístico do discurso, dos fragmentos e pormenores, da mistura e ambivalências, da recorrência aos gêneros intercalares e pelo jogo da memória. Percebemos, na epígrafe acima, diferentes vozes e discursos que evidenciam o processo de criação e interpretação narrativo. Tal como Hutcheon descreve em *A poética do pós-modernismo*, trata-se de um romance “contraditório, que usa e abusa, instala e depois subverte, os próprios conceitos que desafia” (HUTCHEON, 1991, p. 19).

Nesse jogo da memória, o leitor é convidado a unir as partes e, assim, recompor as muitas pequenas histórias que somam a grande História. Um livro que aborda a história da guerra de libertação e dos seus guerrilheiros, os quais, como tantos outros, vão construindo a

memória dos anos de luta. “Um livro sobre uma história com data marcada, porque, como diz José Luandino Vieira, por interpostas personagens, o sonho na base da luta era o sonho de sempre” (NEVES, 2010, p. I), “perseguindo teimosamente seu trilho de muitos séculos”, (GUERRILHEIROS, p. 83) “colheita prometida muito tempo já” (GUERRILHEIROS, p. 83), como já afirmamos, tanto no romance *Nós, os do Makulusu*, quanto nos romances que integram a trilogia chamada *De rios velhos e guerrilheiros – O livro dos rios*, de 2006, e *O livro dos guerrilheiros*, de 2009. Fica clara, nos romances do nosso *corpus*, a hipótese que propusemos: a de pensar a guerra como argumento e fio condutor da estrutura romanesca.

Em *O livro dos guerrilheiros*, de 2009, o espaço das matas foi o cenário escolhido por José Luandino para situar as narrativas acerca dos guerrilheiros, que compõem uma coluna, em plena guerra pela independência de Angola. Eles são os representantes dos que ficaram mantidos à margem da história, transformados, agora, na ficção, em protagonistas principais da outra história. O narrador se apresenta como porta-voz das estórias dos “companheiros de luta, compatriotas nados e crescidos nas mesmas senzalas, próprias ou alheias de outra região – isto é: lá onde lhes nasceram seus entespassados” (GUERRILHEIROS, p. 11), ou seja, tece a trajetória temporal das reminiscências vistas pelos seus olhos, “na terra que nos nasceu, muitos séculos e tradição e lutas dão de gerar grande conformidade entre nosso entendimento das coisas dela, sejam vivas sejam mortas” (GUERRILHEIROS, p. 11).

Através da palavra, Diamantino Kinhoca vai tecendo a narrativa dos seus companheiros no sentido de lutar contra o esquecimento, por isso o seu cunho é a memória. A tessitura do texto recompõe o que “nunca lhes poderia diretamente contar” (GUERRILHEIROS, p. 12), já que “nossas memórias têm o sangue do tempo” (GUERRILHEIROS, p.12). Essa metáfora do tecer pressupõe não só movimentos de fios, que se unem na composição do texto narrativo, mas também movimentos de colagem, de plasticidade da escrita, com uma diversidade de vozes em textos verbais e não verbais, como poemas, desenhos, entrevistas, entre outros.

Dos sete capítulos que compõem o romance, *EU, os guerrilheiros* nomeia o primeiro, *Nós, a Onça*, o último, e os intermediários são intitulados com o nome dos guerrilheiros. *Celestino Sebastião (Kakinda)*; *Eme Makongo, Mau Pássaro, o Mau-dos-Maus*; *Kibiaka, a quem chamava o Parabelo*; *Zapata, melhor dizendo: Ferrujado e Kadisu*; *Kizuua Kiezabu, nosso general Kimbalanganza* narram histórias encadeadas como se fossem um álbum de retratos (ou uma edição cinematográfica). A nomeação compõe-se de um mosaico de histórias que ficaram suspensas ao longo do tempo, projetando a memória (coletiva ou individual) de um grupo de guerrilheiros, de uma região, da guerra, aquela começada nos idos de Março de 1961 e “as confusões do quatro de Fevereiro” (GUERRILHEIROS, p.84).

O primeiro retrato apresentado pelo narrador é de Sebastião (Kakinda), “...o herói, o que sempre exemplificou seu povo, vida e morte e luta, o dos cinco combates” (GUERRILHEIROS, p. 13). Os recursos apresentados pelo narrador para falar do personagem Sebastião (Kakinda) vão desde entrevistas, filmagens, documentos, cantigas, mujimbos, até mucanda encontrado no bolso do herói.

O narrador apresenta as mucandas⁶² que foram encontradas no bolso de Sebastião (Kakinda), sendo que a primeira mucanda, em forma de poema, tem o seguinte título: *Aquele Grande Rio K*. De todos os documentos e testemunhos só esse texto é visto como fidedigno bilhete encontrado no bolso do guerrilheiro, (RIOS, p. 15). Encontrado no bolso, “do lado do coração”, constitui-se um poema sobre a luta pela terra angolana feita a partir do rio Kwanza, uma luta com muito sofrimento, desencanto e sangue, mas também de esperança:

AQUELE GRANDE RIO K

E como se navegássemos em teu nome, ó rio,
E vagamente acordassem nossas pupilas em
[tuas águas de sono

Ou em teu nome, ó rio,
Nossos gritos coassem a inchada água do

⁶² *Mucandas* ou *Mucanda*, segundo o dicionário Global de Português, significa carta, escrita a lápis ou tinta, usada por negociantes representativa de quantia determinada.

[esquecimento

Também em nosso sangue, ó rio,

Tuas águas ferozmente rugiram.

Ó rio amado, rio eterno!

Do fundo das nossas almas clamavam as águas.

De novo lutaremos. (RIOS, p. 16).

O segundo retrato apresentado pelo narrador é o de “Eme Makongo, Mau Pássaro”, outro personagem guerrilheiro. O recurso utilizado pelo narrador é de “era uma vez” – “Era uma vez um menino de mau coração chamado Makongo. Ia para a escola. Encontrou uma bicicleta...” (GUERRILHEIROS, p. 28). Makongo, Mau-Pássaro, o Mau-dos-Maus foi um guerrilheiro cuja infância foi marcada pela violência do colonialismo expresso na escola colonial. As crianças angolanas eram vítimas desse cenário de violência. A voz da personagem Makongo vai contar sua história:

E a escola ficava lá em cima, no morro; nossa senzala, aos pés do rio, para chegar no bê-á-bá sempre era a subir. [...] Eu sempre descia no final da tarde, as orelhas cheias de porrada, quatro vergonhas dentro das mãos inchadas nos bolsos: pronúncia que a professora queria desarredondar com seus dedos estragando minha boca, aquele cheiro d’alho-e-louro nas unhas; [...] A quarta, pior de todas: o Felito, filho do capataz, saía na bicicleta, da casa da roça na escola quase porta com porta, em seus oito e ésses xingava nossa humilhação de quietos, a ver passar:

– Pretos a pé! ... (GUERRILHEIROS, p. 32).

Observamos a atitude de violência da professora, a “corrigir” a pronúncia angolana e a rejeitar as palavras em quimbundo, no arrogante desprezo pela sua língua materna. Simultaneamente, essa atitude é reforçada pela família: “nossa mãe não queria me de quimbundo na boca” (GUERRILHEIROS, p. 35). Também era humilhado e xingado por Felito, filho do capataz que lhe atribuía a imagem do “filho de pássaro da fome” (GUERRILHEIROS, p. 32). Dessa forma, percebemos que o ensino implantado de acordo com o modelo europeu se mostra inadequado à realidade dos alunos, mas os professores, no geral assimilados, reproduzem o sistema colonial, diante da recusa em lidar com a diferença

racial e cultural e, por isso, cometem desde violências físicas a violências psicológicas, como observamos no fragmento acima, em: “as orelhas cheias de porrada, quatro vergonhas dentro das mãos inchadas nos bolsos” (GUERRILHEIROS, p. 31); “a professora – [...] abusiva de queixo e palmatória – me punha de carteira à parte, de sozinho” (GUERRILHEIROS, p. 32).

Como enfatiza Memmi, “[...] desde logo, a reivindicação colonizada adota esta figura diferencial e concentrada sobre si mesma: é estritamente delimitada, condicionada pela situação colonial e pelas exigências do colonizador” (MEMMI, 1977,p.114). Nessa direção, a voz do personagem Makongo vai contando a sua história: “Chorei de raiva. Por isso ela sangra sempre em meus olhos de água, pedalando sua bicicleta” (GUERRILHEIROS, p.35). A bicicleta, como observamos, passa a ser uma alegoria da opressão colonial. Durante as lutas de libertação, o narrador Makongo tece o seu discurso. “Assim falou Makongo; assim contou no destacamento; assim calou” (GUERRILHEIROS, p. 37). Makongo fugiu para as matas com a família, atravessou rios, terras até a morte. Por isso, “nunca mais lhe dei encontro. Escreveram que morreu em combate, na Frente Leste, em 1972, sem deixar cadáver (GUERRILHEIROS, p. 37). Ele se transfigurou em pássaro, “ouço o eco de sua tosse nas matas da minha vida” (GUERRILHEIROS, p. 40).

Além dos já mencionados guerrilheiros, o narrador Diamantino Kinhoca apresenta outros retratos no desenrolar da narrativa: Kibiaka, o “assobiador de passarinho” (GUERRILHEIROS, p. 43), personagem já apresentada no romance *Nós, os do Makulusu* (1967) e também em *O livro dos rios*; Ferrujado e Kadisu, “camaradas que sempre queriam estar juntos numa amizade lá muito deles mesmo” (GUERRILHEIROS, p. 62); e o guerrilheiro Kizuua Kiezabu, líder dos guerrilheiros nas lutas de libertação e, depois, anos mais tarde, como homem próspero, “vivia em muitas casas: na cidade, nos subúrbios, nas ilhas” (GUERRILHEIROS, p. 89) decretando estar “proibido navegar chata, dongo, canoa, tudo que flutuava com a gente” (GUERRILHEIROS, p. 89). Essas imagens contraditórias

subvertem o espírito da luta que, muitas das vezes, se tornam incompatíveis com os que participaram da gestação do país.

Acerca da luta de resistência dos guerrilheiros, ficcionalizada por Luandino Vieira, que numa primeira fase, durante o período de colonização, constituiu uma oposição um pouco limitada contra os abusos do colonizador - o alto custo das taxas, a usurpação dos terrenos ou os trabalhos forçados, o pensamento de Amílcar Cabral é bastante produtivo porque problematiza a questão da luta armada. Ele afirma que

a luta armada de libertação, desencadeada como resposta à agressão do opressor colonialista, revela-se como um instrumento doloroso mas eficaz para o desenvolvimento do nível cultural, tanto das camadas dirigentes do movimento de libertação como das diversas categorias sociais que participam na luta (*apud* SANCHES, 2011, p.372).

Vale acrescentar que as ideias de Amílcar Cabral na interseção entre luta e cultura são fundamentais para pensar na luta dos guerrilheiros, “para enfrentar a violência colonialista, o movimento de libertação tem de mobilizar e organizar o povo, [...] a fim de recorrer à violência libertadora – a luta armada de libertação nacional” (*apud* SANCHES, 2011, p.371).

Na segunda fase, no século XX, a resistência assumiu diversas formas, desde a insurreição armada em prol da luta de libertação até o êxodo maciço. Neste período, a resistência foi muito mais organizada: adoção de greves como estratégias de luta, formação de partidos políticos, publicação de críticas em artigos de jornais de propaganda clandestina e, no limite, a luta armada pela libertação.

O início da luta armada, em fevereiro de 1961, aumenta consideravelmente a atividade de repressão da polícia política e deixa ainda menos espaço para a organização e mobilização do povo dentro das fronteiras da Província. Os movimentos de libertação (colocar uma nota sobre os esses movimentos) se organizaram nas proximidades das fronteiras e a luta armada, propriamente dita, ocorreu nos limites de Angola. A formação desses movimentos contou com a forte presença de jovens se que politizaram nos anos de 1950.

Na medida em que a narração e o trabalho de memória avançam, Diamantino faz questão de afirmar que assume o fio da narrativa “não como contador de verdades por nossa própria invenção achadas, mas como peneirador de mujimbos que outros alheios deixaram na memória de nossos dias de luta” (GUERRILHEIROS, p. 41). No conjunto das estórias coletivas dos guerrilheiros, percebe-se, nas fissuras do texto, o questionamento subjetivo do narrador Diamantino, o qual rompe com a perspectiva das certezas e introduz a fragmentação, a fluidez em relação ao que é narrado, numa reescrita que pressupõe “escovar a história a contrapelo”, apontada por Benjamin (1986, p. 225) como tarefa do historiador materialista, distinta do historicista (aquele que vê na história uma cadeia linear dos fatos), pois evita estabelecer uma relação de empatia com os vencedores da história e busca, através desse passado esquecido e vencido, “despertar no passado as centelhas da esperança” (BENJAMIN, 1986, p. 224). O filósofo remete à ideia de que a missão do historiador deveria ser a de lutar para obter uma história mais completa, ou seja, a possibilidade de uma nova história e uma nova verdade, e, a partir daí, dar novamente voz àqueles que foram calados pela opressão dos dominantes.

Segundo o capítulo *Memória e libertação*, de Gagnebin (1993, p. 58), a respeito da vida e obra de Benjamin, “O historiador materialista [...] pretende fazer emergir as esperanças não realizadas desse passado, inscrever em nosso presente um apelo por um futuro diferente”. A tarefa do historiador, então, envolve a relação entre as lutas do passado e as atuais, dando sentido aos acontecimentos, retirando-os do esquecimento: “aquilo que teria podido fazer da nossa história uma outra história” (GAGNEBIN, 1993, p. 60).

Luandino, ao trazer para o presente as marcas da violência deixadas pela colonização e pelas guerras travadas no país, consequências de um processo histórico ainda em curso, atualiza os aspectos apontados por Gagnebin (2006, p.44) para discutir sobre a relação memória e rastro. Essa pesquisadora aponta a tensão entre “a presença e ausência, presença do

presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente”. Sendo assim, nas questões suscitadas pelos estudos da memória, é relevante pensar que a atenção ao passado, seja como reconstrução ou problematização de um evento, é imprescindível para compreender como o presente atuou nesse processo. Ainda conforme Gagnebin (2006, 44), observamos “que o conceito de rastro rege igualmente todo o campo metafórico e semântico da escrita, de Platão a Derrida”.

A autora, ao retomar a noção de rastro, elaborada por Paul Ricoeur e revisitada por Derrida, demonstra que a tarefa do historiador “[é] lutar contra o esquecimento e a denegação, lutar em suma, contra a mentira, mas sem cair em uma definição dogmática de verdade” (p.44). Assim, o que encontramos ao longo dos capítulos de análise dos romances é uma relatividade do conhecimento absoluto, representada na memória de um sujeito ficcional. Tal posição fica explicitada, por exemplo, quando o narrador-personagem afirma: “a verdade é o que pode sair de tanto peneirar a vida no mussalo da experiência”. (GUERRILHEIROS, p.42).

CAPÍTULO 4. ESCRITAS (RE)INVENTADAS

4.1. ESCRITA / RESISTÊNCIA

Como escrever a história, o poema, o provérbio sobre a folha branca? Saltando pura e simplesmente da fala para a escrita e submetendo-me ao rigor do código que a escrita já comporta? Isso não. No texto oral já disse não toco e não o deixo minar pela escrita arma que eu conquistei ao outro. Não posso matar o meu texto com a arma do outro. Vou é minar a arma do outro com todos os elementos possíveis do meu texto.
(MANUEL RUI MONTEIRO)

Falar da escrita na narrativa luandina é falar de uma experiência com a “resistência como processo inerente à escrita”. (BOSI, 2002, p. 120). De resistência, sem dúvida, por ir contra os padrões instituídos pela norma europeia, ou seja, por tecer uma escrita em língua portuguesa alterada em função das marcas da angolidade. Em seus textos, tanto incorpora a textualidade quimbundo, inserindo-se nas teias da memória e da tradição oral, como também joga e brinca com os seus escritos, alterando-os em função da sintaxe e da morfologia típicas das vozes locais. A escrita de Luandino Vieira se estrutura sob bases complexas: além de fazer uma escrita “subversiva”, ele dá voz à língua dos moradores dos musseques angolanos, excluídos do sistema social. Como aponta Chaves (1999):

A apropriação de formas empregadas pelos habitantes dos musseques, também especialistas no “português gostoso” de Angola, correspondia com certeza a um projeto de individualização pautado pela dominância popular. Não se tratava efetivamente de negar a língua do colonizador, mais tarde considerada pelo próprio Luandino “um despojo de guerra”⁶³ mas de ver na transgressão de seus padrões um exercício de liberdade e afirmação (CHAVES, 1999, p. 167)

⁶³ Depoimento do autor em debate realizado no Instituto de Estudos Avançados, da Universidade de São Paulo, em 4 de dezembro de 1986.

Luandino Vieira tem sido apontado como um autor paradigmático desse processo da busca pela liberdade através da linguagem. As reflexões de Chaves (1999, p.167) reforçam o modo como o escritor angolano subverte criativamente a hegemonia da língua portuguesa e, em decorrência disso, encontra outras formas de desenvolvimento, particularizando seu próprio discurso, seu próprio *ethos*, “numa multiplicidade semântica infinita” (GAGNEBIN, 1990, p. 40). Nesse sentido, a narrativa luandina intensifica a resistência da escrita: “escrita resistente (aquela operação que escolherá afinal temas, situações, personagens) decorre de um *a priori* ético” (BOSI, 2002, p. 124). Há um envolvimento não apenas temático, mas estrutural, tudo acontece pelo viés da escrita.

É o que notamos em *Nós, os do Makulusu* (1975), em *De Rios Velhos e Guerrilheiros – O Livro dos Rios* (2006) e em *O Livro dos Guerrilheiros* (2009) de José Luandino Vieira – romances escolhidos como *corpus* principal do presente capítulo. Assim, propomos uma discussão das estratégias discursivas dessas obras e também ressaltamos a importância do diálogo com outras obras do autor. Analisaremos as relações intertextuais, as práticas de autocitação, bem como a prática de diálogo que os textos convocam para a construção das identidades individuais e coletivas, centrando-nos nas figuras do autor textual e do narrador, da mesma forma que no capítulo anterior.

É possível afirmar que Luandino, com sua escrita resistente, apropria-se quer da língua do colonizador, quer dos registros sociolinguísticos da população que habita nos musseques e compõe o que denominamos como uma língua *mussecada*⁶⁴, ou ainda, uma linguagem inovadora que exercita a liberdade do domínio da palavra. É dessa língua como forma de resistência que as personagens luandinas fazem uso, ou seja, uma língua transgressora das normas europeias que se converte em discurso literário. Como observa Bakhtin (1988), todo discurso é ideológico e, conseqüentemente, social:

⁶⁴ O neologismo surge em *Nós, os do Makulusu* pela voz de Mais-Velho, que designa que a língua de comunicação dos habitantes dos musseques através da expressão “palavras mussecadas” (NM, p. 63).

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. (BAKHTIN, 1988, p. 41 – grifo do autor).

O processo de inovação e criação poética de Luandino Vieira exemplifica bem a ideia defendida por Bakhtin (1988), para quem a palavra “está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial” (p. 95). Na escrita luandina, esse sentido ideológico se forma a partir das transgressões à norma europeia do português, ou seja, rompe com a norma linguística do português padrão e constrói uma nova forma de discurso literário, uma forma mais próxima ao ritmo, à cadência e à dicção angolana.

Muitos estudiosos têm debruçado sobre a capacidade de criação de uma língua própria, dentre os quais destacamos Trigo (1981), na sua pesquisa intitulada *Luandino Vieira o Logoteta*; Chaves (1999), em seu livro *A formação do romance angolano*. Também Mata (2003), em um interessante estudo sobre a reinvenção da língua, afirma que:

a obra de Luandino é expoente da invenção de uma linguagem literária através da qual comunicou mensagens subversivas e da qual emerge uma linguagem “letrada” e recriada a partir de um saber que se ancora num sentir [...] a reinvenção metalinguística é uma via de resistência e atributo de consciência perante a ambivalência insuportável à volta: pressão interior e espiritual, opressão sociocultural e política. (MATA, 2003, 64-65).

Essa reinvenção da língua representa mais do que um ato de resistência linguística e ideológica do discurso colonialista, está engajada, prioritariamente, na conquista da soberania para o povo angolano, na qual as marcas da transgressão encenam uma renovação linguística. Nesse processo, o português e o quimbundo se entrelaçam, numa recriação do texto literário por meio da linguagem. A renovação ou reinvenção linguística se insere no texto luandino quer ao nível do léxico, quer ao da sintaxe, decorrente de um processo persistente com a língua.

Como observa Carvalho (1975), a língua portuguesa de Angola vai além das formas de oralidade do povo angolano com o português-padrão; resulta de uma nova forma de criação poética e pertencimento:

Se é verdade que ao traduzir e adaptar, para a minha língua, fontes de expressão oral africana, eu lhe transferi a marca da minha própria linguagem poética, também é sem dúvida verdade que, ao fazê-lo, eu estaria introduzindo as marcas de um imaginário Outro na própria língua portuguesa. (CARVALHO, 1975, p. 75).

Carvalho (1975) aponta para uma relação entre o trabalho discursivo/criação literária e as questões conceituais, na medida em que constrói um espaço de diferença. Ora, em Angola, como nas restantes ex-colônias portuguesas, a opção pela língua do colonizador como a oficial não foi tomada sem grandes controversas e acaloradas discussões internas. Do lado moçambicano, ao se referir ao processo de criação literária, Couto fala numa língua reinventada, argumentando que “Existe algo que escapa à norma e aos códigos. [...] enquanto escritor, mais me fascina. O que me move é a vocação divina da palavra, que não apenas nomeia mas que inventa e produz encantamento” (COUTO, 2011, p. 14).

Nesse sentido, as inovações na linguagem compõem um movimento que tem, na sua gênese, duas atitudes diferentes por parte do escritor. Por um lado, os neologismos apontam para um movimento de nacionalização da língua; por outro, distanciam-se desse movimento, antes revelando a intenção do escritor de conferir ao seu texto uma dicção poética própria. O uso de aspectos próprios da oralidade caracteriza essa dicção.

Nos três livros do *corpus* desta tese, a oralidade é bastante marcada no modo como se configuram as construções lexicais feitas por Luandino Vieira, que versa a língua portuguesa a partir de neologismos, aglutinações, pactos de prefixos e sufixos, dentre outras estratégias. Nesses processos, as palavras, por um lado, perdem elementos constituintes do ponto de vista mórfico, por outro, ganham uma peculiaridade local e, assim, uma resignificação do ponto de vista semântico (KEHDI, 2006).

Em sua escrita, é comum Luandino lançar mão de outra ordem de transgressões que revelam os neologismos lexicais, dos quais destacaremos mais alguns exemplos, construídos ora a partir de processos de aglutinação, ora de processo de justaposição⁶⁵.

Na ocorrência “o *choramijnjar* do prisioneiro” (RIOS, p. 38), há a criação de um neologismo verbal formado a partir do amálgama de chorar ou choramingar com o verbo mijar, fusão que provoca uma imagem de medo absoluto e fisiológico. Recurso novamente utilizado pelo autor em “Ele me olhou, sonojento, ainda, hirsuto sem lavar boca nem raspar língua” (RIOS, p. 52), fragmento no qual é notória uma imagem de grande intensidade visual, nas quais se fundem os vocábulos “sono” e “nojento” e dos quais é derivado o neologismo *sonojento*, cujo som e forma remetem ao vocábulo *sonolento*. Em “via luarentas cacimbas” (GUERRILHEIROS, p. 15), ocorre também o semelhante processo: uma palavra incorporar-se em outra, que resulta do substantivo *luar* com o adjetivo *barrentas*, criando uma imagem das cacimbas...

Assim como *uterinei*, em “ajoelhei na barriga da minha mãe, me uterinei todo” (RIOS, p. 121); (descreve o modo como se escondeu dos seus perseguidores no rio que oferece um lugar tão protetor quanto o ventre materno), no qual o neologismo *uterinei* é formado por um processo de aglutinação dos vocábulos *útero* e *urinei*; ou ainda o substantivo *gestemunho*, formado pelos vocábulos *gesto* e *testemunho*, em “Mas este meu gestemunho é avulso” (GUERRILHEIROS, p. 52). Outras expressões que merecem destaque são “luso assalazaristado” (NM, p. 66), derivado do substantivo próprio Salazar; “caracara com nossoutros os sentados por ali e de pé e acocorados” (RIOS, p. 39), no qual a expressão *cara a cara* transforma-se em *caracara*.

⁶⁵ Do ponto de vista formal, o processo de composição pode acontecer, segundo Kehdi (2006), por aglutinação e por justaposição. Naquele, os itens linguísticos apenas são adjungidos sem, contudo, sofrerem alteração na forma; e, neste, o (s) item (ns) linguísticos(s) sofre(m), alguma perda de massa fônica diante da fusão dos vocábulos. Do ponto de vista funcional, podemos sustentar, a partir de Givon (1991), que, em Luandino, em nome de uma criativa elaboração, o código (forma), muitas vezes, sofre erosão e, assim, a mensagem (função) é metamorfoseada, provocando, como resultado, a ressignificação do signo linguístico (código/mensagem).

E, ainda, expressões como: “Cagunfas! Fidascaixas! Fidasmães” (NM, p. 95), “vais mazé ficar com as roças do teu pai” (RIOS, p. 45) e “por gabo ou por maldizença” (GUERRILHEIROS, p. 12), nas quais destacamos as expressões linguísticas *Fidascaixas* e *Fidasmães* que, nas mãos hábeis da escrita luandina, sofrem também um processo de aglutinação.

Diferentemente do processo de composição anterior, em outras passagens, Luandino faz uso do processo de justaposição para a criação de novas palavras, como *felisfim* e *faz-de-conta*, *logo-logo*. Observemos os fragmentos: “Para felisfim e em faz-de-conta de camaradagem, aceito” (GUERRILHEIROS, p. 80). “Logo-logo, um mensageiro de Kambondo veio e avisou, de boca fechada” (GUERRILHEIROS, p. 83). Ou ainda a justaposição dos vocábulos *cada* e *vez* que formam *cadavez*, como em “cadavez apenas nas estórias que contamos uns nos outros” (GUERRILHEIROS, p. 12). Luandino, brincando com a possibilidade de efeitos de sentido, traz ainda as expressões “casaco-gravata” (NM, p. 38), “palavras-fezes” (NM, p. 56).

Há, também, na obra luandina, neologismos, como “criança-camões” (GUERRILHEIROS, p. 75), através do qual o narrador nomeia as inúmeras crianças angolanas mutiladas devido à guerra. Essas expressões encontradas, respectivamente em *Nós, os do Makulusu* (1975), em *O Livro dos rios* (2006) e *O Livro dos guerrilheiros* (2009), sinalizam uma precarização intencional das regras linguísticas por parte da linguagem de colonos e colonizados. No caso desses últimos, o recurso à transgressão pode ser visto como forma de superar os cortes impostos pela condição colonial. A exposição das cicatrizes ao mesmo tempo que sugere a dor reflete o processo de cura.

Outro recurso utilizado também por esse autor é a derivação prefixal. Algumas vezes com o prefixo *em-/em-*, como “O Kipasa empredregou, matarizado de sangue” (RIOS, p. 89) ou “[...] aquela que dia e noite ensonhava meu amor morto na estrada da Xicuma [...]”

(GUERRILHEIROS, p. 93). E outras vezes, com o uso do prefixo *des-* com o sentido de negação da ação realizada, como em: “rios rotos e deslavados que nos olham tristes”, ou ainda “quero desenforçar aquele, o do sangue sujo, camarada meu” (RIOS, p. 98); “o rebanho delas desencardumava, certo sinal de trovoada e raio” (RIOS, p. 103); “pronúncia, que a professora queria desarredondar com seus dedos estragando minha boca” (GUERRILHEIROS, p. 31), “Só ele é quem vai poder me despír, lavar, descascar, unguentar e sacrar” (RIOS, p. 117); “Amizade deles era lisa, descomplicada fuba” (GUERRILHEIROS, p. 68); “[...], nada e laranja vermelha de umbigo ou da Baía, dessementadas [...]” (GUERRILHEIROS, p. 70; “[...] não chegava de tabucada, desconseguíamos: cheios de água [...]” (GUERRILHEIROS, p. 99); “[...] o meu avô desalforriado [...]” (RIOS, p. 18); “Mas, cedo no desanoitecer [...]” (RIOS, p. 19).

Há outras passagens nos romances que também identificam não apenas o português angolizado, mas também o quimbundo, tão combatido pelo colonizador. Percebemos que o quimbundo, na escrita de Luandino Vieira, é muito recorrente e não se limita a palavras isoladas, mas está, sobretudo, mais centrado em enunciados (estruturas fráscas), com provérbios populares ou elementos temáticos importantes para a construção da narrativa. Tal como nos seguintes exemplos: “*kala sanji, uatobo, kala sanji*” (NM, p. 11), “*kala sanji, uatobo kala sanji...*” (NM, p. 20), “*Oió muene uatobo kala sanji...*”⁶⁶ (NM, p. 36), o qual exprime um provérbio popular, presente desde o início da narrativa. É válido ressaltar que esse provérbio é retomado em vários momentos do enredo.

Para além dos exemplos citados, encontramos outros provérbios em quimbundo: “*Rivandu ria ngiji, nguzu ia jimbandu...*”⁶⁷ (RIOS, p. 16), “*O ufolo, tubia!...*”⁶⁸ (RIOS, p. 37) ou “*Ialukuila ku lusile, iaxikila mu maloua...*”⁶⁹ (RIOS, p. 41). Nos romances, os enunciados

⁶⁶ Como uma galinha; bobo como uma galinha...

⁶⁷ A rebeldia do rio, [é] a força das margens...

⁶⁸ “A liberdade é o fogo!...”

⁶⁹ Despejou-se no vomitado, revolveu-se no lamaçal...

em quimbundo encontram-se em itálico no original e apresentam tradução em nota de rodapé. Como afirma Benjamin (1986), os provérbios estariam na narração menos propensos a responder uma pergunta do que a sugerir sobre a continuação da história, e, no presente caso, os provérbios sugerem uma relação de ironia.

Na observação de Salvato Trigo, “o recurso à parêmia é, hoje, um dos elementos de que se servem as literaturas africanas. Entende-se assim, na moderna estética literária, que o uso de provérbios constitui uma marca de africanidade discursiva” (TRIGO, 1981, p. 74-75). A presença de provérbios angolanos em quimbundo nos textos literários escritos em língua portuguesa constitui-se, antes de mais nada, uma forma de resistência “como processo constitutivo de uma certa escrita” (BOSI, 2002, p. 125). Trata-se de uma possibilidade que muitos escritores estabelecem entre as variantes da língua africana, especialmente o quimbundo, que, no caso da literatura angolana, está presente, sobretudo, nos textos de Luandino Vieira. No entanto, não podemos justificar numa relação de causa/efeito a escrita da ficção africana em função dos aspectos da oralidade, pois, como afirma Leite (1998), a predominância da oralidade na África resulta de condições materiais e históricas e não de uma suposta natureza africana, raciocínio que desconstrói esse estereótipo de originalidade na literatura desses países.

Percebemos, nos romances do nosso *corpus*, que há uma recuperação de traços da oralidade, ou seja, uma re-criação da escrita, pois há que se levar em conta a questão da voz e da performance (ZUMTHOR, 1997). A esse respeito, a estudiosa Ana Mafalda Leite (1998, p. 34-35) destaca que, na obra de Luandino Vieira, a “intertextualização da oralidade” passa necessariamente pela língua. Embora se utilize dos instrumentos estéticos europeus, códigos linguísticos etc., as literaturas africanas de língua portuguesa traduzem a realidade das nações africanas, de modo a distingui-las e a demarcá-las como autônomas.

Leite acrescenta ainda que o caso de Luandino Vieira “é prova de que a língua é o primeiro instrumento de textualização” (1998, p. 35). Outro aspecto destacado pela estudiosa é a utilização da palavra *oralidade* no plural, pois vários “modos de apropriação da língua simulam e executam diferentes registros de textualização das ‘oralidades’” (1998, p. 35). Nesse caso, o plural de *oralidade* distingue o modo como cada escritor se relaciona com a textualidade oral e com as línguas. Segundo a estudiosa citada acima, Luandino Vieira “[...] tende a ‘hibridizá-la’ através da recriação sintática e lexical e de recombinações lingüísticas, provenientes, por vezes, mas nem sempre, de mais de uma língua (os casos de Luandino Vieira ou de Mía Couto)” (LEITE, 1998, p. 35).

No entanto e apesar da sua produção estética lançar mão de variadas técnicas de inovação lingüística, Luandino declarou, em recente entrevista, de forma bastante emblemática a respeito do que discutimos, até agora, sobre a questão da língua ou da linguagem na qual escreve: “O quimbundo ajudou-me a ser mais conciso, mas também muito mais atento ao ritmo e à musicalidade da língua” (VIEIRA, 2010, p. 195).

Explorando os seus romances e considerando os recursos discursivos que, nas palavras de Chaves (2012, p.86), apresentam-se como “exigências da tensão que o move para enfrentar as cisões do mundo em que se situa como homem e como artista”, os três romances que compõem nosso *corpus* são palco de uma problematização constante da língua.

Assim, o escritor atinge nas suas narrativas – até a presente data – uma grande sensibilidade lírica, sem medo de inovar, por meio de uma revolução intencional tanto no nível da linguagem, com o emprego do “quimbundo”, quanto no nível da estrutura narrativa, ao se propor uma escrita que assume estratégias discursivas variáveis. Ainda de acordo com Luandino: “o desenvolvimento do meu trabalho literário no sentido de prosa e narrativa deve-se a esse facto, [...] uma visão do mundo que quando não é poética, tendo sempre a poetizá-la, ou a ver as coisas de uma maneira lírica” (2010, p. 195).

Nesse comentário de Luandino, perpassam duas noções fundamentais. Sublinhando a relação entre ética e estética, o escritor constata que a narrativa está, sem dúvida, marcada pelas relações de narrativa e resistência e um fundamental processo de inovação e criação poéticas. Como observa Chaves (2012, p.88), “Luandino refina seu método e recorre, sem inibição, aos recursos da poesia. São as estratégias da lírica que virão completar o seu projeto estético e desvendar a radicalidade de sua visão política” (CHAVES, 2012, p. 88).

Ora, uma análise comparativa da obra de Luandino Vieira permite-nos verificar que, mesmo tendo começado a escrever as suas obras no período colonial, construiu o seu texto ao longo dos tempos com uma intensa qualidade literária, com transgressões à norma europeia, numa mescla entre o quimbundo e o português, utiliza os recursos da poesia assumindo-se como um projeto político de uma escrita de resistência, atravessada por “uma tensão interna que as faz resistentes, enquanto escrita”, mas também, e principalmente, enquanto tema (BOSI, 2002, p. 129).

4.2. ESCRITA PALIMPSÉSTICA

Um palimpsesto é um pergaminho cuja primeira inscrição foi raspada para se traçar outra, que não a esconde de fato, de modo que se pode lê-la por transparência, o antigo sob o novo. Assim, no sentido figurado, entenderemos por palimpsestos (mais literalmente hipertextos), todas as obras derivadas de uma outra obra anterior, por transformação ou por imitação. Dessa literatura de segunda mão, que se escreve através da leitura o lugar e a ação no campo literário geralmente, e lamentavelmente não são reconhecidos. Tentamos aqui explorar esse território. Um texto pode sempre ler um outro, e assim por diante, até o fim dos textos. Este meu texto não escapa à regra: ele a expõe e se expõe a ela. Quem ler por último lerá melhor. (GERARD GENETTE, 2003).

A intertextualidade tem-se constituído como um campo produtivo para os estudos literários e, de modo especial, para a literatura comparada. Essa produtividade favoreceu uma vasta escrita teórica sobre o tema. A abundância de definições e conceitos mostra a

complexidade da questão, bem como a dificuldade de uma enumeração exaustiva de todos os intertextos que a imaginação e o engenho do autor criam.

Para procedermos à análise do *corpus*, selecionamos, dessa larga produção, alguns teóricos que são bastante representativos desse fenômeno para os estudos literários a fim de discorrermos brevemente sobre as suas perspectivas. Neste trabalho, interessa-nos, sobretudo, o modo como as relações intertextuais contribuem para a ficção luandina e o questionamento de duas categorias do intertexto: por um lado, a relação do texto de Luandino Vieira com a sua obra já publicada; por outro, as apropriações de textos e obras de outros autores.

Julia Kristeva (1969), ao discutir a noção de intertextualidade, afirma que “todo texto se constrói como um mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto” (KRISTEVA, 1974, p. 64). A perspectiva teórica de Kristeva parte basicamente dos conceitos de *dialogismo* e *polifonia* de Bakhtin e o conceito de *anagrama* de Saussure, ao sistematizar os seus conceitos, Kristeva identifica a intertextualidade como marca distintiva do discurso e dos textos literários. Dessa forma, a literatura seria diferente de outras formas de linguagem pelo seu caráter dialógico e intertextual.

Mais recentemente, Genette (2003) introduziu a imagem do palimpsesto para definir o aspecto fugaz e provisório que tem acompanhado o texto literário. A escrita palimpséstica, da qual fala o autor, diz respeito às relações textuais através da analogia entre os antigos pergaminhos de couro – cujas inscrições eram sobrepostas após a raspagem do texto anterior – e a criação literária. Desse modo, no sentido metafórico, entendemos por palimpsestos as obras derivadas de obra anterior, ou seja, o significado da obra é atribuído a uma cadeia interminável de significações.

Genette distingue (2003) cinco tipos diferentes de relações transtextuais: a intertextualidade, a paratextualidade, a metatextualidade, a hipertextualidade e a arquitextualidade. Como nos interessa neste trabalho a primeira das relações, é somente dela

que trataremos. Compreende a presença efetiva de um texto em outro, ou seja, a co-presença de dois ou mais textos sob a forma de citações, alusões e plágio.

Conforme afirma Barthes, “qualquer texto é um novo tecido de citações passadas. Pedacos de código, modelos rítmicos, fragmentos de linguagens sociais, etc, passam através do texto e são redistribuídos dentro dele visto que sempre existe linguagem antes e em torno do texto” (BARTHES, 1987, p. 49). A capacidade de um texto convocar outros nos desperta para o entendimento de que texto quer dizer “tecido”, buscando acentuar, em contraposição à noção de produto acabado, sob o qual se oculta (mais ou menos) o sentido, uma ideia gerativa.

Abdala Junior (2007, p. 83) defende que “pela intertextualidade há uma reciclagem ideológica da cultura, isto é, [...] uma apropriação de um patrimônio coletivo mais amplo”. O autor afirma que esse fenômeno constitui um “recurso de modernização literária e de democratização do discurso”.

Os conceitos brevemente apresentados nos permitem afirmar que os textos de Luandino constituem-se um palco privilegiado de análise das relações intertextuais. Os textos são construídos a partir de diálogos estabelecidos com outros autores e também com ele próprio, aparecendo como um mosaico de citações, de alusões a outros textos, como uma escrita sobre a escrita, na tessitura do discurso.

Das perspectivas apresentadas, interessam-nos mais de perto a de Genette (2003), em função de aspectos terminológicos e conceituais desenvolvidos por ele, como a noção de palimpsestos, desenvolvida no decorrer deste texto. Cabe salientar, no entanto, a sua vertente formalista. O seu estudo torna mais clara a teoria da intertextualidade enunciada por Kristeva (1974), mas ignora a existência de elementos determinantes na noção de texto literário, como, por exemplo, a historicidade, a intencionalidade, a função do autor. Esses elementos, por sua vez, são levados em conta por Abdala Junior (2007) que, ao lidar com a questão do patrimônio coletivo, faz intervir nas suas análises o relacionamento dialético com as outras

áreas. É defesa do autor que no “interagir dinâmico do jogo artístico, nossas literaturas procuram ganhar novo vigor” (ABDALA JUNIOR, 2007, p. 83).

Em *Nós, os do Makulusu* (1975), especificamente, a intertextualidade apresenta-se como uma das práticas discursivas estruturantes do texto. O romance apresenta uma estrutura diegética muito bem elaborada, numa alternância constante entre três planos temporais: o presente da enunciação diegética, o passado da convocação da memória e uma antecipação de vivências (individuais e nacionais) futuras.

O livro, já na epígrafe, sintetiza de forma bastante produtiva a perspectiva sob a qual pretendemos refletir acerca da intertextualidade (retoma um enunciado em quimbundo: “...*mukonda kutuatundu Kia, ki tutena kumona-ku dingi kima. O kima, tu tuala um ia*”⁷⁰ (NM, p. 11). Trata-se do fragmento de um *missosso*⁷¹, narrativa tradicional angolana que se caracteriza, dentre outros elementos, pela presença de uma fórmula de abertura, *eme ngateletele*, que, de acordo com o próprio Luandino, significa “reunir vários tempos”. A utilização do *missosso* confere à história um caráter de fábula, de encantamento, mas sempre com visão crítica. As marcas da tradição oral do *missosso* encontram-se também sob as formas das lições de exemplaridade ao final das fábulas tradicionais angolanas.

Não é bastante criar o *missosso*; o importante é a arte de contá-lo, a sua interpretação no contexto onde é elaborado e com cuja manutenção ele se acumplia. Desse modo, a estrutura simples vem a ser uma exigência da forma narrativa, muito mais viva como forma cinética do mundo da oralidade do que como produção estática do mundo da letra (PADILHA, 1995, p.31).

Segundo Genette (2003), a epígrafe pode desempenhar três funções essenciais: comentar um título, comentar um texto ou sustentar a obra. Diz o autor: “Mas o prazer do hipertexto é também um jogo. A porosidade das divisões entre os regimes deve-se, sobretudo,

⁷⁰ “Porque de onde viemos nada mais há para ver. O que procuramos está lá para onde vamos” (*apud* VIEIRA, 2004, p. 155).

⁷¹ No *missosso* de que foi extraída a epígrafe, tem-se justamente uma imagem figurada do passado e do futuro caminhando juntos por uma mesma estrada (VIEIRA, 2004, p. 155).

à força de contágio, neste aspecto da produção literária, do regime lúdico” (GENETTE, 2003, p. 93).

Em uma linguagem repleta de expressões em quimbundo, a epígrafe de abertura do romance, que, conforme as funções citadas por Genette (2003), pode ser caracterizada como um texto que sustenta a obra, remete-nos para uma temporalidade percorrida tanto pelo passado quanto pelo futuro. Associando a epígrafe à trama romanesca, podemos pensar em um plano de futuro que já não é apenas linguístico, mas também histórico. A narrativa encena as lembranças, sonhos, desejos, cujo sujeito, interrogando-se até a última linha, representa o espelho de uma geração, frente à necessidade histórica de uma guerra de libertação, individual, coletiva. Trata-se de um regresso ao passado, para, a partir desse, construir o futuro.

Em entrevista a Michel Laban, Luandino esclarece:

Há uma espécie de premonição. Isso é o que, em termos de estrutura narrativa, penso que seja o sentido histórico. A visão da história que faz com que o narrador invente e minta em relação ao futuro que ele ainda não conhece, mas que põe como se já soubesse que vai suceder assim (*apud* LABAN *et alii*, 1980, p. 32).

Pelo exposto, observamos que, em *Nós, os do Makukusu*, Luandino procede à integração da história na ficção. O romance aborda o conflito entre diferentes posições diante de uma realidade assaltada por contradições, incluindo as questões à voltada luta pela independência de Angola. Desde o primeiro parágrafo do romance, a morte deflagra a memória do personagem-narrador, Mais-Velho, que percebe, no movimento ondulante do corpo do irmão morto, levado, em sua última viagem, “por quatro mãos que são de alturas, andares, passos, sentimentos diferentes” (NM, p. 11), o movimento da sua própria existência, sugerindo uma percepção da vida como uma viagem, um deslocamento, em outras palavras, uma vida em trânsito, conforme sugere a epígrafe de abertura do romance apresentada acima.

Outro aspecto importante que percebemos na escrita luandina é a interpenetração de suas narrativas – a migração de personagens e acontecimentos entre os três livros aqui analisados. Dentre as personagens luandinas inseridas na trama romanesca, “circulam os trabalhadores explorados, sapateiros, alfaiates [...], representantes da população pobre da periferia de Luanda” (CHAVES, 2005, p. 29). O escritor não fica apenas nessa seleção “e vai ainda buscar aqueles postos completamente fora dos limites da chamada sociedade organizada”, ou seja, no universo social desfavorecido dos musseques de Luanda.

No romance *Nós, os do Makulusu*, por exemplo, as personagens são homens e mulheres que contribuíram para a independência de Angola, constituindo cada personagem um espaço de contradições, como podemos considerar nas relações exemplificadas a seguir: Mais-Velho e Maninho, brancos e filhos de colonos portugueses; Paizinho, o meio-irmão mestiço, filho do pai com uma negra angolana; e Kibiaka, o negro angolano, filho da terra. Sobre todos eles Mais-Velho faz análises e conclui ser Kibiaka o mais digno de todos:

Tinha dignidade, tinha mais dignidade que todos nós que, para não andarmos de quedes macambiras como ele e comer de vez em quando como ele e porque Maricota dava e ele aceitava, nunca nenhum de nós, os do Makulusu, consegui-lhe colar na palma da mão uma nota ou uma moeda, trabalho sim. (NM, p. 133-134).

No primeiro romance da trilogia, *O livro dos rios*, a intriga passa pela história pessoal de um protagonista negro – “eu, negro” (Kene Vua/Kapapa/Diamantinho) – que põe em jogo, com a sua biografia de guerrilheiro, episódios históricos da colonização portuguesa em Angola. Os aspectos são variados: vão de uma homenagem a Agostinho Neto⁷², a uma dedicatória a Langston Hughes, até o protagonismo do negro, passando pelo relato da traição e justiça aplicada a um guerrilheiro. Dentre as personagens do romance, Kibiaka parte do grupo dos guerrilheiros, que, refugiado na mata, organiza a luta de resistência contra o poder colonial.

⁷² Sobre esta questão, remetemos ao capítulo anterior.

Neste romance, Kibiaka aparece em uma cena de grande importância na narrativa, como, por exemplo, no momento em que o companheiro de guerrilha é julgado por traição e condenado à morte. Kibiaka intervém, para defender o comandante das injúrias de Batuloza, revelando a mesma dignidade e coragem demonstradas pela personagem em *Nós, os do Makulusu*. Diante desse contexto, mais uma vez o romance traz a tensão da guerra de libertação, tendo em vista a recuperação desta personagem, que, de algum modo, simboliza um período de grande violência na história de Angola.

Em *O livro dos guerrilheiros*, que aborda a questão da guerra de libertação e dos seus heróis guerrilheiros, encontramos a personagem homônima de *Nós, os do Makulusu* e do *Livro dos rios*: Kibiaka, a quem chamava o Parabelo, que foi guerrilheiro nas lutas de libertação, “o assobiador de passarinho” (GUERRILHEIROS, p. 43), cujo canto é a poesia da luta. Os ecos intertextuais constituem-se como um retorno ao passado, e o “autor”, em nota de rodapé, admite que a personagem Kibiaka é reincidente ficcional de *Nós, os do Makulusu*:

Quando ouvi, pelo ex-guerrilheiro Kene Nvua – o meu amigo Diamantinho KINHOKA, o Kapapa – esta biografia, apressei-me a ler-lhe, do meu livro *Nós, os do Makulusu* umas passagens referentes a uma personagem. Chamava-se igualmente Kibiaka. Tinha-me surgido, em sonhos, no Tarrafal de Santiago. [...] Conteí tudo isto ao Kapapa. Ele me olhou, assanhado, com a minha dúvida e ripostou sem pestanejar: “E qual é, ó branco?!... O quilulo do avô dele t’avisou nos sonhos. Te confiou entanto que escritor...” – e acabou de beber sua cervejinha, sem nunca mais. (GUERRILHEIROS, p. 53).

O diálogo textual presente no fragmento acima, portanto, pressupõe uma mensagem autoral, que, no nosso entender, implica os procedimentos de estratégias textuais do discurso – são mostras da consciência e intencionalidade autoral. Estamos, pois, diante de uma escrita que desdobra em um processo do projeto político, por um lado, e a lucidez estética, por outro; nem sempre de interpretação linear, devido à estrutura fragmentada do discurso e à frequente utilização do quimbundo.

Um olhar mais atento nos leva a observar que a temática e a construção discursiva da narrativa se entrelaçam no texto literário, ou seja, na maior parte dos romances, a proposta ficcional sempre refletiu sobre a realidade sociopolítica cultural dos angolanos. Chaves (2012, p.95) ressalta que “a guerra eleva-se como fato essencial, porém o mais evidente elo de ligação está na presença de Kibiaka, um dos Makulusu, nos dois volumes da trilogia” (CHAVES, 2012, p. 95).

Além da personagem Kibiaka, também ressaltamos Kapapa, protagonista de *O livro dos rios*, em *Livro dos guerrilheiros* e na narrativa *Kapapa, – pássaros e peixes*, publicada na coleção *98 Mares*, comemorativa da Expo 98. Luandino recupera a personagem Kapapa no *Livro dos guerrilheiros*: “[...] eu era o Kapapa de novo, o guerrilheiro Kene Vua s’afogara em meu corpo salgado” [...] (GUERRILHEIROS, p. 30); ou “Ainda bem que o Kapapa já tinha saído embora na canoa com o comandante Rui de Matos” [...] (Guerrilheiros, p. 59); ainda “E o general Kimbalanganza tinha aprisionado na canoa do Kapapa”, [...] (GUERRILHEIROS, p. 90). Portanto, a trajetória de algumas personagens, como Kapapa, é atravessada por uma tensão, advinda, pelas mais diversas razões, às circunstâncias históricas da guerra de libertação, mais especificamente, dos ataques violentos pelos flechas contra os guerrilheiros na mata.

Nos jogos dialógicos atualizados por Luandino, a referência a Langston Hughes é explícita e muito significativa, o que levou Laura Padilha a afirmar que o poema intitulado *The Negro Speaks of Rivers*, é “uma das nascentes do rio romanesco” (PADILHA, 2008, p. 320). Entretanto, diferente de Léon Damas, Nicolás Guillén, Léopold Sédar Senghor, Aimé Césaire, autores que, dentre outros, tiveram a obra de Hughes como fonte de inspiração, Luandino Vieira faz referência direta apenas ao poema acima citado. Se pudessemos estabelecer uma relação de quantidade na diferença apontada, elegeríamos como de menor quantidade a retomada realizada por este escritor. Apesar de buscar, mais explicitamente,

somente uma das obras de Hughes, é possível observarmos a intensidade de como o poder revolucionário do mais expressivo poeta negro americano é transposto para a realidade angolana através da escrita resistente.

O tributo a Hughes pela instância autoral, na abertura da obra, constitui uma espécie de labirinto em que palavras, imagens se entrelaçam uns aos outros, independente de uma porta de entrada principal ou de um ponto de chegada, em um movimento tal como a escrita palimpséstica de Genette. É, antes de mais nada, um exercício intertextual no qual o escritor oferece ao leitor as chaves para participar de determinado trajeto, buscando significados existentes ou produzindo outros. Observemos como a versão de Luandino se aproxima do poema de Hughes

The Negro Speaks of Rivers

I've known rivers:

I've known rivers ancient as the world and older than the flow of human blood in human veins.

My soul has grown deep like the rivers⁷³. (HUGHES, 1995, p. 23).

Conheci rios.

Primevos. Primitivos rios, entes passados do mundo, lodosas torrentes de

Desumano sangue

Nas veias dos homens.

Minha alma escorre funda como a água desses rios. (RIOS, p. 15).

Os ecos intertextuais no romance de Luandino, portanto, se constroem com base num diálogo textual com o poema de Hughes (1995), mantendo uma estrutura discursiva muito próxima da mensagem original, mas com adaptações semânticas. E, por isso, essa escrita atravessa o rio da história angolana, o contexto de guerra (que ainda permanecerá por muitos anos), a independência, bem como a história de todos aqueles que lutaram em Angola e em outras geografias pela libertação de todas as formas de opressão.

⁷³ O Negro Fala dos Rios

Conheci rios:

Conheci rios tão antigos como o mundo e mais velho do que o sangue nas veias dos homens.

Minha alma cresceu tão profunda como os rios.

(Tradução livre, de minha autoria).

Os versos “Desumano sangue / nas veias dos homens” (p. 15) apresentam, nas entrelinhas do romance, a representação metafórica de um tempo fraturado pelas guerras que marcaram a segunda metade do século XX. Guerras que atravessaram as narrativas luandinas, marcando tempos e espaços, com sua presença no imaginário e na literatura de um país, que, com grande intensidade, experimentou-as de diferentes modos.

Além das relações intertextuais apontadas acima, também encontramos outras vozes resgatadas pelo narrador, dentre as quais destacamos a de Camões e a de alguns textos bíblicos. O diálogo com os textos de Camões nos chega através de expressões como: “Que me quereis perpétuas lembranças” (NM, p. 68) ou “sôbolos sonhados rios”⁷⁴. Encontramos ainda “agora sim, oiço claramente visto” (RIOS, p. 45); “Olharam e viram. Claramente visto, o sol, ferro em brasa” (RIOS, p. 70). Podemos afirmar, respeitando o contexto dos textos, que esses versos retomam uma passagem da epopeia quinhentista camoniana. Camões descreve o curioso fogo de Santelmo; Luandino descreve o nascer do sol sobre o Kwanza.

Através da literatura de segunda mão (GENETTE, 2003), em que um texto pode sempre ler outro, e assim por diante, Luandino Vieira convoca para os seus romances um coletivo de heróis/guerrilheiros/homens/mulheres, cuja “alma escorre funda como a água desses rios” (RIOS, p. 15). A escrita palimpséstica representa, portanto, a reminiscência sob cujo texto descobre escritas anteriores.

O texto *Kapapa, – pássaros e peixes*, é retomado na sua totalidade, com algumas alterações discursivas, constituindo o quarto capítulo de *O livro dos rios*, intitulado *Eu, o Kapapa*. Nesse texto, percebemos características desse processo da escrita palimpséstica, no qual, retomando-se o que já tinha sido escrito, superpõe outro texto diferente do primeiro. A narrativa de 1998, na nota da edição, traz a seguinte indicação: “Esta narrativa fez parte do romance, *Águas-do-mar, o Guerrilheiro*. Inédito por incineração”. O que, num primeiro

⁷⁴ Estas palavras encontram-se na dedicatória de *O livro dos rios*.

momento, pode parecer somente duas versões do texto possibilita-nos, contudo, observar alguns procedimentos da escrita luandina. Tomemos alguns exemplos, apontando semelhança e diferença entre os dois textos:

outro vento veio encher o céu esvaziado de trovão e relâmpago, senti a canoa me fugir nos largos pés de raia. (KAPAPA, p. 21).

vento outro veio encher no céu esvaziado de trovão e relâmpago, *senti canoa* que *derretia* em baixo dos largos pés de raia. (RIOS, p. 108).

Esses exemplos, do cotejo dos dois textos, remetem à construção do texto, em um trabalho de diálogo e reescrita. Observamos que as marcas de autoria presentes no texto de Luandino Vieira, o estilo do autor, resultam de um trabalho com/sobre a linguagem, de um trabalho de manutenção e modificação de expressões, de pontuação. Sobretudo é curioso verificar que o escritor tem intensificado as marcas linguísticas, numa prática em que o escritor considera a “recriação, com muita liberdade pessoal, de certas formas do discurso popular” (VIEIRA, 1980, p.58).

Nos fragmentos citados, vale destacar os sentidos produzidos pela reescrita. O processo recai sobre o que gramaticalmente consideramos termos determinantes, cujos substantivos, no caso *vento* e *canoa*, têm o seu sentido alterado. No caso de *vento*, cujo determinante antes anteposto passa a posposto, produz-se um sentido de mais indeterminação. Enunciar “outro vento” é dizer que não há apenas um vento. Enunciar “vento outro” é produzir um dizer de mudança. Ou seja, um vento diferente, modificado, novo “veio encher...”. Há nessa construção uma musicalidade resultante da união da vogal final de *vento* e inicial de *outro*, o que nos faz fundir as palavras numa só: *ventoutro*.

Já em “a canoa”, a supressão do artigo, na reescrita, anula o sentido de determinação. Em “a canoa”, temos um objeto que é identificado como algo usado como meio de transporte, que, num determinado contexto, afirmar-se que fugiu. Com a supressão do *a*, temos o termo *canoa* ressignificado. É como se o escritor não se referisse ao objeto canoa.

Vejamos, a título de exemplo, as duas versões da narração sobre as mudanças climáticas que assustam Kapapa:

Nova rajada de vento que assobiou na ponta do ximbico. (KAPAPA, p. 21).

Nova rajada de vento que *sobiou* na ponta do bordão do ximbico. (RIOS, p. 108).

E olhei o céu, de primeiro. Banzo. Não podia ser. Todo o horizonte, toda a volta da manhã que nascera limpa e clara, que era só uma nuvem única, sem intervalo nem descanso, ou buraco de azul em cinzento de pérola, o sol se evadira – sombra de nuvem negra em fundo de mar de areia nunca ia poder ser. O banco das algas, a mata submarinha? (KAPAPA, p. 20).

Saltei meus olhos no céu logo-logo, para dar encontro a tão negra nuvem, a cuja sombra brilhava lá no fundo do quissequele. Banzei: nada. Nada, quimiqua era. O ar cheio de vazio. Todo o horizonte, zênite e linha equinocial e antípoda, toda a volta da manhã que o dia tinha lhe nascido limpa e clara, que era só nuvem única, sem intervalo nem descanso ou buraco de azul em cinzento de pérola, mais nada. Sol s’evadira – portanto: sombra de nuvem negra em fundo de mar de areia limpa, nunca que ia poder ser. Seria então o banco das algas, a mata submarinha? (RIOS, p. 107).

No último fragmento, o escritor nos presenteia com uma elaboração mais detalhada, em que a descrição se faz destacar. A cena é apresentada de tal forma que não há a necessidade de muitos verbos para imprimir ação. Não é o ato que importa, importa a percepção do momento, em que a “nuvem negra” é elemento de destaque. Há o ressaltar da “negra nuvem”, na medida em que essa expressão não só é repetida, mas também reforçada por um termo conclusivo, o que evidencia a importância desse elemento no contexto.

Mais uma vez observamos a incorporação de elementos caracterizadores da escrita luandina, a exemplo da angolização, dos neologismos. Esse debruçar sobre um texto publicado parece ter significado para o escritor a possibilidade de imprimir a ele, texto, em maior número e intensidade, aspectos, elementos que são reveladores da escrita luandina. O termo *assobiar*, por exemplo, escrito conforme o prescrito em dicionário da língua portuguesa, ganha, no texto mais recente, uma grafia diferente dos padrões normativos: a “rajada de vento sobiou”.

A presença de intertextos na obra de Luandino não se limita às relações intertextuais que estabelece entre os seus textos, mas fazem-se ouvir de outros e variados modos. O escritor, ao fazer apelo à sua memória, convoca igualmente a do leitor, em um incessante diálogo textual feito de cruzamentos e intersecções de cultura. Desse modo, a escrita fortemente marcada pela memória transborda em cada obra do autor em um “espaço de dimensões múltiplas, onde se casam e se contestam escrituras variadas, das quais nenhuma é original: o texto é um tecido de citações, oriundas dos mil focos da cultura” (BARTHES, 2012, p. 62). Ou seja, à capacidade de um texto convocar outros textos e outros autores, transformando o discurso em um tecido textual novo de citações antigas, retomando aqui a famosa teoria de Barthes (2012).

4. 3. DE ESCRITA / DE TRAVESSIA

A imagem da travessia que povoa o texto é senha para o mergulho nessas águas que o autor oferece em mais uma manifestação da sua excepcional capacidade de combinar invenção e resistência. (CHAVES, 2006)⁷⁵

É nesse contexto de travessia que surge a obra de Luandino Vieira. A “sua excepcional capacidade de combinar invenção e resistência”, como destaca Chaves (2006), pode ser vista em diversos romances do autor e, em especial, nos três do nosso *corpus*, *Nós, os do Makulusu* (1975), *De rios velhos e Guerrilheiros – O livro dos rios* (2006) e *O livro dos guerrilheiros* (2009), que são emblemáticos por trazerem para a ficção a guerra e a violência, entre os anos de 1961 e 1975, o repensar dos elementos que levaram à independência de Angola e o posterior desencanto diante da história que se constrói. Por este motivo, as imagens e personagens construídas por Luandino Vieira são representativas de momentos de contradições e fissuras do árduo período de conflitos que sucedeu à independência.

⁷⁵Texto de apresentação do Romance “De Rios Velhos e Guerrilheiros – O livro dos rios (orelha do livro).

Em *O livro dos rios*, o narrador apresenta ao leitor a carga metafórica das águas que transbordam de significação no processo da escrita. As águas que “abraçava então toda a terra angolana” (RIOS, p. 115) tornam-na um dos elementos mais simbólicos das obras de Luandino Vieira. Em Angola a relação existente entre o Homem e a Água é mais intensa do que na Europa, já que o país passa por longos períodos de seca, e, por isso, a água é um bem muito valorizado por toda a população. Além disso, as significações simbólicas da água encontram-se nas mais antigas civilizações sempre relacionadas com a origem do mundo e com a mitologia. Na Bíblia, por exemplo, representa a vida espiritual e o Espírito oferecido pelo Pai aos homens por meio de seu filho. Como afirma Chevalier (2012, p.18), em seu dicionário de símbolos, “São Atanásio explica o sentido dessa doutrina, dizendo: O Pai sendo a fonte, o Filho é denominado de rio, e diz-se que nós bebemos o Espírito (Ad Serapionem, 1,19). A água se reveste, então, de um sentido de eternidade” (CHEVALIER, 2012, p. 18).

Também a imagem dos rios surge praticamente em todas as obras de Luandino Vieira, em algumas mais marcantes do que em outras. Como já observamos no capítulo anterior, os textos mais indicados parecem ser *O livro dos rios* e *A vida verdadeira de Domingos Xavier*. Nesta obra, a imagem da água/rio é muito presente; quer na barragem, onde trabalha Domingos, quer no pensamento das diversas personagens, o rio, no geral, e o rio Kwanza, sobretudo, surge associado à luta pela resistência do povo angolano, à ideia de renascimentos e ritos de passagem.

Em *O livro dos rios*, muitos são os rios que perpassam o texto: Lukala, “rio cego, rio lento depois” (RIOS, p. 17); Lombiji, “rio do ouro, águas amarelas” (RIOS, p. 18); Kalukala, “Benaventurado [...] rio de tantas matas e bases de apoio e acolho e passagem”(RIOS, p. 18-19); Nzenga-Mlengu, Bengo, Zenza “nasce da morte das laranjas” (RIOS, p. 20); Alukaze, “rio da morte ao meio-dia, um que secou depois da independência” (RIOS, p. 20); Luandu, “o todo poderoso, o que é tigre” (RIOS, p. 20); Ngangu, “rio vermelho, rio ruivo[...] rio-filho-da-

puta-ruivo e cabrão - malcheiroso” (RIOS, p. 67-78); KamuKembi “fresco nome e ares” (RIOS, p. 73); Kamukekele, “riozinho mui paciente” (RIOS, p. 74); Lube, “gatuno, invasor, traquino, um rio de morro, rio réu” (RIOS, p. 74); Kifangando, Kabidikisu “ribeiro de escorrer muita luz” (RIOS, p. 76.); Canganga, Golungo, Kipakasa “o pequeno rio que morreu na guerra, matarizado de sangue” (RIOS, p. 88-89); Luandu, “o que sempre nasce com o sol atrás dele” (RIOS, p. 76.) e, finalmente, o rio dos rios, O Kwanza. “nosso Eufrates, rio de braços abertos, benção de Deus” (RIOS, 76.).

Ao longo da narrativa de *O livro dos rios*, o jogo da escrita intensifica-se através da travessia dos rios/águas da memória. Kene Vua vai enumerando, recordando, como se obedecesse a uma hierarquia: há “rios desalforriados” e “rios avassalados que estão em livros de atlas” (RIOS, p. 67), há “rios mangonheiros” (RIOS, p. 67) e “rios raivosos, rebeldes, rebelados” (RIOS, p. 17).

A importância dada por Luandino Vieira à imagem do Kwanza – representação de um rio do povo angolano, mas, principalmente, o Kwanza como uma grande metáfora que atravessa a narrativa – também encontra raízes entre os gregos, segundo a qual “os rios eram objeto de culto; eram quase divinizados, como filhos do Oceano e pai das Ninfas” (CHEVALIER, 2012, p. 781). O rio da sabedoria por onde Kene Vua “tinha descido rio acima, ia subir para baixo” (RIOS, p. 114), percorrendo “todo o mar do mundo [que] estava de regresso, era afinal só minha rio, meu mãe, nosso pai Kwanza” (RIOS, p. 114). O personagem-narrador ainda acrescenta: “mergulhei de lento meu corpo de prego, ajoelhei na barriga da minha mãe, me uterinei todo [...] mais nu eu queria estar para me nascer, morrer e matar” (RIOS, p. 121). Num sentido amplo, os rios metaforizam a identidade angolana e, num sentido particular, dizem respeito à fluidez, musicalidade e ritmo do texto.

Assim, os elementos rio e águas assumem múltiplos sentidos no romance de Luandino Vieira. Por um lado, o escritor constrói o espaço ficcional na travessia de todos esses rios. Por

outro, o rio é conotado com a ideia de servir de integração com a temática da resistência já abordada em outras narrativas; bem como, de separação e divergências culturais-políticas e até mesmo espirituais por conta do longo período de guerra em Angola. Para Chevalier, “o simbolismo do rio e do fluir de suas águas é, ao mesmo tempo, o da *possibilidade universal* e o da *fluides das formas*, o da fertilidade, da morte e da renovação” (CHEVALIER, 2012, p. 780).

Sobre a construção desta escrita que combina “invenção e resistência” muito já foi dito. Ajudam-nos a compreender esse processo de reflexões do escritor moçambicano Mia Couto⁷⁶ a respeito de seu próprio trabalho e da sua relação com Guimarães Rosa. A imagem da escrita associada a uma “viagem interminável”, da qual falou Mia Couto, é bastante produtiva, pois ele afirma que o contato com a obra de Rosa dá-se via Luandino Vieira⁷⁷, que é, segundo o escritor, o caso paradigmático da força da sua influência em África. Sobre a reinvenção da escrita o autor comenta: “Mais que a invenção de palavras, o que me tocou foi a emergência de uma poesia que me fazia sair do mundo. [...] uma linguagem em estado de transe, que entrava em transe como os médiuns das cerimônias mágicas e religiosas” (COUTO, 2011, p. 118).

Nesta análise, o que a discussão sobre a linguagem traz como questões para a escrita/travessia seria algo em torno do seguinte: como o texto de Luandino articula, ou vai além de uma mera articulação, reinventando, recriando, sugerindo novas possibilidades de leitura, a partir de uma visão de cruzamento/travessia que todos os textos reúnem em si textos outros, ou seja, “um mosaico de citações”, constituindo uma rede dialógica. Contudo, além dos cruzamentos, ou talvez pudéssemos dizer que, parafraseando Mia sobre os textos de

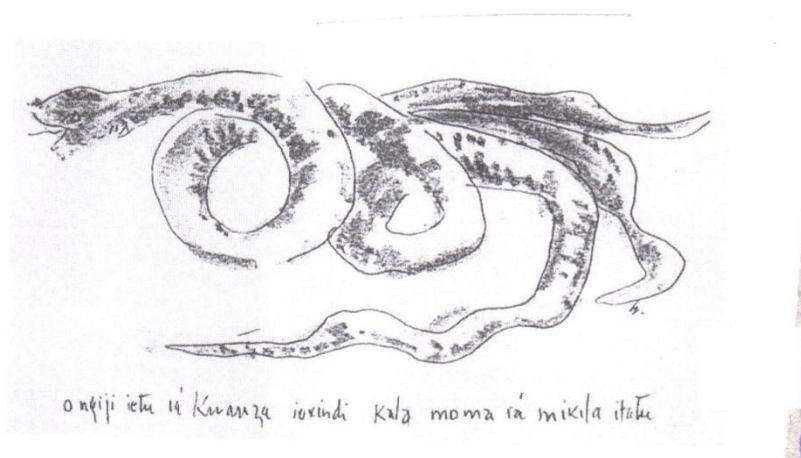
⁷⁶ Ver Couto (2011).

⁷⁷ “[...] Depois foi, naturalmente, o Luandino, o primeiro escritor que me mostrou que, desarrumando a língua, estaremos fazendo uma coisa que é nossa, e é natural que Angola tivesse um processo muito parecido com o nosso. Eu fiquei logo cheio de inveja de Luandino. Depois li uma entrevista na qual ele citava Guimarães Rosa como alguém que tinha operado nele aquilo que ele tinha operado em mim”. Cf. Folha de São Paulo, S. Paulo, de 18 de novembro de 1998.

Guimarães, “Os livros (de Luandino Vieira) atiravam-me para fora da escrita como se, de repente, eu me tivesse convertido(a) num(a) analfabeto(a) selectivo. [...] eu devia fazer uso de um outro acto que não é ‘ler’, mas que pede um verbo que ainda não tem nome” (COUTO, 2011, p. 118).

Essas e outras questões, colocadas ao longo da análise das obras do nosso *corpus*, deixam ver a importância da narração e da escrita para a constituição do sujeito. Importância sempre reconhecida como a de rememoração, da retomada salvadora pela palavra, da palavra passada do avô ao neto, bem como das palavras mágicas “que curam a ferida e, também, da palavra enquanto narração” (GAGNEBIN, 2006, p. 109).

Nesse sentido, é interessante retornamos a narrativa de *O livro dos rios*, na qual são utilizadas estratégias textuais que caracterizam uma intencionalidade autoral. Dentre os vários elementos que podemos listar, destacamos apenas alguns: a estrutura gráfica apresenta diferentes caracteres tipográficos, aparecem frases em itálico marcando a fala das personagens no interior de parágrafos, cujo espaçamento, tamanho das letras são diferentes de outros, notas de rodapé com comentários do autor, ou ainda a imagem de uma cobra com três caudas, desenhada pelo próprio Luandino Vieira já quase no final do romance, “nosso rio Kwanza” (RIOS, p. 127):



A representação iconográfica do Kwanza, “jiboia de três caudas”, é formada de uma tríade “nos seus três fios de água, lá nas altas serras do Biê – onde o mundo acaba e todas as águas começam” (RIOS, p. 126). Desse modo, a imagem do Kwanza no desenho acima, metaforizada ao longo do romance, representa simbolicamente as três gerações familiares que são convocadas e invocadas para a narrativa, representadas pelo avô ancestral Kinhoka Nzaji, “o meu avô desalforriado” (RIOS, p. 18), pelo pai assimilado Kimôngua Paka, o falso bêbado (RIOS, p. 31) e pelo patrão e amigo português, Lopo Gravinho, “o patrão do barco” (RIOS, p. 32). Assim, como afirma Mattos (2012), é imprescindível “redefinir o curso do rio-identidade da nação angolana. [...], Kwanza, rio de caudaloso curso, a concentrar em suas águas a força da representação nacional, há que se reconhecer que esse rio-pai é tributário do Lukala e de outros tantos rios, riachos, riachuelos até” (p. 80). Essa simbologia do “rio-identidade”, conforme o autor, nos faz reportar à travessia do rio Kwanza com sua importância histórica e identitária no quadro da nação angolana e, particularmente, da luta dos guerrilheiros pela independência.

A ideia do discurso da identidade na contemporaneidade é mais profunda que há tempos atrás. Ela é proveniente das revoluções “que soçobraram na burocracia e na repressão; provém das violências totalitárias que se fizeram passar por revoluções” (LÉVINAS, 1993, p.94). Ainda segundo Lévinas, o conceito de identidade vê-se em “xeque”, uma vez que devemos aprender a nos defender do desejo de identificação do eu comigo mesmo. Esta “responsabilidade pelo outro”, defendida por Lévinas, desemboca na questão do indivíduo enquanto sujeito coletivo. “A interioridade não seria rigorosamente interior. *Eu é um outro*” (p. 94).

Por esse motivo, o romance *O livro dos rios*, ao aliar literatura e identidade, oferece ao leitor um panorama bastante rico da sociedade angolana, pois, além de ficcionalizar fatos ligados, principalmente, ao período da guerra de libertação do país, o faz de forma crítica; a

construção do seu narrador-personagem, por exemplo, como um negro angolano, em busca de sua identidade, amplia a convivência com identidades fraturadas. Dividido entre as lições do avô e do pai, negros, e os ensinamentos do capitão branco português, o narrador-personagem rompe com os limites que supõem sua existência monolítica e amplia a “responsabilidade pelo outro”. É sobre esta fratura interna, marcadas pela guerra que o devir não apaga, ou seja, “da ferida que vira cicatriz, encontramos, então, as noções de filiação, de aliança, de poder da palavra e de necessidade de narração” (GAGNEBIN, 2006, p.109).

Os fragmentos abaixo dos rios da memória é um exemplo claro do poder da palavra e da necessidade de narração que atravessa a escrita luandina:

Conheci rios: rios antigos, jimbumbas na pele da terra angolense, cicatrizes que nascem eterno sangue, uma água cega. E rios novos, rios de água dormidas, lágrimas acordadas a tiro e catanada. Rios amigos quando ainda as matas eram nossas. (RIOS, p. 21).

De todos direi – dos velhos rios de arrugadas margens [...] e rios desalforriados agora, avassalados que estão em livros de atlas; os antepassados rios de sangue, enxurrados na memória dos homens; dos futuros rios falaria, nascidos que vão ser de uma água gorda, lama saindo nos fundos dos mares, esgotos peregrinos. [...] Capitulo os versículos de suas águas, numero as vitórias que aos nossos deram. (RIOS, p. 67).

A imagem rios/águas plasmada na narrativa representa uma metáfora que transborda como “os antepassados rios de sangue, enxurrados na memória dos homens”, (RIOS, p. 67) mulheres, guerrilheiros, crianças que, com tantos outros, vão construindo o processo de libertação da terra angolana. Nesse sentido, na travessia itinerante pelos rios de Angola, e pelo “rio dos rios”, o Kwanza, “jiboia de três caudas”, em seus múltiplos movimentos e conotações poéticas, a escrita de Luandino Vieira “traz-nos um novo espaço, conduzindo-nos pelos rios que recortam a memória de um tempo e vão desaguar numa narrativa densa”. (CHAVES, 2006).

A marca de mobilidade do narrador/protagonista pelos rios e suas águas, um dos aspectos que torna a narrativa densa, nos permite reconhecer por que muitos consideram ser este um romance muito difícil de ser lido. Acerca disso comenta Rita Chaves: “O narrador

convoca-nos para uma viagem cuja marca dominante é o risco, arrastando-nos para um turbilhão de imagens e sentidos que tornam impossível qualquer hipótese de sossego” (CHAVES, 2006).

O turbilhão de imagens e sentidos reiterados acima percorre a narrativa do início ao fim. Nas páginas finais, a afirmação do narrador –“Fecho então meu livro primeiro dos rios” (RIOS, p. 126) – parece nos levar para o prolongamento da história. Aí, Luandino começa a cumprir a promessa de uma trilogia.

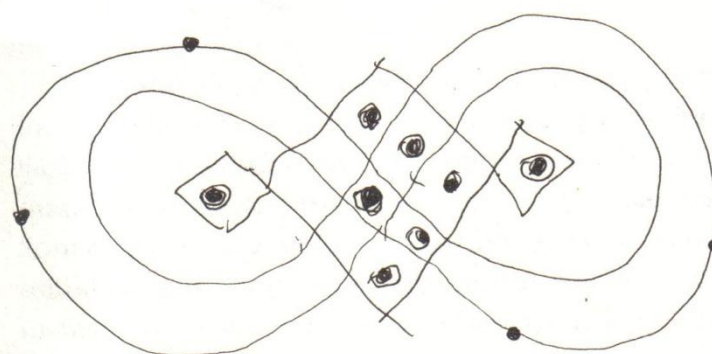
Em relação às estratégias discursivas, percebemos a manutenção de uma mesma titulação e a repetição da entrada discursiva: “Conheci rios” (RIOS, p. 15), no capítulo Rios, I; “Conheci rios” (RIOS, p. 67), no capítulo Rios, II; e, finalmente, no capítulo Rios, III, depois de “Conheci rios”, a narrativa prossegue com uma segunda frase: “E sonhei um sonho.” (RIOS, p. 127). Vale salientar que a expressão “Conheci rios”, além de iniciar os capítulos citados, surge também no interior dos referidos capítulos, nas páginas 17, 20, 21, 72, 98. Notamos, inicialmente, a descrição do sonho, primeiro contado em português – “adiantei sonhar nosso rio Kwanza desenhado como era uma jiboia de três caudas”. (RIOS, p. 127) –, depois em quimbundo.

Em *O livro dos guerrilheiros*, como vimos, o narrador apresenta os seis retratos das personagens; começa com o “Eu, os guerrilheiros” e termina com “Nós, a Onça”. Cada capítulo, aparentemente individual, funciona como um sonho coletivo “da nossa luta” pela libertação de Angola, que foi sonhada e idealizada, e, de certo modo, até realizada, pois a liberdade chegou em 1975, porém de forma parcial, tendo em vista que o povo angolano continuou esperando pelo futuro, já que o país ainda vive em função de interesses externos.

No texto “Uns e outros, memórias dos guerrilheiros em luta”, Mattos (2010, p. 177) aponta para uma relação de encaixe entre o primeiro volume *De rios velhos e guerrilheiros* e o segundo volume da trilogia, na medida em que a sequência do anterior “se dá no sentido de

que a busca identitária de Diamantino, iniciada em *O Livro dos rios*, prossegue seu curso neste segundo livro, embora ganhe outros contornos”. O narrador de *O Livro dos guerrilheiros* nos dá prova de que todos aqueles que lutaram, em Angola, pela libertação de todas as formas de opressão, vivem na memória dos vivos: com as lembranças coletivas, as lembranças de guerra, num e ir e vir contra o esquecimento.

Enquanto em *O Livro dos rios*, o rio Kwanza, desenhado como uma “jiboia de três caudas”, metáfora identitária, representa simbolicamente as três gerações do narrador fraturado: o avô/o pai/o amigo português; n’*O livro dos guerrilheiros*, inscreve e escreve um desenho representando “uma onça seguindo seus trilhos de caça com as sete pintas principais de sua pele” (GUERRILHEIROS, p. 95). Assim, a imagem de uma onça, no desenho abaixo, representa a metáfora da força coletiva:



Este desenho representa uma onça seguindo seus trilhos de caça com as sete pintas principais de sua pele. (Desenho infantil, na areia da praia.)

No que concerne à dimensão simbólica da onça⁷⁸ com as sete pintas, a imagem faz referência a uma antiga tradição do povo quioco⁷⁹, cujos desenhos são geralmente executados

⁷⁸ Sigamos, enfim, com o narrador, para a parte final do texto, encontrado, em definitivo, o refulgir de outro símbolo, retirado, de “Meu Tio, o Iauareté” de Guimarães Rosa, já refeito e neutralizado em “Nós, a Onça”. (Cf. CASTELO BRANCO, 2012, p. 103).

⁷⁹ A população quioca vive no nordeste de Angola. É um povo de caçadores, que se dedica também à agricultura. Os quiocos são famosos pela sua arte. Gostam de ornamentar as paredes das casas com desenhos.

“na areia da praia” (GUERRILHEIROS, p. 95) e servem para ilustrar historietas, lendas e adivinhações. Segundo Mattos (2010), a referência a um desenho que se apaga com a mão ou nas ondas do mar “é simbólica, tanto do ponto de vista histórico-cultural, na medida em que essa manifestação está a perder-se na memória coletiva angolana, quanto do ponto de vista narrativo”, que pode ser visto em um limite instável entre a memória e o esquecimento.

No último retrato apresentado em *O livro dos guerrilheiros*: “Nós, a Onça”, “a esperança estará, portanto, na geração futura que deverá receber a herança da luta de libertação e abrir um tempo novo” (RIBEIRO, 2010, p. 102). Não por acaso, a escrita desse capítulo é a travessia de memórias e tempos outros, em uma rememoração que vai e vem, deslizando por acontecimentos e pela geração que protagonizou a luta, o cruzar também da esperança com “a tragédia”.

Portanto, as três gerações do narrador Kene Vua, metaforizada na imagem da “jiboia de três caudas” no romance anterior, agora no *Livro dos guerrilheiros*, evidenciará uma outra imagem, através da “onça seguindo seus trilhos”, que se unirá aos ex-companheiros de luta: ao avô, “o bravo dos pés descalços, malha de pata de onça em movimento” (GUERRILHEIROS, p. 98); o pai, “o prudente dos pés calçados, pequena malha em cabeça de onça, armado de sua 3ª classe condiscípula de Agostinho Neto” (GUERRILHEIROS, p. 98); “E eu? Com eles cheguei nas margens dum rio, [...] nós é quem éramos os apressados canoieiros” (GUERRILHEIROS, p. 98).

Ao analisarmos o desenho da onça que trilhou esse caminho, fica evidente que as imagens apresentadas no corpo da narrativa podem ser resumidas como uma grande metáfora formada pelos pés, braços de todos os homens, mulheres e crianças que acreditavam na luta como resposta ao colonialismo.

Fabricam esteiras e cestos decorados. Modelam cerâmica, esculpem madeira e forjam o ferro. Seu passatempo favorito é contar e ouvir histórias. Enquanto conta a história, o narrador vai desenhando no chão. (GERDES, 1990, p. 6)

Nos fragmentos abaixo, o narrador, mesmo trazendo a imagem de uma geração que participou da luta, deixa em aberto a possibilidade para o processo de um renascer necessário e para os sonhos das gerações futuras. Como afirma Diamantino:

E uns de nós éramos já velhos e experimentados ximbicadores – mas nossas canoas, apodrecidas de tempo, não chegavam de tabucar, [...] nossos corpos despedaçados viravam comida de jacaré nas baixas, estrume de hongas e lavras. (GUERRILHEIROS, p. 99).

E outros de nós assistíamos o naufrágio das velhas canoas. Sofríamos; verdade que sabíamos escavar canoas novas mas não chegavam de navegar os rios. (GUERRILHEIROS, p. 99).

Os fragmentos acima associam a escrita luandina a uma temporalidade que conjuga os três tempos, em que o passado traz uma ligação com o presente e o futuro, visto pelo narrador como uma espécie de corpo de caráter coletivo, o qual une as narrativas fraturadas dos guerrilheiros que lutaram no espaço das “matas e morros demarcados a sangue”. (p. 97).

Conforme Ribeiro, “[...] trata-se de uma lição de vida “passada a limpo” pela geração que protagonizou a luta de um “testamento” para a geração futura.” (2010, p. 102) É assim que acompanhamos a história dos guerrilheiros (personagens-narradores), cujas atuações atravessam a narrativa do início ao fim, que se encarregam de rememorar a história da guerra de libertação, até a independência, tão sonhada.

Nesse sentido, é também possível afirmar que a libertação não trouxera o sonho de igualdade, aquele sonho “de uma onça ferida, perseguindo teimosamente seu trilho de muitos séculos” (GUERRILHEIROS, p. 97). Mas um dia, “Uma criança, da margem dos ximbicadores, viu uma criança igual, da margem dos construtores. [...] Perceberam então, todos os seus mais velhos, que era chegado o tempo [...], esse tempo novo” (GUERRILHEIROS, p. 100). Desse modo, a travessia que povoa a escrita de Luandino marca também esse tempo que será ocupado pela nova geração para continuar a luta no presente “para que o futuro não seja mais construído pelos outros” (RIBEIRO, 2010, p. 35).

Essa escrita que combina invenção e resistência é a base para a criação literária de Luandino Vieira que, ficcionando a realidade histórica de Angola, traz à cena as temporalidades que compõem a memória coletiva do país. Dessa forma, a “radicalidade na proposta ficcional” (re) inscreve as marcas deixadas tanto pelo período das guerras de libertação, como pelo pós-independência. O *livro dos rios* e *O livro dos guerrilheiros* são exemplos claros dessa imbricação passado-presente.

Sobre essa imbricação, Gagnebin (2009) tem algo a acrescentar ao dizer que a rememoração “também significa uma atenção precisa ao presente” (p. 55). Salienta, porém, que devemos ter cuidado com estas estranhas ressurgências do passado no presente, “pois não se trata somente de não esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente (GAGNEBIN, 2009, p. 55).

Em relação às independências, ressaltamos que o fim do colonialismo não trouxe a liberdade da forma sonhada durante os anos de guerra, como é possível verificar no caso de Angola, principalmente no que diz respeito a outras guerras e a outras formas de violência na nova nação. Como destaca Couto, em seu livro *Pensatempos* (COUTO, 2005),

O colonialismo não morreu com as independências. Mudou de turno e de executores. O actual colonialismo dispensa colonos e tornou-se indígenas nos nossos territórios. Não só naturalizou como passou a ser co-gerido numa parceria entre ex-colonizadores e ex-colonizados.

Diante das reflexões apresentadas por Couto (2005), retornamos as seguintes passagens: “Agora sim, posso apagar meu desenho, final. [...] Assim foi que fomos homens: guerrilheiros; assim foi que ficamos – ossos dispersos” (GUERRILHEIROS, 106). Por este motivo, o “pós-colonial” exige uma reflexão como um todo, pois as guerras coloniais e as feridas por ela abertas representam muitas fraturas. Não há dúvida de que os espaços de discussão foram ampliados, “foi dominante nessa época toda uma tendência literária onde a condição de artista do escritor dialogava com a inserção ativa de sua cidadania” (ABDALA JUNIOR, 2009, p. 171).

Hoje encontramos muitas obras ficcionais produzidas por muitos escritores que assumiram para si a tarefa de contar a história do país. É assim que podemos ler as produções de Luandino em sua trajetória literária, que podem ser situadas “como materialização de um sonho prospectivo” (ABDALA JUNIOR, 2009, p. 174), pois, seguramente, os seus romances lançam um novo olhar sobre os acontecimentos da história do país e os novos desafios que figuravam no pós-independência.

Tomar a escrita de Luandino como objeto de observação é tão pertinente quanto o seu conteúdo, pois são relevantes as subjetivações, metáforas e simbologias que o autor nos apresenta através dos discursos ficcionais, principalmente, pela utilização da língua como uma forma de resgatar ou conservar aquilo que faz parte de um legado cultural dos angolanos. Nessa direção, Ana Mafalda Leite (1998) destaca que a língua é um instrumento de mediação para “recuperar a mundividência mítica, as marcas culturais da oralidade da sociedade tradicional, o onirismo e a simbólica a ela ligados, numa palavra, a relação empática entre o homem, a natureza, e a comunidade” (LEITE, 1998, p.41). Além da presença da oralidade como marca da narrativa de Luandino Vieira, as características formais e temáticas da escrita literária angolana estão presentes desde os seus primeiros romances. A importância em trazer a resistência de seus compatriotas, as várias vozes de um passado e os cruzamentos de histórias, tais como as de um rio, é a de não deixar que a luta seja esquecida, mas de trazer um lirismo a essas histórias para que se perpetuem no tempo as novas lutas que se configuram no presente.

CONCLUSÃO

Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. Os narradores gostam de começar sua história com uma descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que vão contar a seguir. (BENJAMIN, 1986, p. 205)

Esta mulher é minha e eu amparo, oh povo, para poder vê-la modelar o pó. Os seus dedos, oh povo, o ar é que os governe, assoprado pelo nó do coração quando o seu gênio, oh povo, confunde a terra e a carne e a cor dos instrumentos e a água vem render à mesma massa, oh povo, a terra e a carne que o tempo antigo modelou primeiro.[...] Para dá-las às mãos que operam no comum, aos gestos mais correntes [...] em que perdue a geração de agora e o coração desta mulher, oh povo, que bebe o ar para invocar o vento que recorre à água e que devolve ao fogo, oh povo, a forma dada no viver comum de que se faz o eterno que se quer presente. (Ruy Duarte de Carvalho, Hábito da Terra, p. 27)

Encerramos nossa tese evocando o oleiro em sua lide “para dá-las às mãos que operam no comum, aos gestos mais correntes”. Vemos que tanto em Ruy Duarte quanto em Luandino Vieira a busca de uma tensão/incompletude nos fazem lembrar, a todo momento, o oleiro no trato da sua arte, ou seja, a marca do narrador “artesanal” que serve de integração da narrativa com um contexto da “experiência”. Segundo Walter Benjamin, o narrador reproduz não apenas a narrativa, mas basicamente as circunstâncias em que foi contada, trazendo, em seus traços, “a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (BENJAMIN, 1986, p. 205).

De oleiro a antropólogo, numa escrita que recusa a linearidade, devido à fragmentação do discurso e à frequente re-invenção da língua, a obra de Luandino Vieira atesta um compromisso com o “outro”, assim como um desejo de legitimar e consagrar a cultura e a literatura africanas. Seus textos conseguem seduzir o leitor para preencher as

lacunas de um saber que se apresenta incompleto, inacabado. Luandino escreve para exorcizar suas dores e preencher suas faltas, como confessa em uma entrevista a Laban (1980, p.72). Essa escrita implica uma leitura repousada, lenta, com atenção especial às circunstâncias em que os textos foram gerados.

De oleiro a historiador, nas suas obras, Luandino Vieira soube captar e compreender os anseios, os medos, as interrogações, os ódios que estiveram na construção da identidade do povo angolano e, por isso, soube reconstruir a cultura de um povo que, por muito tempo, foi desenraizada e fragmentada. Os romances, muito bem elaborados, utilizam estratégias da lírica, adentrando a História ficcionalizada de uma nação que se mostrou fraturada, com profundas divergências internas, desde o início das lutas de libertação até a realidade do pós-independência.

Nosso trabalho consistiu em uma leitura comparativa de *Nós, os do Makulusu* (1975), *O livro dos rios* (2006) e *O livro dos guerrilheiros* (2009), de José Luandino Vieira. Para além da análise dos três romances, que são ligados por um passado comum, nosso interesse também se voltou para o espaço da produção dessas narrativas – espaços fraturados pelas guerras que marcaram a segunda metade do século XX – o que nos permitiu apreender a dimensão histórica presente em sua obra.

A consciência da ação da literatura na construção e apreensão da História para a ficção angolana é, como vimos, uma preocupação particular de Luandino, que afirmou reiteradamente a sua posição sobre esse assunto. Numa entrevista concedida a Joana Passos, o escritor é categórico ao afirmar que:

[...] a parte da história de Angola que corresponde à ocupação, à conquista, ao colonialismo e às lutas de resistência que se iniciaram... não é bem conhecida, ou melhor, nem sequer é conhecida. Nós, angolanos, ficamos perplexos, por exemplo, quando um historiador como o Pélissier apresentou o seu grande estudo sobre as guerras em Angola. [...] Assim, e tendo em conta a importância deste conhecimento do passado nos dias de hoje, a literatura angolana fatalmente está ancorada na história (VIEIRA, 2010, p. 190).

Esse posicionamento de Luandino Vieira é também partilhado pelo escritor moçambicano Mia Couto (2005), que, por meio do livro intitulado *Pensatempos*, intervém, de forma emblemática, em questões literárias, culturais, históricas e políticas. O autor, nas suas intervenções, faz a seguinte afirmação:

O tempo trabalhou a nossa alma coletiva por via de três materiais: o passado, o presente e o futuro. Nenhum desses materiais parece estar feito para uso imediato. O passado foi mal embalado e chega-nos deformado, carregado de mitos e preconceitos. O presente vem vestido de roupa emprestada. E o futuro foi encomendado por interesses que nos são alheios. (COUTO, 2005, p.10).

Concordamos com as reflexões de Mia Couto sobre o momento da independência de Angola e Moçambique, pois o sistema colonial deixou fraturas, com implicações não só económicas, mas, sobretudo, políticas e culturais. Segundo ele, a situação dos angolanos e moçambicanos é muito mais complexa do que interessa ao sistema internacional mostrar. Assim, esses países vivem as várias consequências das marcas deixadas tanto pelo período colonial como pelo pós-independência.

O percurso da nossa tese foi traçado tendo como base os princípios da Literatura Comparada, que indicam não só a análise de obras literárias para além das fronteiras de um único país, como também a sua relação com outros campos do conhecimento, o que nos leva a questionar “como uma determinada forma de expressão pode se apropriar de características de outra, sem perder sua especificidade” (CARVALHAL, 2003, p.40).

Este estudo, então, surgiu da necessidade de compreendermos o processo de independência de Angola, problematizado nos romances do nosso *corpus*, que proporcionam uma revisão das histórias oficiais na passagem do século XIX para o século XX, ao longo da guerra de libertação, até a independência das colónias portuguesas, especialmente Angola.

Com base nas noções de História e ficção, procuramos evidenciar a maneira pela qual Luandino se utiliza da enunciação ficcional para, criticamente, (re) pensar a realidade

histórica e social de Angola a partir dos tempos de guerra. No desenrolar da narrativa de *Nós, os do Makulusu*, acompanhamos a consciência fraturada de Mais-Velho, que coloca em cena episódios do passado remoto e o presente violento da guerra de libertação. Em *O livro dos rios*, a travessia angustiante de Kene Vua, de uma margem a outra do rio Kwanza, encena a cisão de um sujeito ficcional em crise que, na narrativa, “recuamos (ou avançamos?) pelas áreas internas de um território sacudido pela guerra de libertação” (CHAVES, 2012, p. 109). Em *O livro dos guerrilheiros*, no qual cada capítulo funciona como um sonho coletivo “da nossa luta” pela libertação de Angola, que foi sonhada e idealizada, e, de certo modo, realizada, há um trabalho de afirmação de que os mortos, que, por suas “valerosas vidas”, vivem na memória dos vivos, e os retratos dos guerrilheiros representam a geração que fez a independência.

Luandino Vieira, ao apropriar-se de acontecimentos e personagens históricas, não apenas nas obras aqui trabalhadas, não o faz como um retorno nostálgico, mas como recuperação problematizadora dos acontecimentos históricos com o objetivo de questionar o passado, revisando-o à luz do presente. A memória, nos três romances, dá-se de forma lacunar, convulsionada, através da qual fica ressaltada a incapacidade de uma recordação total dos eventos, visto que é da ordem do estilhaço, isto é, diante da violência e desagregação, o papel da memória assenta-se na fragilidade. Como explica Gagnebin (2006, p.44), “é necessário lutar contra o esquecimento e a denegação, [...] sem cair em uma definição dogmática de verdade”.

E é exatamente o inconsciente que operará os cortes seletivos, que tornará relevante para o sujeito-narrador o que, para o senso comum ou para o sistema dominante, parece insignificante, ou, em outros casos, ameaçador para a verdade endossada pelo poder. Assim, os romances por nós analisados, através das narrativas de violência / guerra, proporcionam o testemunho de experiências traumáticas, na tentativa de recomposição dos fragmentos por ela

deixados. A dimensão da “violência atmosférica”, a que precisamos sempre regressar, é a moldura de um drama já muito bem trabalhado em *Nós, os do Makulusu*, em *O livro dos rios* e em *O livro dos guerrilheiros*.

Nesta travessia que trilhamos, procuramos “apreender diferentes culturas, diferentes expressões, [...] [o que nos levou] a procurar dar notícias delas” (CARVALHO, 2008, p.63). Evocamos as reflexões de Carvalho ao falar sobre a relação língua/ linguagem e a diferença no interior dessas línguas. Ele remete para as observações de Jules Deleuze e Felix Guattari sobre o que eles chamam de “literatura menor”, que designaria, então, “as condições revolucionárias de toda literatura no seio daquela que chamamos de grande (ou estabelecida)” (DELEUZE & GUATTARI, 1977, 41).

É essa reapropriação da língua opressora, feita com a “língua menor”, que vai servir de instrumento para que cada autor “saiba encontrar em si, e no universo que lhe assiste, o seu próprio desenvolvimento” (CARVALHO, 2008, p.62). Assim, o que importa não é a língua que o escritor escolhe, mas a forma de reapropriação do modo não-convencional de utilizá-la, dotando-a de novas significações. Segundo Carvalho, as reflexões de Deleuze e Guattari reforçam o modo como os escritores subvertem criativamente a hegemonia da língua portuguesa e, em decorrência disso, encontram outras formas de desenvolvimento, seu próprio discurso, seu próprio *ethos*, “seu próprio patoá, seu próprio terceiro mundo, seu próprio deserto” (DELEUZE & GUATTARI, 1977, p.29).

Neste momento final do nosso trabalho, saímos destas páginas, de alguma forma, inscritos nelas, principalmente na esperança de que a literatura seja um espaço de resistência, transgressão, sem ponto conclusivo, que permita ao leitor a tarefa de complementar a escrita luandina, pelas indagações e reflexões que ela nos permitiu tecer, pela experiência vivida que ela nos comunicou. Deixamos para os leitores uma pequena cartografia recortada do percurso

ficcional de José Luandino Vieira, que nos perseguiu numa tensão/incompletude que nos faz lembrar, a todo momento, o oleiro no trato da sua arte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ESTÓRIAS E ROMANCES DO AUTOR

VIEIRA, José Luandino. **O livro dos guerrilheiros** – narrativas. Lisboa: Caminho, 2009.

VIEIRA, José Luandino. **De rios velhos e guerrilheiros: O livro dos rios**. Luanda: Editorial Nzila, 2006.

VIEIRA, José Luandino. **A vida verdadeira de Domingos Xavier**. Lisboa: Caminho, 2006.

VIEIRA, José Luandino. **Kapapa** – pássaros e peixes, Lisboa:Expo 98, n. 97.

VIEIRA, José Luandino. **Nós, os do Makulusu** . São Paulo: Ed. Ática,1991.(Col. Autores africanos)

VIEIRA, José Luandino. **Nosso musseque**. Lisboa: Caminho, 2003.

_____. “A Literatura se alimenta de Literatura. Ninguém pode chegar a escritor se não foi um grande leitor”. Entrevista concedida a Joelma G. dos Santos. Universidade Federal de Pernambuco, p.282. Disponível em [http:// revistainvestigacoes. com. br/ Volumes/ Vol.21.1/a-literatura-se-alimenta-de-literatura_entrevistado_ Jose- Luandino- Vieira_art.16ed.21.pdf](http://revistainvestigacoes.com.br/Volumes/Vol.21.1/a-literatura-se-alimenta-de-literatura_entrevistado_Jose-Luandino-Vieira_art.16ed.21.pdf).

_____. “Literatura angolana: estoriando a partir do que não se vê”.In:PADILHA, Laura e RIBEIRO, Margarida Calafate (orgs.) **Lendo Angola**, Edições Afrontamento, 2008, PP.31-37.

ACERVOS ON-LINE DE ORGANIZAÇÕES OFICIAIS.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA – **Direção de Serviços de Documentação e Informação**. Acervo on-line de Debates Parlamentares. Disponível em: <http://www.debates.parlamento.pt?pid=r2>

ONU. Territórios sob a administração portuguesa (1974-1995). **Documentos da Assembleia Geral e Conselho de Segurança**. Disponível em http://www.guerracolonial.org/specific/guerra_colonial/documents_onu/un.sfw. Acesso: 20, set. 2013.

OBRAS DE REFERÊNCIA

- ABDALAJr., Benjamin. **De vôos e ilhas: literatura e comunitarismos**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- _____. **Literatura, história e política**. São Paulo: Ática, 1989.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: a arquivo e a testemunha**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ALENCASTRO, Luís Felipe de. **O trato dos viventes**. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ANDERSON, Perry. **Portugal e o fim do ultracolonialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- APPIAH, K.A. O mito de um mundo africano. In: **Na casa de meu pai**. Trad. V. Ribeiro. São Paulo: Contraponto, 1997, p.111-25.
- ASANTE, S. K. B; CHANAIWA. O pan-africanismo e a integração regional. In: **UNESCO. História geral da África**. Vol. VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.
- AUGÉ, M. **Não - lugares**. Trad. M.L.Pereira. São Paulo: Papirus, 1994.
- BACCEGA, Maria Aparecida. **História e arte: reflexões sobre a literatura angolana**. *Revista USP*. Dossiê Brasil/África. N.18. São Paulo: USP, 1993. p.134-143.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: UNESP/HUCITEC, 1988.
- BARROS, Vitor. **Campos de concentração de Cabo Verde**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- _____. **Mitologias**. São Paulo: Difel, 1987.
- _____. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 1978.
- BENDER, Gerald J. **Angola, mito y realidades de su colonización**. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1980.

- _____, **Angola, the Cubans, and American anxieties**. Foreign Policy, Washington, No. 31 (Summer, 1978), pp. 3-30.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BENVENISTE, Emile. **O vocabulário das instituições indo-europeias**. Vol. II: Poder, direito, religião, Campinas: Ed. Unicamp, 1995.
- BHABHA, Homi K. **O Local da cultura**. Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renata, Eliana Gonçalves. Ed. UFMG, Belo Horizonte, 1998.
- BITTENCOURT, Marcelo. **“Estamos juntos”**: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974). 2 volumes. Tese (doutorado). Niterói: Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, 2002.
- _____, A criação do MPLA. **Estudos afro-asiáticos**, 32: p. 185-206. Rio de Janeiro, CEAA/UCAM, dezembro de 1997a.
- _____, A criação do MPLA. In: **Dos jornais às armas**. Veja: Lisboa, 1999.
- _____, A história contemporânea de Angola. Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação. **Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola** (4-9 de agosto de 1997b). Luanda, Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, pp. 161-185.
- _____, **Memórias da guerrilha**: a disputa de um valioso capital. História Oral. Revista da Associação Brasileira de História Oral, No. 2, junho de 1999. Rio de Janeiro, pp. 91-110.
- _____, Modernidade e atraso na luta de libertação angolana. In REIS, Daniel Aarão e ROLLAND, Denis (Orgs.) **Modernidades alternativas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008. pp. 277-294.
- BOAVIDA, Américo. **Angola**: cinco séculos de exploração portuguesa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CABAÇO, José Luís. **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

- CABAÇO, José Luís e CHAVES, Rita. “Frantz Fanon: colonialismo, violência e identidade cultural.” In ABDALAJR., Benjamin (org.). **Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas**. São Paulo: Boitempo, p. 67-86, 2004.
- CABRAL, Amílcar. Libertação nacional e cultura. In SANCHES, Manuela Ribeiro. **Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- CADORNEGA, Antônio de Oliveira. **História geral das guerras angolanas: 1680**. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar [reprodução fac-similada da ed. de 1940], 1972.
- CANDIDO, Antonio. **O discurso e a cidade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre o azul, 2004, p.9-161.
- _____. **Literatura e sociedade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004.
- _____. Poesia e ficção na autobiografia. In: **A educação pela noite**. 5.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre o azul, p.61-83.
- CARELLI, Fabiana Buitor. **Ruína e construção**. Oralidade e escritura em João Guimarães Rosa e José Luandino Vieira. Tese (Doutorado). São Paulo: Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada. USP, 2003.
- CARELLI, Fabiana Buitor. **Ruína e construção** – Oralidade e escritura em João Guimarães Rosa e José Luandino Vieira. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2003.
- CARVALHO, Ruy Duarte. **A câmera, a escrita e a coisa dita**. Lisboa: Cotovia, 2008.
- CASTELO BRANCO, Maria do Carmo. Poder e contra-poder da Literatura (a propósito de textos literários dos séculos XIX e XXI), em **Impossibilia**, N-3, págs. 103-115 (abril, 2012).
- CEIA, Carlos. **E-Dicionário de Termos Literários**. Disponível em :<http://www2.fcsh.unl.pt/>
- CERVO, Amado; Bueno, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: EdUNB, 2010.
- CHALIAND, Gerard. **Mitos revolucionários do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- CHAVES, Rita. **Angola e Moçambique**. São Paulo: Ateliê, 2005.
- _____. **Literaturas de Língua Portuguesa**. Marcos e Marcas. Angola. (cap. 7 e 9) São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

- _____. **A formação do romance angolano**. Coleção Via Atlântica, n.1, São Paulo, 1999.
- _____. África em português. In: **Vozes da África**, Biblioteca Entre Livros, Ediouro: São Paulo, edição n.6, 2007, p.35-58.
- _____. Das águas antigas e dos mapas reinventados em O Livro dos Rios, de José Luandino Vieira. In: **Via Atlântica**, nº 9, Junho, São Paulo: Lato Senso-Editora de Textos, pp. 249-252, 2006.
- _____. **Literatura em movimento**. São Paulo: Arte & Ciência, 2003, p.233-249.
- _____. **Marcas da diferença**. São Paulo: Alameda, 2006.
- _____. O livro dos rios, de José Luandino Vieira. (Resenha) In: www.cartamaior.com.br/includes/controller.cfm?cm_conteudo... (21/12/2006)
- _____. O livro dos rios, de Luandino Vieira: A contemporaneidade do passado e a força do presente. **ÁFRICA 21**, Luanda, p.86-88, 25 de jan. 2007.
- _____. O passado presente na literatura africana. In: **Via Atlântica**, nº 7, Outubro, São Paulo: Lato Senso-Editora de Textos, pp. 147-161, 2004.
- _____. Narrativa e espaço. Angola, Moçambique e alguns ecos do Império. São Paulo: USP/Departamento de Letras Vernáculas. Tese de Livre Docência, 2012.
- CHEVALIER, Jean. et. al. **Dicionário de símbolos**. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2012.
- COELHO, João Paulo Borges. “African Troops in the portuguese colonial army. 1964-1974: Angola, Guinea-Bissau and Mozambique”. *Comunicação apresentada no Portuguese/African Encounters: An Interdisciplinary Congress*. Brown University, Providence, EUA, 26-29 abril, 2002.
- COSME, Leonel. **Cultura e revolução**. Porto: Afrontamento, 1978.
- COUTO, Mia. **Pensatempos**. Caminho: Lisboa, 2005.
- _____. **E se Obama fosse africano? e outras interinvenções**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. Encontros e encantos – Guimarães Rosa. In: **E se Obama fosse africano? e outras interinvenções**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 107-119, 2011.
- CROSARIOL, Izabelita Maria. O dizer da guerra na poética de Rui Duarte de Carvalho. In: **Revista África e Africanidades**. Ano. 2 – n. 6. Agosto, 2009.

- CROWDER, Michael. A África sob domínio britânico e belga. In. UNESCO. **História geral da África**. Vol. VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.
- CULLER, Jonathan. Literatura e estudos culturais. In: _____. **Teoria literária: uma introdução**. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.
- _____. **Sobre a desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.
- CUNHA, Maria Angélica Furtado (Org.). **Compreendendo a gramática**/Talmy Givón. Natal: Ed.UFRN, 2011.
- DAVID, Débora Leite. **Dois cárceres, uma certeza – a morte: um estudo comparado entre A vida verdadeira de Domingos Xavier, de José Luandino Vieira e Memórias do cárcere, de Graciliano Ramos**. São Paulo: FFLCH / USP, (Dissertação de mestrado), 2006
- DAVIDSON, Basil. Congress organizations and revolutionary movements: The real differences. **Review of African Political Economy**, Taylor & Group, No. 5 (Jan. – Apr., 1976), pp. 99-102.
- _____, On revolutionary nationalism: The legacy of Cabral. **Latin American Perspectives**, Vol. 11, No. 2 (Spring, 1984), pp. 15-42.
- _____, Questions about Nationalism. **African Affairs**, Oxford University Press, Vol. 76, No. 302 (Jan. 1977), pp. 39-46.
- _____.South Africa and Portugal. **A journal of opinion, African Studies Association**, Vol. 4, No. 2 (Summer, 1974), pp. 9-20.
- _____.**Angola in the tenth year: a report and analyses, may-july 1970**. Africa Affairs, Oxford University Press, Vol. 70, N° 278 (Jan, 1971), pp. 37-49.
- DAVIS, Nathaniel. The Angola decision of 1975: A personal memoir. **Foreign Affairs**, Vol.57, No. 1 (Fall, 1978), pp. 109-124.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Kafka – por uma literatura menor**. Trad. Julio Castañon Guimarães . Rio de Janeiro: Imago, 1977. 217p.
- DIOP, Mahjemout. A África tropical e a África equatorial sob o domínio francês, espanhol e português. In. UNESCO. **História geral da África**. Vol. VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.

- DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**: introdução a arquetipologia geral. São Paulo: Editora WMF/Martins Fontes, 2012.
- FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Juiz de Fora – MG, Editora UFJF, 2006.
- FERRO, Marc. **História das colonizações**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FONSECA, Mariana Bracks. **Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola-Século XVII**. São Paulo: USP-FFLCH. Dissertação de Mestrado, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos III**. Estética: literatura, pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006.
- _____. Linguagem e literatura. In: MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- _____. **O pensamento do exterior – Fim do século**. Edições Sociedade Imperial Ltda, 2001.
- _____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP: Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- _____. **Lembrar escrever esquecer**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- _____. **Walter Benjamin**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- GENETTE, G. **Palimpsestos**: a literatura de segunda mão. Trad. Luciene Guimarães e Maria Antônia Coutinho. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- GENTILI, Anna Maria. Colonialismo [verbete]. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília, EdUNB, 1986.
- GERDES, Paulus. **Desenhos da África**. São Paulo: Editora Scipione, 1990.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. B. Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

- HAMILTON, Russell G. Preto no branco, branco no preto – Contradições linguísticas na novelística angolana. In: Michel Laban *et alii*, **Luandino**. José Luandino Vieira e a sua Obra (estudos, testemunhos, entrevistas), Lisboa: Edições 70, pp. 147-188, 1980.
- HERNANDEZ, Leila Leite. **África na sala de aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- HOBBSAWM, Eric J. **A era dos extremos**. O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUGHES, Langston. **The Negro Speaks of Rivers**. In:____, The collected poems of Langston. New York, Viantage Classics Ed., 1995,
- HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- JOSÉ, Joveta. Angola: independência, conflito e normalização. In MACEDO. José Rivair (Org.). **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.
- KEHDI, Valter. **Formação de palavras em português**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1990.
- KRISTEVA, J. **Introdução à semanalise**. São Paulo: Perspectiva, p. 64, 1974
- LABAN, Michel. **Angola** – Encontros com escritores, Porto: Fundação Engenheiro Antônio de Almeida, 1991.
- _____. **Luandino**: José Luandino Vieira e sua obra. Lisboa: Edições 70, 1980.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão e Irene Ferreira. Campinas: UNICAMP, 1990.
- LEITE, Ana Mafalda. **Oralidades & escritas nas literaturas africanas**, Lisboa: Edições Colibri, 1998.
- _____. **Literaturas africanas e formulações pós-coloniais**. Lisboa: Ed. Colibri, 2003.
- LÉVINAS, Emmanuel. **Humanismo do outro homem**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- LOURENÇO, Eliana. Kazuo Ishiguro e a cultura da memória. In: SCARPELLI, Marli. F.; DUARTE, Eduardo de A. (Org.). **Poéticas da diversidade**. Belo Horizonte: FALE/UFMG – Pós-Lit, 2002.

- LUKACS. G. **Teoria do romance**. Trad. J.M.M. Macedo. São Paulo: Duas Cidades Ed. 34, 2000.
- M'BOKOLO, Elikia. **África Negra, história e civilizações**. Tomo I (até o século XVIII), EDUFBA/Casa das Áfricas, 2009.
- _____. A África Equatorial do Oeste. In: UNESCO. **História geral da África**. Vol. VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.
- MACEDO, Tania. **Angola e Brasil**. Estudos comparados. São Paulo: Arte & Ciência. 2002,p.p13-41, 107-117.
- _____.**Luanda, cidade e literatura**. São Paulo/Luanda; UNESP/Nzila, 2008.
- _____.**Visões do mar na literatura angolana contemporânea**. São Paulo, FFLCH Via atlântica, n.3, 1999, p.48-57.
- _____. **A representação literária de Luanda** – uma ponte entre Angola, Brasil e Portugal. São Paulo, FFLCH. Via Atlântica, n.1, 1997, p.116-127.
- MAGNOLI, Demetrio. **Da Guerra Fria à Détente**. Campinas: Papyrus, 1988.
- MARQUEZ, Gabriel Garcia. Operation Carlota. **New Left Review** I/101-112, January-April 1976. Disponível em: <http://www.newleftreview.org/?page=article&view>. Acesso em 15.09.2013.
- MARQUEZINI, Fabiana Carelli. Ruínas de mitos, sementes de sonhos: Ditos e provérbios em Guimarães Rosa e Luandino Vieira. In: **Via Atlântica**, nº 9, Junho, São Paulo: Lato Senso- Editora de Textos, pp. 45-62, 2006.
- MARTIN, Vima Lia. **Literatura, marginalidade e língua portuguesa**. São Paulo: Alameda, 2008.
- MATA, Inocência. A condição pós-colonial das literaturas africanas de língua portuguesa: algumas diferenças e convergências e muitos lugares-comuns. In: Ângela Vaz Leão (org.) **Contatos e ressonâncias** – literaturas africanas de língua portuguesa, Editora Pucminas, pp. 43-72.
- _____.**Ficção e História na literatura angolana: O Caso de Pepetela**. Luanda: Mayamba Editora, 2010
- _____. Narrando a nação: da retórica anticolonial à escrita da história. In: Laura Padilha e Margarida Calafete Ribeiro (Orgs.) **Lendo Angola**. Edições Afrontamento, PP. 77-86.

- MATTOS, Marcelo Brandão. Uns e outros, memórias dos guerrilheiros em luta. Resenha de O livro dos guerrilheiros, de Luandino Vieira. In: **Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF**, Vol.3, n. 5, Novembro de 2010.
- _____. **Um banho de rio nos escritos e sobreditsos de Luandino Vieira**. Niterói: Editora da UFF, 2012.
- MELO, João. **O destino de todos os rios é o mar**. Texto de apresentação (ainda inédito) do romance *De rios velhos e guerrilheiros – O livro dos rios*, de Luandino Vieira, no dia 13 de novembro de 2006, em Luanda. Revisto pelo autor no dia 6 de dezembro de 2006.
- MEMMI, Albert. **O retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 2001.
- MIGNOLO, Walter. **Lógica das diferenças e política das semelhanças**: da literatura que parece história ou antropologia e vice-versa. Ligia Chiappini & Aguiar (Org.), *Literatura e História na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- MIYAMOTO, Shiguenole. **Do discurso triunfalista ao pragmatismo ecumênico** (Geopolítica e política externa do Brasil pós-64). (Tese Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- MONTEIRO, Manuel Rui. Eu e o outro – o invasor (ou em poucas três linhas uma maneira de pensar o texto). In: MEDINA, Cremilda. **Sonha, Mamana África**. São Paulo: Epopeia, 1987.
- MORAES, Anita Martins Rodrigues. **O inconsciente teórico**. São Paulo: Anablume, 2009.
- MOURAO, Fernando A.A. **A sociedade angolana através da literatura**. São Paulo: Ática, 1981.
- NEVES, Pedro Teixeira. **Resenha do livro dos guerrilheiros**. Disponível em <<http://www.pnetliteratura.pt/crônicas.asp?id=1311>>. Acesso em 30 de julho de 2010.
- NOA, Francisco. **Império, mito e miopia**: Moçambique como invenção literária. Lisboa: Caminho, 2002.
- NOER, Thomas J. International credibility and political survival: The Ford Administration's intervention in Angola. **Presidential Studies Quarterly**, Center for the Study of the presidency and Congress, Vol. 23, No. 4, (Fall, 1993), pp. 771-785.

- NORA, Pierre. **Entre a memória e a história**: a problemática dos lugares. Trad. De A. Kohury, Projeto História, EDUC, São Paulo, n.10, dez 1993, p.7-28.
- PADILHA, Laura Cavalcante. **Novos pactos, outras ficções** – ensaios sobre literaturas afro-luso-brasileiras. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. (Memória das Letras, 10)
- _____. Da construção identitária a uma trama de diferenças – um olhar sobre as literaturas de língua portuguesa. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2005.
- _____. & SILVA, Renata Flavia da (orgs.). **De guerras e violências**: palavra, corpo, imagem. Niterói: Editora UFF, 2011.
- _____. Ficção e guerra angolana: a perda da inocência. In: CHAVES, Rita; MACEDO, Tania; VECCHIA, Rejane (Org.). **A kinda e a misanga**. Encontros brasileiros com a literatura angolana. São Paulo: Cultura Acadêmica; Luanda: Nzila Editora, 2007.
- _____. Resenha sobre De rios velhos e guerrilheiros – O livro dos rios. In **Metamorfoses**, Rio de Janeiro, nº 08, 2008.
- _____. **Lendo Angola**, Porto: Edições Afrontamento, 2008.
- _____. **Entre a voz e letra**: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX. Niterói: EDUFF, 1995.
- PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio S. **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- PAULA, Julio Cesar Machado de. **O que ajunta espalha**: tempo e paradoxo em *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, e *Nós os do Makulusu*, de José Luandino vieira. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Faculdade de Letras. UFMG, 2010.
- PEIXOTO, Carolina Barros Tavares. **Limites do ultramar português, possibilidades para Angola**: o debate político em torno do problema colonial (1951-1975). (dissertação de mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- PÉLISSIER, René. **História das campanhas de Angola**. Resistência e revolta. Lisboa: Estampa, 1997
- PINHEIRO, Letícia. **Foreign policy decision-making under the Geisel government**: The president, the military and the foreign policy. (Tese Doutorado) – London School of Economics and Political Science, Londres, 1994.

- PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951-1974). **História**, São Paulo, 28 (1): 2009, pp. 445-482.
- POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC, FGV. v. 5, n. 10, 1992.
- _____. Memória. História e Esquecimento. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC, FGV. v. 2, n.3, 1989.
- POUCHIN, Dominique (Org.). Mario Soares. **Memória viva**. Vila Nova de Famalicão: Quase Edições, 2003.
- PRIORI, Mary Del; VENANCIO, Renato Pinto. Ancestrais. **Uma introdução à história da África**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- RIBEIRO, Margarida Calafate. Um desafio a partir do Sul – uma história da literatura outra. In: Laura Padilha e Margarida Calafate Ribeiro (orgs.). **Lendo Angola**, Edições Afrontamento, pp. 177-191, 2008.
- _____. **Uma história de regressos** – império, guerra colonial e pós-colonialismo. Porto: Edições Afrontamento, 2004.
- _____. *De Rios e guerrilheiros* por José Luandino Vieira. In: FONSECA, Maria Nazaré Soares & CURY, Maria Zilda Ferreira (Orgs.). **África**. Dinâmicas culturais e literárias. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012
- RICOUER, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Editora Unicamp: Campinas, 2007.
- ROAPE, Publications. The Struggle in Angola. **Review of African Political Economy**, No. 5 (Jan. – Apr., 1976), pp. 80-94.
- ROCHA, Jofre. **Estórias de musseque**. São Paulo: Ática, 1980.
- RODRIGUES, Luiz Nuno. “**Orgulhosamente sós**”? Portugal e os Estados Unidos no início da década de 1960. Comunicação apresentada ao 22º encontro de Professores de História da Zona Centro. Caldas da Rainha. IPRI: 2004. Disponível em: <http://ipri.pt/investigadores/artigo.php>? Acessos em 15.09/2013.
- SAID, Edward. **Fora do lugar: memórias**. São Paulo: Companhia das Letras. 2004.
- _____. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANCHES, Manuela Ribeiro. **Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais**. Lisboa: Edições 70, 2012.

- SANTOS, Joelma G. dos. **A Literatura se alimenta de literatura**. Ninguém pode chegar a escrita se não foi um grande leitor. Disponível em <http: www. Revistainvestigacoes.com.br>. Acesso em 30 de julho de 2010.
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras/Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.
- SECCO, Cármen Lúcia Tindó Ribeiro. **A magia das letras africanas** – Ensaios escolhidos sobre as literaturas de Angola e Moçambique e alguns outros diálogos, Rio de Janeiro: Barroso Produções Editoriais, Abe Graph Editora, 2003.
- _____, Nós, os Makulusu: entrelugar de afetos, metáforas e memórias. In: PADILHA, Laura Cavalcante e SILVA, Renata Flávia (Orgs.). **De guerras e violências**: palavra, corpo, imagem. Niterói: Ed. UFF. 2011.
- SELIGMANN-SILVA. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro, vol.20, 2008, p.65-82.
- _____. O Testemunho: Entre a Ficção e o Real. In: **História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003b, p.371-385.
- _____. Catástrofe, História e Memória em Walter Benjamin e ChrisMarker: A Escrita da Memória. In: **História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2003a, p.387-413.
- _____. et all. **Escritas da violência**. Vol. II. Representações da violência na história e na cultura contemporânea da América Latina. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.
- _____. et all. **Escritas da violência**. Vol. I. O testemunho. Rio de Janeiro : 7Letras, 2012.
- SEPÚLVEDA, Lenirce. José Luandino Vieira. In: SEPÚLVEDA, Maria do Carmo e SALGADO, Maria Teresa. **África & Brasil**: letras em laços, Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2000. pp. 209-226.
- SERRANO, Carlos. **Angola**: nasce uma nação – um estudo sobre a construção da identidade nacional. São Paulo: 1998. Tese de doutoramento em Antropologia Social, FFLCH/USP.
- SILVA, Márcia Maro da. **A independência de Angola**. (Tese Doutorado) – Instituto Rio Branco, Brasília, 2008.

- SMITH, Alan K. António Salazar and reversal of Portuguese Colonial Policy. **The Journal of African History**, Vol. 15, No. 4 (1974), pp. 653-667.
- SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista**. p. 114, 2002.
- TAVARES, Ana Paula. **Texto de apresentação do romance *O livro dos rios em Lisboa***. Sede da Editorial Caminho, Lisboa, 19 de dez. 2006.
- TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.
- TRIGO, Salvato. **Luandino**; o logoteca. Porto: Brasília, 1981.
- UNESCO. **História geral da África**. Vol. VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.
- VECCHI, Roberto. Experiência e representação: dois paradigmas para um cânone literário da guerra colonial. In: TEIXEIRA, Rui Azevedo. **A guerra colonial: realidade e ficção**. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.
- _____. **Exepção atlântica**. Porto: Afrontamento, 2010.
- VEIGA, Luiz Maria. **Retratos do colono, do colonizador, do cidadão**: representação literária da minoria branca em Nós, os do Makulusu e em outras narrativas angolanas. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2010.
- VIEIRA, José Luandino. A Literatura se alimenta de Literatura. Ninguém pode chegar a escritor se não foi um grande leitor. Entrevista de Joelma dos Santos. In: **Investigações: linguística e teoria literária**, Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco, pp. 279-290, 2008a.
- _____. Literatura angolana: estoriando a partir do que não se vê. In: Laura Padilha e Margarida Calafate Ribeiro (orgs.) **Lendo Angola**. Edições Afrontamento, pp. 31-37, 2008b.
- _____. Literatura angolana: estoriando a partir do que não se vê. In: PADILHA, Laura Cavalcante e RIBEIRO, Margarida Calafate (org.). **Lendo Angola**. Porto: Afrontamento, 2008,PP.31-37.
- _____. Entrevista a Elena Passos. In: BRUGIONI, Elena; PASSOS, Joana; SARABANDO, Andreia; SILVA, Marie-Manelle (Orgs.). **Áfricas contemporâneas**. Braga: Ed. Humus, 2010.
- VIEIRA, Maria Agripina Ferreira Carriço Lopes. **Construção da identidade na ficção de**

- Luandino, Pepetela e Agualusa.** Lisboa: Universidade de Lisboa, Tese de doutoramento em Estudos Literários e Literatura Comparada, 2011.
- VISENTINI, Paulo, A Guerra Fria. **O desafio socialista à ordem americana.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.
- _____. **A África moderna:** um continente em mudança (1960-2010). Porto Alegre: Leitura XXI, 2010.
- VISENTINI, Paulo; RIBEIRO, Luiz Dario; PEREIRA, Analúcia. **Breve história da África.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.
- WALLESTEIN, Immanuel. Franz Fanon: Reason and violence. **Berkeley Journal of Sociology,** California, Vol. 15 (1970), pp. 222-231.
- WEINRICH, Harald. **Letes:** Arte e Crítica do Esquecimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- WHEELER, Douglas J. “Angola is whose house?” Early stirrings of Angolan nationalism and protest, 1822-1910. **African Historical Studies,** Vol. 2, No. 1 (1969), pp. 1-22.
- WHITE, Brian. The concept of détente. **Review of International Studies,** Cambridge, Vol. 7, No. 3 (Jul. 1981), pp. 165-171.
- WHITE, Hayden. As Ficções da Representação Factual. In: Manuela Ribeiro Sanches (org.) **Deslocalizar a Europa:** antropologia, arte, literatura e história na pós-colonialidade, Edições Cotovia, Lisboa, pp. 43-61, 2005.
- _____. O texto histórico como artefato literário. In: **Trópicos do discurso.** 2. Ed. São Paulo: Edusp, 2001
- ZUMTHOR, Paul. Introdução à poesia oral. São Paulo: Hucitec, 1997.